

Proc. Administrativo 099/2023

De: Maria C. - GP-ACS

Para: SEMAD-SP - Setor de Planejamento

Data: 03/05/2023 às 12:50:31

Setores envolvidos:

GP-ACS, SEMEL, SEMEL-DIESP, SEMAD-SP

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

—
Maria Eduarda Soares Pio da Costa
Assessora de Gabinete

Anexos:

Declaracao_do_Ordenador_de_Despesas.pdf

Orcamento_Toddy_Rodeio_PMU.pdf

REQUISICAO_RODEIO.doc

REQUISICAO_RODEIO.pdf

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Eu, **Rafael de Mello Bartz**, Secretário da Secretaria do Esporte e Lazer de Ubitatã/PR, no uso de suas atribuições e atendendo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARA, para os devidos fins, que a(s) despesa(s) resultante da requisição 239/2023 de Inexigibilidade, tem perfeita adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).

Para que produza os legais e jurídicos efeitos, assina a presente.

Ubitatã Pr. 28 de abril de 2023.

Rafael de Mello Bartz
Secretaria do Esporte e Lazer





ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIATÁ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA
1	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
2	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
3	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none">- 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio);- 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista;- 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio;- 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais;- 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio;- 01 (um) auxiliar de pista;- 02 (dois) juízes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga;- 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga;- 01 (um) diretor de rodeio;
4	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
5	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
6	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
7	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor, (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme -Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000); RESPONSABILIZANDO-SE PELA LICENÇA EMITIDA PELO CORPO DE BOMBEIROS E PELAS DEMAIS LICENÇAS NECESSÁRIAS E AS ENCAMINHANDO AO E-MAIL EM ATÉ VINTE E QUATRO HORAS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DO EVENTO.
8	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiros para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
9	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
10	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de



CNPJ: 21.253.780/0001-51 JC. VENEROSKI EVENTOS ME TEL: (45) 9 9991-3299 / EMAIL:TODDYRODEIO@HOTMAIL.COM



ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBITATÁ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
11	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
12	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
13	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
14	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
15	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
16	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rasteio, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
17	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO Atinge O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
18	Confecção de 10 fivelas personalizadas da festa EXPOBIRA
19	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
20	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
21	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
22	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 15 (quinze) Camisas Personalizadas com logo oficial da



CNPJ: 21.253.780/0001-51 JC. VENEROSKI EVENTOS ME TEL: (45) 9 9991-3299 / EMAIL:TODDYRODEIO@HOTMAIL.COM



ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
23	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
24	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;
	VALOR DO ORÇAMENTO: 210.000 MIL

Validade orçamento: 60 dias
Braganey, 03 de maio de 2023.

J.C VENEROSKI-EVENTOS ME

21.253.780/0001-51

J. C. VENEROSKI EVENTOS ME

AV. PLANALTO, 820 - CENTRO

85.430-000 - BRAGANEY - PR



CNPJ: 21.253.780/0001-51 J.C. VENEROSKI EVENTOS ME TEL: (45) 9 9991-3299 / EMAIL: TODDYRODEIO@HOTMAIL.COM

Assinado por 1 pessoa: RAFAEL DE MELLO BARTZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/D10A-77FF-7FE8-E464> e informe o código D10A-77FF-7FE8-E464

1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 239/2023**2. OBJETO**

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

Ubiratã – Paraná, 03 de maio de 2023.

Rafael de Mello Bartz
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto contido na presente requisição.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a, indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Após, encaminha-se ao Gabinete para autorização do Prefeito.

Ubiratã-PR, 03 de maio de 2023.

Contador (a)

Secretário(a) das Finanças e do Planejamento

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.

Fábio de Oliveira Dalécio

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: ____/____/2023

Hora: ____:____

Divisão de Licitação

ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 239/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo apresentar as condições mínimas a serem atendidas pelos licitantes visando **contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA)**, sendo que os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer, de acordo com as especificações, quantitativos e condições relacionadas no item 7 – Descrição Detalhada do Objeto e 7.1 Condições Gerais.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida do rodeio country a ser realizado na festa de exposição do município – EXPOBIRA, visa resgatar a tradição, uma vez que desde 2001 até o ano de 2017, a população vinha sendo prestigiada com tal espetáculo.

A iniciativa visa também conservar e resgatar os inúmeros costumes tradicionais, valorizar a cultura local proporcionando ainda um significativo aspecto econômico para o Município, pois movimenta vários setores ligados ao turismo, atraindo visitantes e trazendo renda e oportunidade de trabalho aos bares, hotéis, restaurantes, barraqueiros, vendedores ambulantes, além da oportunidade de todos poderem comparecer nos dias gratuitos da festa.

Por fim, tendo em vista a popularização do rodeio no município e a falta que a presente atração faz, sendo aguardado por todos os munícipes e visitantes que prestigiam o evento, não paira nenhuma dúvida que a atração abrilhantar ainda mais a Exposição que já é regionalmente conhecida.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentaria (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A vigência da contratação será de 60 dias.

6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

6.1. Gestor do Contrato: Rafael de Mello Bartz

6.2. Fiscal do Contrato: Edcarlos Favaro Pereira

6.3. Fiscal do Contrato Substituto: Maria Eduarda Soares Pio da Costa

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
43782	1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 7.1 abaixo.	1	Serv.	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00

7.1. CONDIÇÕES GERAIS

A empresa vencedora deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme -Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000); RESPONSABILIZANDO-SE PELA LICENÇA EMITIDA PELO CORPO DE BOMBEIROS E PELAS DEMAIS LICENÇAS NECESSÁRIAS E AS ENCAMINHANDO AO E-MAIL EM ATÉ VINTE E QUATRO HORAS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DO EVENTO.
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcado para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000W, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 6 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURA MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira a quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);

Assinado por 1 pessoa: RAYANE BARTZ
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://portal.ubiratã.pb.gov.br/verificacao/100A-77FF-7FE8-E484



o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 15 (quinze) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
v)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída) devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
w)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 8.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA).
- 8.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.
- 8.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.
- 8.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.
- 8.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;
- 8.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;
- 8.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;
- 8.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023. Também farão a fiscalização do Termo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 8.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no antes do referido evento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 8.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificada. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, esta Secretaria poderá aplicar a penalidade de suspensão prevista em Lei e no Edital de Licitação.
- 8.13. Além do preço acordado, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de qualificação técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação (Realização de rodeio em touros), emitido por órgão público ou privado de reconhecida idoneidade – com firma reconhecida. Vedada a apresentação de atestado fornecido por pessoa física.
- b) Apresentar vínculo empregatício, através de Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Trabalho, com o Médico Veterinário responsável pelos animais envolvidos no evento, com registro e quitação no CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária, e acompanhado de carteira de registro CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária, original ou cópia autenticada.
- c) Comprovação da licitante que mantém vínculo com técnico profissional responsável pela realização de shows pirotécnico, (TÉCNICO BLASTER) devidamente registrado ao órgão competente (Polícia Judiciária Civil), que deverá ser comprovado vínculo com a empresa através de: Cópia do livro de Funcionários, ou cópia de carteira de trabalho ou Contrato de prestação de serviços devidamente reconhecido firma acompanhado da carteira profissional (LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE BLASTER) original ou cópia autenticada.
- d) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente/ e ou contrato com o profissional, Engenheiro Civil ou Arquiteto – ou outro profissional reconhecido pelo CREA ou CAU/BR – cujo nome deverá constar na certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, devendo apresentar registro da empresa e responsável técnico no CREA ou CAU/BR.
- e) Apresentar CAT- Certidão de acervo técnico emitido pelo CREA em nome do Responsável Técnico da Empresa por realização de serviços semelhantes (montagem/desmontagem de estrutura de metal) elencados por este responsável técnico nas quantidades dispostas neste edital.
- f) Os licitantes interessados em participar do certame deverão realizar visita técnica no local a ser realizado os serviços, devendo agendar um horário e data com a Fundação Promotora de Eventos do Município (PROEM). A visita técnica para retirada de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA poderá ser realizada até o dia anterior a abertura do certame;
- g) Apresentar Alvará de licença da empresa junto a DEAM Delegacia de explosivos , armas munições e comércio de fogos de artifício e atacado
- h) Certificado de licenciamento junto ao corpo de bombeiros de prevenção e combate a incêndio e desastre.
- i) A documentação exigida deverá estar em nome da empresa licitante ou deverá a mesma comprovar vínculo com a empresa responsável pelo fornecimento dos materiais de fogos de artifícios através de contrato de prestação de serviços de fornecimento de materiais com firma reconhecida.

10. DOS PREÇOS

- 10.1. Para fins de julgamento e determinação da (s) Empresa (s) Fornecedora (s), serão utilizados os critérios de MENOR PREÇO DO LOTE.
- 10.2. Não poderão ser ofertados preços irrisórios e/ou inexecutáveis, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.
- 10.3. Nos valores contratados já deverão estar incluídas todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Contrato, incluindo, despesas com transporte, mão-de-obra, materiais, equipamentos, estadia e alimentação de todos os profissionais envolvidos, premiação, licenças necessárias para o evento, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social, tributária e outras, bem como impostos, taxas, tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Fiscalizar, por meio da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023 conforme as especificações deste termo;
- 11.2. Atestar as Faturas, após comprovação do recebimento e instalação correspondente dos OBJETOS, conforme o disposto neste Termo;
- 11.3. Acompanhar e fiscalizar, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando ao fornecedor as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.
- 11.4. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 11.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.
- 11.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 11.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo;
- 11.9. O município de Ubiratã não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 11.10. Comunicar em tem hábil, à Contratada, a quantidade dos objetos a serem fornecidos, em Notas de Empenho assinadas pela autoridade competente.
- 11.11. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.2. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;
- 12.3. Fornecer mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços objeto deste termo de referência;
- 12.4. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;
- 12.5. Fornecer alimentação e transporte local para os seus funcionários quando da realização dos serviços;
- 12.6. Cumprir todas as Normas internas e Procedimentos Administrativos da CONTRATANTE;
- 12.7. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;
- 12.8. Apresentar a CONTRATANTE a respectiva comprovação de registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do objeto deste termo de referência junto ao CREA-PR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná).
- 12.9. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isentam de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 12.10. A contratada, obrigatoriamente, deverá exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.
- 12.11. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.
- 12.12. Manter durante toda a execução do presente Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.13. A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.
- 12.14. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga, descarga e instalação.
- 12.15. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.
- 12.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento e instalação dos objetos.
- 12.17. Substituir os materiais / produtos / objetos / serviços deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento.
- 12.18. Comprometer-se a fornecer o objeto deste Termo e da proposta, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;
- 12.19. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.
- 12.20. Em caso de aplicação de qualquer penalidade ou multas por descumprimento do contido no parágrafo acima, haverá responsabilização direta à Empresa Contratada, sem qualquer responsabilidade do Contratante.

13. DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DOS OBJETOS

- 13.1. Os objetos serão conferidos, fiscalizados e atestados pelo Fiscal de Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023.

14. DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1. A Secretaria do Esporte e Lazer e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023 reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os objetos e serviços de instalação, diretamente ou por profissionais designados.
- 14.2. Fica designado o servidor nomeado pela portaria nº 21/2023, para fiscalização da execução do presente contrato, o servidor Edcarlos Favaro Pereira.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento será efetuado à Contratada no prazo de até trinta dias mediante o recebimento definitivo dos produtos / objetos / serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado por servidor designado para esse fim;

- 15.2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou inadimplência contratual;
- 15.3. O gestor do Termo somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuais;
- 15.4. Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os bens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho;
- 15.5. As faturas que apresentam incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação;
- 15.6. Quando tratar de nota de empenho global ou estimativo, o pagamento será efetuado conforme a execução do serviço ou entrega do produto / objeto.
- 15.7. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

Ubiratã, 03 de maio de 2023.

Rafael de Mello Bartz
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D10A-77FF-7FE8-E464

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL DE MELLO BARTZ (CPF 069.XXX.XXX-80) em 03/05/2023 12:55:13 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/D10A-77FF-7FE8-E464>

De: Maria C. - GP-ACS

Para: -

Data: 03/05/2023 às 12:52:22

—
Maria Eduarda Soares Pio da Costa
Assessora de Gabinete

Anexos:

TERMO_DE_CIENTIA_DE_FISCALIZACAO_DO_CONTRATO_3_.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Maria Eduarda Soares Pio d...	03/05/2023 12:52:40	1Doc	MARIA EDUARDA SOARES PIO DA COSTA CPF 084.XX...
Edcarlos Favaro Pereira	03/05/2023 14:24:37	1Doc	EDCARLOS FAVARO PEREIRA CPF 975.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **C29C-DD2D-959D-0496**

ANEXO XIII – TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

REQUISIÇÃO Nº 239/2023

Objeto: Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

TERMO DE CIÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Declaro que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse processo e essa portaria, acompanhando sua execução e adotando os procedimentos que se fizerem necessários para exigir seu fiel cumprimento, de acordo com as cláusulas do instrumento e disposição legais que regulam a matéria.

SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

SERVIDOR (FISCAL): EDCARLOS FAVARO PEREIRA

CARGO/FUNÇÃO: CHEFE DE DIVISÃO DE LAZER

GABINETE DO PREFEITO

SERVIDOR (FISCAL SUBSTITUTO): MARIA EDUARDA SOARES PIO DA COSTA

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR III

SETOR DE LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO

FONE DE CONTATO: 44 3543-8024

E-MAIL: assessoria@ubirata.pr.gov.br

Ubiratã, 03 de maio de 2023.

Fiscal do Contrato Fiscal

Substituto do Contrato





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C29C-DD2D-959D-0496

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA EDUARDA SOARES PIO DA COSTA (CPF 084.XXX.XXX-00) em 03/05/2023 12:52:38 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ EDCARLOS FAVARO PEREIRA (CPF 975.XXX.XXX-00) em 03/05/2023 14:24:35 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/C29C-DD2D-959D-0496>

Proc. Administrativo 1- 099/2023

De: Viviane R. - SEMAD-SP

Para: GP - Gabinete do Prefeito

Data: 03/05/2023 às 13:44:57

Setores (CC):

GP, SEMAD-SP

Requisição formalizada pela equipe de evento, não cabendo licitação global

—
Viviane C. Ciciliato Retamero

Assistente administrativo

De: Maria C. - GP-ACS

Para: -

Data: 03/05/2023 às 17:44:08

—
Maria Eduarda Soares Pio da Costa
Assessora de Gabinete

Anexos:

ORC_AMENTO_EXPOBIRA_TODDY_RODEIO_2023.pdf

REQUISICAO_RODEIO.doc

REQUISICAO_RODEIO.pdf



ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIATÁ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA
1	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
2	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
3	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none">- 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio);- 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista;- 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio;- 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais;- 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio;- 01 (um) auxiliar de pista;- 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga;- 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga;- 01 (um) diretor de rodeio;
4	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
5	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
6	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
7	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme -Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
8	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
9	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
10	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1





ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
11	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
12	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
13	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
14	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
15	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
16	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
17	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
18	
19	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
20	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
21	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
22	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 15 (quinze) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
23	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m,





ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
24	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;
25	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
26	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
	VALOR DO ORÇAMENTO: 210.000 MIL

Validade orçamento: 60 dias
Braganey, 03 de maio de 2023.

J C VENEROSKI
EVENTOS:2125
3780000151

Assinado de forma digital
por J C VENEROSKI
EVENTOS:212537800001
51
Dados: 2023.05.03
17:38:51 -03'00'

J.C VENEROSKI-EVENTOS ME



1. REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 239/2023**2. OBJETO**

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

3. VALOR TOTAL DA REQUISIÇÃO

R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais)

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

Ubiratã – Paraná, 03 de maio de 2023.

Rafael de Mello Bartz
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

5. DESPACHO DA SECRETARIA DAS FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto contido na presente requisição.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a, indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas.

Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

Após, encaminha-se ao Gabinete para autorização do Prefeito.

Ubiratã-PR, 03 de maio de 2023.

Contador (a)

Secretário(a) das Finanças e do Planejamento

6. DESPACHO DA AUTORIDADE SUPERIOR

De acordo.

Fábio de Oliveira Dalécio

7. DIVISÃO DE LICITAÇÃO

Data de recebimento: ____/____/2023

Hora: ____:____

ANEXO I
COMPLEMENTO À REQUISIÇÃO Nº 239/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo apresentar as condições mínimas a serem atendidas pelos licitantes visando **contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA)**, sendo que os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer, de acordo com as especificações, quantitativos e condições relacionadas no item 7 – Descrição Detalhada do Objeto e 7.1 Condições Gerais.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida do rodeio country a ser realizado na festa de exposição do município – EXPOBIRA, visa resgatar a tradição, uma vez que desde 2001 até o ano de 2017, a população vinha sendo prestigiada com tal espetáculo.

A iniciativa visa também conservar e resgatar os inúmeros costumes tradicionais, valorizar a cultura local proporcionando ainda um significativo aspecto econômico para o Município, pois movimenta vários setores ligados ao turismo, atraindo visitantes e trazendo renda e oportunidade de trabalho aos bares, hotéis, restaurantes, barraqueiros, vendedores ambulantes, além da oportunidade de todos poderem comparecer nos dias gratuitos da festa.

Por fim, tendo em vista a popularização do rodeio no município e a falta que a presente atração faz, sendo aguardado por todos os munícipes e visitantes que prestigiam o evento, não paira nenhuma dúvida que a atração abrilhantar ainda mais a Exposição que já é regionalmente conhecida.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

4. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1. A execução do objeto será custeada pela (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentaria (s):

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A vigência da contratação será de 60 dias.

6. INDICAÇÃO DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

6.1. Gestor do Contrato: Rafael de Mello Bartz

6.2. Fiscal do Contrato: Edcarlos Favaro Pereira

6.3. Fiscal do Contrato Substituto: Maria Eduarda Soares Pio da Costa

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

Código LC	Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
43782	1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 7.1 abaixo.	1	Serv.	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00

7.1. CONDIÇÕES GERAIS

A empresa vencedora deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR:

	- Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

8. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 8.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA).
- 8.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.
- 8.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.
- 8.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.
- 8.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;
- 8.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;
- 8.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da empresa contratada, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;
- 8.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023. Também farão a fiscalização do Termo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 8.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no antes do referido evento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 8.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 8.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da

EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, esta Secretaria poderá aplicar a penalidade de suspensão prevista em Lei e no Edital de Licitação.

8.13. Além do preço acordado, a Empresa deverá cumprir as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de qualificação técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com todos os itens exigidos nesta licitação (descritos no subitem 7.1), emitido por órgão público ou privado de reconhecida idoneidade – com firma reconhecida. Vedada a apresentação de atestado fornecido por pessoa física.

b) Apresentar vínculo empregatício, através de Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Trabalho, com o Médico Veterinário responsável pelos animais envolvidos no evento, com carteira de registro e quitação no CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária, original ou cópia autenticada, juntamente com a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica do CONTRATANTE e Certidão Negativa de Pessoa Física do médico veterinário junto ao CRMV;

c) Comprovação da licitante que mantém vínculo com técnico profissional responsável pela realização de shows pirotécnico, (TÉCNICO BLASTER) devidamente registrado ao órgão competente (Polícia Judiciária Civil), que deverá ser comprovado vínculo com a empresa através de: Cópia do livro de Funcionários, ou cópia de carteira de trabalho ou Contrato de prestação de serviços devidamente reconhecido firma acompanhado da carteira profissional (LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE BLASTER) original ou cópia autenticada.

d) Apresentar CAT - Certidão de acervo técnico emitido pelo CREA e ou CAU/BR em nome do Responsável Técnico da Empresa por realização de serviços semelhantes (montagem/desmontagem de estrutura de metal) elencados por este responsável técnico nas quantidades dispostas neste edital.

e) Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente/ e ou contrato com o profissional, Engenheiro Civil ou Arquiteto – ou outro profissional reconhecido pelo CREA ou CAU/BR – cujo nome deverá constar na certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, devendo apresentar registro da empresa e responsável técnico no CREA ou CAU/BR.

f) Os licitantes interessados em participar do certame deverão realizar visita técnica no local a ser realizado os serviços, devendo agendar um horário e data com a Comissão Organizadora do Evento. A visita técnica para retirada de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA poderá ser realizada até o dia anterior a abertura do certame;

g) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega proposta, no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de cada profissional;

- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

h) Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.

10. DOS PREÇOS

10.1. Para fins de julgamento e determinação da (s) Empresa (s) Fornecedora (s), serão utilizados os critérios de MENOR PREÇO DO LOTE.

10.2. Não poderão ser ofertados preços irrisórios e/ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

10.3. Nos valores contratados já deverão estar incluídas todas as despesas necessárias para a execução do objeto deste Contrato, incluindo, despesas com transporte, mão-de-obra, materiais, equipamentos, estadia e alimentação de todos os profissionais envolvidos, premiação, licenças necessárias para o evento, encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social, tributária e outras, bem como impostos, taxas, tributos incidentes ou que venham a incidir sobre a totalidade dos serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Fiscalizar, por meio da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023 conforme as especificações deste termo;

11.2. Atestar as Faturas, após comprovação do recebimento e instalação correspondente dos OBJETOS, conforme o disposto neste Termo;

11.3. Acompanhar e fiscalizar, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio, falhas detectadas e comunicando ao fornecedor as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela.

11.4. Receber os objetos no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

11.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.

11.6. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

11.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo;

11.9. O município de Ubiratã não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.10. Comunicar em tem hábil, à Contratada, a quantidade dos objetos a serem fornecidos, em Notas de Empenho assinadas pela autoridade competente.

11.11. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

12.2. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;

12.3. Fornecer mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços objeto deste termo de referência;

12.4. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;

12.5. Fornecer alimentação e transporte local para os seus funcionários quando da realização dos serviços;

12.6. Cumprir todas as Normas internas e Procedimentos Administrativos da CONTRATANTE;

12.7. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;

12.8. Apresentar a CONTRATANTE a respectiva comprovação de registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do objeto deste termo de referência junto ao CREA-PR (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná).

12.9. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isentam de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

12.10. A contratada, obrigatoriamente, deverá exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.

12.11. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega ou execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.

12.12. Manter durante toda a execução do presente Termo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.13. A Contratada está obrigada a executar o objeto desse termo, através de pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária ao cumprimento do mesmo, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à Contratante.

12.14. Responsabilizar-se pelas operações de transporte, carga, descarga e instalação.

12.15. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente todas as reclamações.

12.16. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento e instalação dos objetos.

12.17. Substituir os materiais / produtos / objetos / serviços deste Termo de Referência, que por ventura forem entregues à Contratante com defeito de fabricação ou que apresentarem qualquer alteração de quantidade, validade, vícios, defeitos, incorreções, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento.

12.18. Comprometer-se a fornecer o objeto deste Termo e da proposta, em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, e no caso de não ser o fabricante, responderá, solidariamente e preferencialmente pelos vícios de qualidade e quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor;

12.19. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.

12.20. Em caso de aplicação de qualquer penalidade ou multas por descumprimento do contido no parágrafo acima, haverá responsabilização direta à Empresa Contratada, sem qualquer responsabilidade do Contratante.

13. DO ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DOS OBJETOS

13.1. Os objetos serão conferidos, fiscalizados e atestados pelo Fiscal de Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A Secretaria do Esporte e Lazer e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023 reserva-se o direito de, sem restringir a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os objetos e serviços de instalação, diretamente ou por profissionais designados.

14.2. Fica designado o servidor nomeado pela portaria nº 21/2023, para fiscalização da execução do presente contrato o servidor Edcarlos Favaro Pereira.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado à Contratada no prazo de até trinta dias mediante o recebimento definitivo dos produtos / objetos / serviços, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestado por servidor designado para este fim;

15.2. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas ao proponente ou inadimplência contratual;

15.3. O gestor do Termo somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada, todas as condições pactuais;

15.4. Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os bens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho;

15.5. As faturas que apresentam incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação;

15.6. Quando tratar de nota de empenho global ou estimativo, o pagamento será efetuado conforme a execução do serviço ou entrega do produto / objeto.

15.7. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

Ubiratã, 03 de maio de 2023.

Rafael de Mello Bartz
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER

De: Maria C. - GP-ACS

Para: -

Data: 03/05/2023 às 18:08:55

Orçamento com a descrição correta.

Anexos:

Orcamento_EXPOBIRA_RODEIO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edcarlos Favaro Pereira	05/05/2023 16:31:38	1Doc	EDCARLOS FAVARO PEREIRA CPF 975.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **7359-A958-5CA5-E27D**



ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

ITEM	DESCRIÇÃO – TERMO DE REFERÊNCIA
1	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
2	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
3	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none">- 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio);- 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista;- 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio;- 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais;- 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio;- 01 (um) auxiliar de pista;- 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga;- 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga;- 01 (um) diretor de rodeio;
4	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
5	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
6	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
7	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme -Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
8	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
9	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
10	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1





ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
11	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
12	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
13	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
14	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
15	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
16	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
17	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
18	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas com a logomarca do Evento.
19	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
20	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
21	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
22	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
23	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m,



CNPJ: 21.253.780/0001-51 JC. VENEROSKI EVENTOS ME TEL: (45) 9 9991-3299 / EMAIL:TODDYRODEIO@HOTMAIL.COM



ORÇAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBIRATÃ
CNPJ: 76.950.096/0001-10

	com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
24	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;
25	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
26	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
	VALOR DO ORÇAMENTO: 210.000 MIL

Validade orçamento: 60 dias
Braganey, 03 de maio de 2023.

J.C VENEROSKI-EVENTOS ME



CNPJ: 21.253.780/0001-51 JC. VENEROSKI EVENTOS ME TEL: (45) 9 9991-3299 / EMAIL:TODDYRODEIO@HOTMAIL.COM



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7359-A958-5CA5-E27D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDCARLOS FAVARO PEREIRA (CPF 975.XXX.XXX-00) em 05/05/2023 16:31:36 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/7359-A958-5CA5-E27D>

Proc. Administrativo 2- 099/2023

De: Fábio D. - GP

Para: SEMFIP - Secretaria Municipal das Finanças e Planejamento

Data: 04/05/2023 às 10:10:50

Setores (CC):

SEMFIP, SEMFIP -CONT

Autorizo.

—

Fábio Dalécio

Prefeito de Ubatã

Proc. Administrativo 3- 099/2023

De: Cristiane Z. - SEMFIP -CONT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 04/05/2023 às 11:58:05

Setores envolvidos:

GP, GP-ACS, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEL, SEMEL-DIESP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários.

Por conta da indicação das dotações acima, atestamos por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas, **NÃO HAVENDO COM ISSO DESTAQUE OU APRISIONAMENTO DE RECURSOS**, ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício nesta data.

Outrossim, informamos que a análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64 e se necessário e possível esta secretaria providenciará suplementação das dotações acima previstas. Além disso, **não compete** à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra, poder discricionário do Gestor Municipal.

Por fim, alerta-se ao Gestor que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

—
Cristiane Fatima Zolin
Contadora

Assinado por 2 pessoas: CRISTIANE FATIMA ZOLIN e PAULO PEREIRA MOURA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/48DE-8856-E234-7711> e informe o código 48DE-8856-E234-7711



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 48DE-8856-E234-7711

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRISTIANE FATIMA ZOLIN (CPF 088.XXX.XXX-02) em 04/05/2023 11:58:21 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



PAULO PEREIRA MOURA (CPF 070.XXX.XXX-20) em 05/05/2023 09:11:24 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/48DE-8856-E234-7711>

Proc. Administrativo 4- 099/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 04/05/2023 às 16:52:27

Segue para elaboração da minuta do edital

—
Thiago Dadalto Gimenez
Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 5- 099/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: CGM-AL - Acompanhamento de Licitações CGM

Data: 04/05/2023 às 16:53:23

Setores (CC):

PGM-ASSEJUR, CGM-AL

Solicitamos parecer jurídico referente à minuta de edital anexa, modalidade pregão, na forma eletrônica

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

MINUTA_EDITAL_RODEIO.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/2023

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubatuba, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
ATÉ ÀS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXX DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXX DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)**, conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência, uma vez que o valor do item a ser contratado é superior a R\$ 80.000,00, não se aplicando o disposto no art. 48, inciso II da LC nº 123/06.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49.

8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, **ATÉ ÀS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXX DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias a contar da data de sua apresentação.

10.6. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A apresentação da proposta implicará:

10.7.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.7.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. **A PARTIR DAS XXHXXMIN DO DIA XX DE XXXXX DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-50,00 (Cinquenta reais).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá:

12.1.1. Conter o número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Conter a Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;

12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;

12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;

12.1.7. A Licitante vencedora deverá, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, encaminhar catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente a especificação exigida em edital.

12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.

12.4. A Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta quando convocada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras.gov.br.

12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.

12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.

12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

13.2. Serão desclassificadas as propostas:

13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever da Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);

F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

14.11.8. Qualificação Técnica:

- A. Atestado de qualificação técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com todos os itens exigidos nesta licitação (descritos no subitem 3.2 do Termo de Referência), emitido por órgão público ou privado de reconhecida idoneidade – com firma reconhecida. É vedada a apresentação de atestado fornecido por pessoa física;
- B. Apresentar vínculo empregatício, através de Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Trabalho, com o Médico Veterinário responsável pelos animais envolvidos no evento, com carteira de registro e quitação no CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária, original ou cópia autenticada, juntamente com a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica do CONTRATANTE e Certidão Negativa de Pessoa Física do médico veterinário junto ao CRMV;
- C. Comprovação da licitante que mantém vínculo com técnico profissional responsável pela realização de shows pirotécnico, (TÉCNICO BLASTER) devidamente registrado ao órgão competente (Polícia Judiciária Civil), que deverá ser comprovado vínculo com a empresa através de: Cópia do livro de Funcionários, ou cópia de carteira de trabalho ou Contrato de prestação de serviços devidamente reconhecido firma acompanhado da carteira profissional (LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE BLASTER) original ou cópia autenticada;
- D. Apresentar CAT - Certidão de acervo técnico emitido pelo CREA e ou CAU/BR em nome do Responsável Técnico da Empresa por realização de serviços semelhantes (montagem/desmontagem de estrutura de metal) elencados por este responsável técnico nas quantidades dispostas neste edital;
- E. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente e/ou contrato com o profissional, Engenheiro Civil ou Arquiteto – ou outro profissional reconhecido pelo CREA ou CAU/BR – cujo nome deverá constar na certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, devendo apresentar registro da empresa e responsável técnico no CREA ou CAU/BR;

F. Atestado de visita técnica (a ser fornecido pelo Município, conforme descrito a seguir), ou declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica (modelo anexo IV).

i. Os licitantes interessados em participar do certame poderão realizar visita técnica no local a ser realizado os serviços, devendo agendar um horário e data com a Comissão Organizadora do Evento, **através do e-mail esporte@ubirata.pr.gov.br ou telefone (44) 3543-4355.**

ii. A visita técnica para retirada de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA poderá ser realizada até o dia anterior a abertura do certame;

iii. A não realização de vistoria não impedirá a proponente de participar do processo de licitação. Porém, deverá assinar declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica, no qual assume total responsabilidade sobre eventual erro na elaboração de sua proposta, decorrente da não realização da vistoria, vez que optou por não a realizar por sua conta e risco;

iv. Realizada ou não a vistoria, o Município não aceitará posteriormente, em nenhuma hipótese, qualquer alegação de necessidade de serviços extraordinários, bem como alegações de dificuldades para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da presente licitação.

G. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de cada profissional;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

H. Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade, **apenas para a assinatura do contrato.**

14.11.9. Qualificação Econômico-Financeira

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.11.10. Documentação Complementar

A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar

a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado à Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceite e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, **não apresentar a comprovação exigida** e/ou não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes às seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;

B - Fizer declaração falsa;

C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;

D - Omitir o real enquadramento da empresa;

E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubiratã por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

A - Não manter proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;

B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita a Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) pregoeiro (a).

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos em que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Responsabilidade pela Não Realização de Visita Técnica;
- 21.18.5. Anexo V - Minuta de Contrato.

Ubatuba, Paraná, XX de XXXXX de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXXX/2023

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida do rodeio country a ser realizado na festa de exposição do município – EXPOBIRA, visa resgatar a tradição, uma vez que desde 2001 até o ano de 2017, a população vinha sendo prestigiada com tal espetáculo.

A iniciativa visa também conservar e resgatar os inúmeros costumes tradicionais, valorizar a cultura local proporcionando ainda um significativo aspecto econômico para o Município, pois movimentará vários setores ligados ao turismo, atraindo visitantes e trazendo renda e oportunidade de trabalho aos bares, hotéis, restaurantes, barraqueiros, vendedores ambulantes, além da oportunidade de todos poderem comparecer nos dias gratuitos da festa.

Por fim, tendo em vista a popularização do rodeio no município e a falta que a presente atração faz, sendo aguardado por todos os munícipes e visitantes que prestigiam o evento, não paira nenhuma dúvida que a atração abrigará ainda mais a Exposição que já é regionalmente conhecida.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade e valores unitários e totais máximos:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.	1	gb	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00

3.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;

k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas com logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;

w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da empresa, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da empresa, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a empresa se sujeitará às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.13. A empresa deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A empresa é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE
Nº DO CNPJ
Endereço, Cidade e Estado.
Nº do Telefone.
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº **XX/2023**.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

- 1.1. O valor global para a execução do objeto é de **R\$- (valor por extenso)**.
- 1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.
- 1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2023

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;

B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubiratã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;

C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubiratã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **XX/2023**

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

Eu, *(Nome do representante legal, nº RG e CPF)*, representante legal da empresa supracitada, DECLARO para os devidos fins de direito que deixamos de realizar visita técnica para tomar conhecimento das reais condições do local e das instalações onde os serviços serão prestados. Declaro que, em face da não realização da visita técnica, assumimos total e irrestrito compromisso sobre qualquer erro no dimensionamento de custos para elaboração da proposta, vez que por nossa conta e risco, optamos por não a realizar. Declaro ainda que, por optar pela não realização da visita técnica, em hipótese alguma poderá ser alegada necessidade de serviços extraordinários decorrentes do desconhecimento das reais condições do objeto licitado, bem como dificuldades para execução do contrato.

Local e Data.

Representante Legal da Empresa
(Nome, assinatura e CPF)

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no **Processo Licitatório nº XX/2023, Pregão Eletrônico n.º XX/2023** e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 2.2 abaixo.	1	serv.		

2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;

k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas com logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;

w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em **R\$- ()**.

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A CONTRATADA deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a CONTRATADA se sujeitará às penalidades previstas no presente contrato.

5.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

- 7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;
- 7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;
- 7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;
- 7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;
- 7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.
- 7.1.6. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;
- 7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;
- 7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;
- 7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;
- 7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;
- 7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.
- 7.2.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

- 7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- 7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;
- 7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- 7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);
- 7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.3.6. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;
- 7.3.7. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;
- 7.3.8. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;
- 7.3.9. Exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.
- 7.3.10. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;
- 7.3.11. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;
- 7.3.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;
- 7.3.13. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;
- 7.3.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 7.3.15. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;
- 7.3.16. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.17. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

7.3.18. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incorrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, **XX de XXXXXX de 2023.**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Proc. Administrativo 6- 099/2023

De: Bruna M. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 05/05/2023 às 09:46:26

Setores envolvidos:

GP, GP-ACS, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEL, SEMEL-DIESP, SEMAD-SP, SEMFIP -CONT, CGM-AL

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

Bom dia

Segue anexo parecer jurídico.

Lembrando que para fins de aferimento do valor estimado da contratação se faz necessário a juntada de ao menos mais dois orçamentos, e para maior lisura do processo, se possível contratos semelhantes a contratação aqui pretendida, tudo com intuito de que o preço estimado traga maior benefício de contratação ao Ente Público, entendimento esse, já sedimentado pelo Tribunal de Contas do Estado.

—
Bruna Correa Malheiro
Advogada Pública

Anexos:

PJ_239_2023.pdf

PARECER JURÍDICO

Ao Departamento de Licitações

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

REQUISIÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 239/2023

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município de Ubiratã (EXPOBIRA).

Trata-se de solicitação de parecer jurídico, encaminhada a esta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei 8.666/93, na qual requer análise jurídica da legalidade do Processo de Licitação em epígrafe, bem como a análise da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico, cujo objetivo é a contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município de Ubiratã (EXPOBIRA).

Foram apresentados ao processo cópia do ato de Requisição de Licitação, bem como minuta do instrumento convocatório para tal desiderato, instruído de edital de licitação, termo de referência, modelo de proposta de preços, bem como, modelo de declarações exigidas em lei e requeridas no Edital, declaração de habilitação e declaração de cumprimento dos requisitos legais e minuta do contrato.

A justificativa apresentada pela Secretaria para contratação pleiteada encontra-se acostada junto ao requerimento de licitação.

É o breve relatório. Passo a opinar.

Desde logo, cumpre destacar que a essa Assessoria Jurídica não cabe analisar o mérito da contratação, o qual pertence exclusivamente aos ordenadores de despesas. Entretanto, incumbe a este profissional verificar o cumprimento das normas e princípios que regem a atividade da Administração Pública e, especialmente, avaliar as minutas de edital de licitação e do respectivo contrato, na forma do artigo 38, parágrafo único da Lei



n.º 8.666/93, quanto aos **aspectos jurídicos envolvidos**, alertando os gestores quanto aos possíveis riscos de suas condutas.

Isso compreendido, passemos ao exame.

Consta dos autos a indicação da fonte de recursos para atender a despesa, o que atende a exigência do art. 7º §2º, inc. III, da Lei Federal nº 8.66/93, haja vista haver informação suficiente de que existe disponibilidade para cobrir a despesa.

Rememore-se, ainda, que o procedimento em questão apresenta formulário de dotação orçamentária, evidenciando a existência de previsão desta despesa ao especificar o valor, projeto, elemento de despesa, fonte de recursos e o plano interno.

Nesse sentido, o formulário cumpre com os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93.

Nesta esteira, cabe analisar a modalidade licitatória, apontando-se que é admitida e indicada a realização de pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1º, parágrafo único, Lei n.º 10.520/2002).

Conforme Marçal Justen Filho:

[...] há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto. (g. n.)

O pregão eletrônico é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de



propostas e lances, para classificação e habilitação do licitante com a proposta de menor preço.

Cumprе salientar que papel do órgão jurídico é o de verificar o preenchimento dos pressupostos legais, decorrentes da interpretação das normas pela doutrina e jurisprudência. Nesta seara, consta do processo a indicação para a realização do pregão eletrônico.

Restou acostado ainda a minuta do edital de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o critério menor preço global, objetivando a Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município de Ubitatã (EXPOBIRA).

Quanto ao exame da regularidade do procedimento de licitação, no que diz respeito à sua fase interna, foram observadas as exigências do art. 3º, I, da Lei 10.520/02, bem como, o ato administrativo segue as diretrizes do art. 50, da Lei n.º 9.784/99.

Quanto à minuta do edital apresentada, essa contém as cláusulas obrigatórias exigidas pelo art. 40 da Lei Federal nº 8.666/93 sendo que as exigências de qualificação são aquelas previstas expressamente nos arts. 27 a 31 da Federal nº 8.666/93.

O critério menor preço global, admissível na modalidade pregão eletrônico, é adequado, considerando que não foram observadas características especiais que demandariam a análise da melhor técnica nas propostas a serem apresentadas.

No que diz respeito à especificação do objeto da licitação, trata-se de matéria que se insere no âmbito da discricionariedade técnica, devendo a autoridade competente assumir as responsabilidades daí decorrentes, tanto no que diz respeito à sua qualificação como “serviço comum”, quanto atentando para que sejam mantidas no edital apenas as exigências que, rigorosamente, sejam indispensáveis, sob pena de se frustrar a competitividade da licitação, com violação do art. 3º, §1º, inc. I da Lei Federal nº 8.666/93.

Cabe advertir que a descrição do objeto, como preconiza o mesmo art. 3º, em seu inciso II, deve ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias (art. 3º, II), primando-se por

certa padronização nos descritivos dos itens, de modo que sua definição seja interpretada de forma inequívoca pelos participantes do processo licitatório.

Convém salientar que a análise da adequação desta descrição escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica, a quem cabe apontar à autoridade solicitante quais as cautelas recomendáveis para garantir a higidez do certame, com o cumprimento das normas aplicáveis, no entanto, aparentemente, não existem defeitos grosseiros, capazes de ser constatados por este profissional.

No demais, em virtude da aparente regularidade da fase preparatória, sopesando-se o princípio da boa-fé, da presunção de legitimidade dos atos administrativos e limitando-se à análise dos elementos devidamente expostos nos autos, entende-se que o procedimento e a modalidade são adequados.

Do exposto, opino pela aprovação da minuta do edital de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob o critério menor preço global, objetivando Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município de Ubiratã (EXPOBIRA).

Por todo o exposto, entende esta Assessoria Jurídica que, o procedimento encontra-se de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e lei 10.520/2002, razões pela qual, diante das justificativas, opino pela sequência do procedimento na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

É o parecer.

Ubiratã, 05 de maio de 2023.

Bruna Correa Malheiro

Advogada Pública

OAB/PR 88.976



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 228E-62C4-32EA-D2E6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 05/05/2023 09:46:52 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/228E-62C4-32EA-D2E6>

De: Maria C. - GP-ACS

Para: -

Data: 05/05/2023 às 14:39:52

—
Maria Eduarda Soares Pio da Costa
Assessora de Gabinete

Anexos:

Braganey_Contrato.pdf

Braganey_Edital.pdf

Edital_Rancho_Alegre_do_Oeste.pdf



CONTRATO Nº. 005/2023 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL 024/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE BRAGANEY,
CNPJ: 78.121.902/0001-73 E A EMPRESA J.C.
VENEROSKI-EVENTOS-ME - CNPJ:
21.253.780/0001-51.**

O **MUNICÍPIO DE BRAGANEY** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Arthur Pereira, 860, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.78.121.902/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente no Município de BRAGANEY, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 3.926.005.0, expedida pela SSP/PR, e do CPF/MF sob nº 525.179.269-72, a seguir denominado **CONTRATANTE** e, de outro a empresa **J.C.VENEROSKI-EVENTOS-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.253.780/0001-51, com sede a Avenida Planalto, 820, centro, Cep: 85.430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS VENEROSKI**, Portador da Cédula de Identidade nº. 7.282.443-1, e do CPF nº. 026.933.839-00, residente e domiciliado na cidade de BRAGANEY, na Avenida Planalto, nº 820, centro, Cep 85.430-000, a seguir denominada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato, que reger-se-á pelas cláusulas e condições especificadas sob a égide da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Código Civil Brasileiro, do Código Comercial Brasileiro, de outras referentes ao objeto a seguir expressas definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes e ainda pelas que aqui não explicitadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor global do presente contrato é de R\$ 224.000,00 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO MIL REAIS), que se fará por meio de ordem bancária, mediante apresentação da Nota Fiscal, assinada e rubrica pela gestora e fiscais de contratos nomeados pela Portaria 014/2023, e também pela Comissão Organizadora do Evento. Deverá vir junto com a NF as negativas INSS, FGTS, ESTADUAL, TRABALHISTA E MUNICIPAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços deverão ser realizados e entregues conforme solicitação do Executivo Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Estão incluídas no preço, todas as despesas com mão de obra, tributos e/ou contribuições, combustíveis, manutenção de veículos, seguro acidente, frete, hospedagem,

alimentação, transporte e/ou quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado em 2 parcelas da seguinte forma:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A primeira parcela de 50% do valor do contrato será paga **em até 30 (trinta) dias** após a entrega da totalidade dos serviços contratados, com apresentação da nota fiscal eletrônica que deverá ser enviada para o e-mail nfe.braganey@gmail.com com cópia para licitacao.braganey@gmail.com

PARÁGRAFO SEGUNDO - E a segunda parcela do restante do valor do contrato será paga em até **60 (sessenta) dias** após a entrega da totalidade dos serviços contratados, com apresentação da nota fiscal eletrônica que deverá ser enviada para o e-mail nfe.braganey@gmail.com com cópia para licitacao.braganey@gmail.com

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento será realizado em conformidade com o **Decreto Federal nº. 7.507**, de junho de 2011, Art. 2º, § 1º.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas do presente contrato correrão por conta do Orçamento de 2023. Dotações Orçamentárias nº.

Reduzida	Despesa/elemento	Fonte	Secretaria
91	03.002.04.121.0002.2009 3.3.90.39.00.00	1000	Administração e Planejamento
277	05.003.13.392.0013.2024 3.3.90.39.00.00	1000	Educação e Cultura

CLÁUSULA QUINTA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os preços pelos quais serão adquiridos os serviços, objeto do presente contrato, **não poderão ser reajustados.**

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução global do rodeio deverá ser realizada nos dias **28, 29 e 30 de abril de 2023**, no **espaço conhecido como LAGO MUNICIPAL DE BRAGANEY**. Todas as estruturas, demais materiais necessários, e serviços deverão estar montadas e disponíveis para utilização **até as 18h00min do dia 26 de ABRIL de 2023**, ou seja 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento. A empresa fica **OBRIGADA** até essa data de apresentar todas as liberações dos órgãos de vigilância sanitária, bombeiros, ADAPAR e demais liberações que se fizeram necessária para que o evento possa ocorrer dentro das normas legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços de organização e realização do evento deverão ser realizados em estrito acordo com o cronograma a seguir:

DATA	DESCRIÇÃO	HORÁRIO DE INÍCIO
28/04/2023	Abertura dos portões do evento, com atividades no parque de diversões e praça de alimentação.	18h00min
	Disputa Três Tambores - Limite máximo de horário	19h30min
	Início do Rodeio. (1º Dia de Competição)	20h00min



29/04/2023	Abertura dos portões do evento, com atividades no parque de diversões e praça de alimentação.	18h00min
	Disputa Três Tambores - Limite máximo de horário	19h30min
	Início do Rodeio. (2º Dia de Competição)	20h00min
30/04/2023	Abertura dos portões do evento, com atividades no parque de diversões e praça de alimentação.	18h00min
	Disputa Três Tambores - Limite máximo de horário	19h30min
	Início do Rodeio. (3º Dia de Competição/Encerramento)	20h00min

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contratado sujeitar-se-á à fiscalização do serviço no ato da execução, reservando-se o Município de Braganey-PR o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o mesmo em condições satisfatórias ou não atendam às especificações deste Edital. O gestor e fiscais farão a conferência de toda a estrutura na data de 26/04/2023, entregando o relatório final até as 18:00hs do dia 27/04/2023.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços serão inspecionados e conferidos e as irregularidades de qualquer natureza, detectadas, obrigam a futura Contratada à imediata correção, sendo que na impossibilidade, o serviço não aprovado deverá ser refeito, correndo a expensas da Contratada, eventuais despesas advindas da solicitada correção dos serviços que deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente ao apontamento da irregularidade, a contar da solicitação feita pela área requisitante, caso alguma irregularidade seja constatada e não sanada, desde que não comprometa a segurança das festividades, será apenas desonerado do valor total do contrato, realizado mediante abertura de PA (Processo Administrativo), para posterior averiguação. Caso a irregularidade constatada e não sanada comprometa a segurança das festividades a mesma não poderá ocorrer até essa tudo seja completamente resolvido.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contratada será totalmente responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

PARÁGRAFO QUARTO - A contratada será responsável, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos equipamentos e a outros bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Braganey-PR, quando esses tenham sido ocasionados por seus agentes ou produtos durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Responsabilizar-se pela limpeza do terreno para montagem de toda a estrutura completa do rodeio;



- II. Fornecer 01 (uma) ambulância com motorista e equipe de atendimento de primeiros socorros para todos os dias do rodeio;
- III. Comunicar a Licitante, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas para que seja refeito, reparado e corrigido;
- IV. Efetuar o pagamento à Licitante no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos em Contrato e Edital;
- V. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada;
- VI. Fiscalizar toda a execução do evento, os quais abrangem poderes para exigir correções nos momentos que antecedem ou durante a realização do evento, sugerindo a aplicação de multas de acordo com as sanções previstas no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Prover o serviço completo de organização e realização do rodeio, sendo que o mesmo deverá ocorrer conforme o cronograma previsto no Parágrafo primeiro da Cláusula Sexta, seguindo rigorosamente os horários estabelecidos. Toda a estrutura do evento ficará sob responsabilidade da contratada, incluindo o trator e demais equipamentos que se fizerem necessários para o nivelamento e correção do arena durante e após a prova do Três Tambores;
- II. Fornecer no mínimo 20 touros para montarias com no mínimo duas tropas diferentes devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes e 4 cavalos para abertura do rodeio para entrada dos pavilhões, para todos os dias do rodeio;
- III. Apresentar cópia do Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do profissional responsável pelo acompanhamento dos animais durante o evento, sendo de responsabilidade do licitante a apresentação da Guia de Transporte Animal – GTA para todos os animais envolvidos no evento. Devendo de o médico veterinário responsável recolher toda a documentação dos animais até as 17:00hs do dia 28/04/2023, para conferência, caso a fiscalização solicite.
- IV. Apresentar toda a documentação necessária dos 30 (trinta) animais que disputarão a prova dos Três Tambores, incluindo exames de mormo e apresentação da Carteira de Vacinação dos animais (devendo estar todas as vacinas em dia, caso contrário o animal não poderá participar do evento). Sendo de responsabilidade do licitante a apresentação da Guia de Transporte Animal – GTA, deverá apresentar também cópia do Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária do profissional responsável pelo acompanhamento dos animais durante o todo o evento, as guias e exames até as 17:00hs do dia 28/04/2023, para conferência, caso a fiscalização solicite.
- V. É de responsabilidade da empresa licitante a liberação da realização do rodeio junto à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que deverá ser entregue até 48 horas antes do início do evento para os fiscais de contrato e equipe organizadora;
- VI. Fornecer obrigatoriamente 02 (dois) locutores profissionais de rodeio de renome nacional sendo 1 locutor comercial voz padrão e 1 locutor de pista;
- VII. Fornecer no mínimo 02 (dois) Salva-vidas com experiência em rodeio;
- VIII. Fornecer 02 (dois) juizes de rodeio, com equipamentos necessários para atuação e fiscalização de julgamentos;
- IX. Fornecer 02 (dois) porteiros com experiência na soltura dos animais do brete;
- X. Contratar seguro individual para todos os competidores, locutores, juizes, salva vidas e demais auxiliares que trabalharão na pista, com cobertura mínima de R\$ 150.000,00 no caso de morte ou invalidez, despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com apresentação de apólice de seguro específica para o fim, efetuada em seguradora com idoneidade comprovada; conforme **LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001**, que deverá ser entregue até 24 horas antes do início do evento para os fiscais de contrato e equipe organizadora, para conferência.



- XI. Fornecimento de estrutura completa conforme Requisitos mínimos especificados no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 024/2023. Toda a estrutura será fiscalizada pela Comissão anteriormente e durante a realização do evento;
- XII. Fornecer estrutura completa de som e iluminação profissional conforme descrição detalhada na planilha dos itens, com atuação em rodeios de grande porte, em nível estadual e nacional, compatível com a estrutura da arena a ser realizado o rodeio. Toda a estrutura será fiscalizada pela Comissão anteriormente e durante a realização do evento;
- XIII. Fornecer 01 (um) gerador de energia (conforme descrição do Edital Pregão 024/2023).
- XIV. Fornecer toda alimentação, água, pasto, embarcadores e transporte para os animais que participarão do rodeio, incluindo os animais que farão parte da equipe dos Três Tambores;
- XV. Retirar todos os animais da arena logo após a realização de cada evento;
- XVI. Fornecer transporte, hospedagem e alimentação para os tratadores e demais pessoas envolvidas na execução do rodeio;
- XVII. Realizar shows pirotécnicos em duas noites do evento (conforme descrição do Edital Pregão 024/2023);
- XVIII. Fornecer arquibancadas, conforme Requisitos mínimos. As arquibancadas deverão ter liberação do Corpo de Bombeiros;
- XIX. Fornecer camarotes conforme Requisitos mínimos, dispondo de espaço destinado à divulgação visual dos patrocinadores. Os camarotes deverão ter liberação do Corpo de Bombeiros;
- XX. Apresentar as ART's de instalação das arquibancadas e dos camarotes em até 48(**quarenta e oito**) horas que antecedem o início do evento;
- XXI. O Valor da premiação dos competidores em touro será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) que será dividida entre os 05 (cinco) primeiros colocados. Valor do primeiro ao quinto colocado será definido pela Comissão Organizadora. A confecção dos cheques ilustrativos do valor ficará a cargo da empresa licitante.
- XXII. Arcar com todas as despesas e encargos decorrentes da realização do rodeio;
- XXIII. Fornecer toda a estrutura solicitada em todos os dias do rodeio;
- XXIV. Preservar a estrutura física onde ocorrerá o evento, desde o momento da montagem e desmontagem da estrutura do evento, incluído nessa preservação do local onde ficarão alojados a equipe que disputará a Prova dos Três Tambores. Ficando responsável por danos que venham a ocorrer, devendo entregar o espaço nas condições anteriores a realização do evento;
- XXV. Cumprir todas as obrigações constantes no presente Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, entre outros;
- XXVI. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante a execução do objeto;
- XXVII. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;
- XXVIII. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);
- XXIX. Refazer, reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no prazo fixado pela Comissão Organizadora, os serviços, itens ou equipamentos que apresentarem falhas ou divergirem do exigido;
- XXX. Comunicar ao Município com antecedência motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação, sujeitando-se as penalidades previstas no presente Termo de Referência e nos termos do Edital;
- XXXI. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, responsabilizando-se pela segurança individual e coletiva dos mesmos;



- XXXII. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, securitários e previdenciários decorrentes das contratações para a operacionalização do evento;
- XXXIII. Todos os equipamentos de segurança, como extintores, luzes de emergência, etc, ficarão por conta da Contratada.
- XXXIV. Relatar a Comissão Organizadora do Evento toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução dos serviços;
- XXXV. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato;
- XXXVI. Responsabilizar-se pela exploração de todas as atividades pertinentes à festa: áreas internas (praça de alimentação, camarotes, rainhas, expositores e parques de diversões) e propaganda.
- XXXVII. Responsabilizar-se pela elaboração de projeto para aprovação/liberação do evento no Corpo de bombeiros, bem como taxas e despesas decorrentes de vistorias;
- XXXVIII. Responsabilizar-se pela captação de patrocínios e administração de receitas oriundas de cobrança e da comercialização de pontos de vendas de indústria e comércio, praça de alimentação, camarotes, expositores e parques de diversões dentro da área onde será realizado o evento.
- XXXIX. Entregar o Projeto de Evento aprovado a Comissão Organizadora em até 48(quarenta e oito) horas antes do Evento.
- XI. Todas as itens que constam no Termo de Referência do Edital Pregão Presencial 024/2023 deverão serem rigorosamente cumpridos.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NOS CASOS DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Verificadas falhas, irregularidades na execução do objeto, atrasos ou transgressões às cláusulas contratuais o município de BRAGANEY notificará a Contratada, que estará sujeita a aplicação das seguintes sanções:

PARÁGRAFO SEGUNDO - Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado por atraso injustificado:

- a) Na execução do objeto ou de qualquer dos itens exigidos no Termo de Referência;
- b) Na correção, adequação ou ressarcimento total ou em parte do objeto, conforme Termo de Referência do Edital;
- c) No atendimento a assuntos referentes à execução do Contrato em que for solicitada a presença da Contratada ou na apresentação de documentos ou licenças exigidas no presente Termo de Referência.

PARÁGRAFO TECEIRO - A multa de mora será calculada por hora, dia ou evento, de acordo com a situação e/ou modo de execução previsto no Termo de Referência do Edital;

PARÁGRAFO QUARTO - A recorrência dos eventos citados na Clausula Nona acarretará na duplicação do percentual pré-estabelecido. A tripla ocorrência da penalidade acarretará na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

PARÁGRAFO QUINTO - Multa penal de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer de suas obrigações;

PARÁGRAFO SEXTO - A inexecução parcial ou total da contratação acarretará em multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total não executado e na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, a critério do Município.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Ocorrendo a rescisão por culpa da contratada e nos demais termos do Art. 7 da Lei 10.520/2002, sem prejuízo da multa prevista neste Termo e



concomitante com esta, a Contratada poderá ficar impedida de contratar com a Administração Pública através de suspensão temporária pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser igualmente sancionada com a Declaração de Inidoneidade.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

PARÁGRAFO NONO - A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, compreendendo o período entre 03/04/2023 até 03/10/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO

Fica nomeada a Srta. **RUBIA MARA DI BERNARDO**, ocupante do cargo de Gestora pela Portaria 014/2023, como gestor do presente contrato, para acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato, o que lhe possibilita corrigir, no âmbito da sua esfera de ação e no tempo certo, eventuais irregularidades ou distorções existentes. Assim como, nomeia-se por FISCALIS desse contrato aqueles nomeado pela mesma Portaria já citada.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá ao gestor as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato e ainda:

- a) propor ao órgão competente a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação aplicável, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- b) receber do fiscal as informações e documentos pertinentes à execução do objeto contratado;
- c) manter controles adequados e efetivos do presente contrato, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, com base nas informações e relatórios apresentados pela fiscalização;
- d) propor medidas que melhorem a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Ficam nomeado todos os fiscais designados pela PORTARIA 014/2023 ocupante do cargo de fiscal como Fiscal do presente contrato, para verificar se a execução do objeto do contrato está ocorrendo conforme as normas e procedimentos previstos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto e determinando o que for necessário para regular as faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caberá ao fiscal do contrato, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual. Caso os serviços executados não



correspondam ao estabelecido no contrato, será registrada a situação, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PREPOSTO DA CONTRATADA

Fica nomeado (a) Sr(a) **JOÃO CARLOS VENEROSKI** ocupante do cargo de proprietário como preposto do presente contrato frente à Contratada, para realizar, no âmbito da empresa, os encaminhamentos e resoluções de possíveis situações detectadas pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, ou e-mail com aviso de recebimento. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e com os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

O Extrato do presente Contrato será publicado no órgão de imprensa oficial do Município, pelo CONTRATANTE, em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento contratual rege-se pelas condições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA- DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Corbélia-PR, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estabelecidas, firmam o presente termo contratual em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.


Odair Guerreiro Oliveira
Prefeito Municipal

Braganey, 03 de Abril de 2023



Município de
Braganey
Peço a todos: Braganey quer ser melhor



Av. Arthur Pereira, 860 - Centro - Braganey PR CEP 85430-000 (45) 3245 1235
CNPJ 78.121.902/0001-73 e-mail: pmbraganey2017@outlook.com

Contratante

J.C.VENEROSKI-EVENTOS-ME - CNPJ: 21.253.780/0001-51
JOÃO CARLOS VENEROSKI - CPF nº. 026.933.839-00

Contratada

Testemunhas:

Joel Cruz Mendonça
CPF: 682.013.209-30

Marli Aparecida Santa Catarina Battistel
CPF: 018.096.649-93



**EXTRATO - MINUTA DO CONTRATO 005/2023
VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL 024/2023**

De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 5.689.696-1-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 965.472.949-00, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**. E, de outro lado, a empresa **J. C. VENEROSKI-EVENTOS-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.253.780/0001-51, com sede a Avenida Planalto, 820, centro, Cep: 85.430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS VENEROSKI**, Portador da Cédula de Identidade nº. 7.282.443-1, e do CPF nº. 026.933.839-00, residente e domiciliado na cidade de BRAGANEY, na Avenida Planalto, nº 820, centro, Cep 85.430-000, doravante denominada **CONTRATADA**.

"As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 8.666; de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 024/223** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."

DO OBJETO

Do Objeto: **Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I do PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023.**

DO VALOR CONTRATUAL/REAJUSTE

Dá-se ao contrato o valor total de **224.000,00 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO MIL REAIS)**.

DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, compreendendo o período entre **03/04/2023 até 03/10/2023**.



Odaír Guerreiro Oliveira
Prefeito Municipal

Braganey - Pr, 03 de Abril de 2023.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO - MINUTA DO CONTRATO 005/2023 VINCULADO AO
PREGÃO PRESENCIAL 024/2023



De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 5.689.696-1-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 965.472.949-00, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**. E, de outro lado, a empresa **J. C. VENEROSKI-EVENTOS-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 21.253.780/0001-51, com sede a Avenida Planalto, 820, centro, Cep: 85.430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Senhor **JOÃO CARLOS VENEROSKI**, Portador da Cédula de Identidade nº. 7.282.443-1, e do CPF nº. 026.933.839-00, residente e domiciliado na cidade de BRAGANEY, na Avenida Planalto, nº 820, centro, Cep 85.430-000, doravante denominada **CONTRATADA**.

“As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 8.666; de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 024/223** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.”

DO OBJETO

Do Objeto: **Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I do PREGÃO PRESENCIAL No 024/2023.**

DO VALOR CONTRATUAL/REAJUSTE

Dá-se ao contrato o valor total de **224.000,00 (DUZENTOS E VINTE E QUATRO MIL REAIS)**.

DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará pelo prazo de 06 (seis) meses, compreendendo o período entre **03/04/2023 até 03/10/2023**.

Braganey – Pr, 03 de Abril de 2023.

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rubia Mara di Bernardo
Código Identificador:4236F30F

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24/04/2023. Edição 2756

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

EDITAL DE PREGÃO P EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2023 - PMB
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO Global**

RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS ATÉ:
DO DIA: 29 de março de 2023 ATÉ O DIA **29 de março de 2023**
HORA: **08:15**

REUNIÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:
DIA: **29 de março de 2023** HORA: **09:00**

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

Avenida Arthur Pereira, 860, centro, CEP: 85.430-000- BRAGANEY- Paraná.

Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei n.º 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2011, Decreto Municipal nº. 59/2006 de 30 e junho de 2006, através da Pregoeira RUBIA MARA DI BERNARDO, nomeada pela Portaria nº. 002-2022, da modalidade **PRESENCIAL, tipo Menor Preço**, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus anexos cujos temos igualmente, o integram.

- A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no termo de referência, facultando-se a ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõe. (Quando por LOTE)

OU

- A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no termo de referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem do seu interesse. (Quando por ITEM)

1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por Objeto: **Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I, conforme condições, quantidades, exigências e especificações estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.**

1.2 – Valor máximo do edital: **R\$ 227.750,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais)**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III – Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo IV – Modelo de Declaração das Condições de Habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade e de Não Existência de Trabalhadores Menores;

Anexo VI – Modelo de declaração de Inexistência de Parentesco

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 2.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita contra cláusulas ou condições do Edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 1 (um) dia útil. (Art. 41 § 1º da Lei 8.666/93).
- 2.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada na Divisão de Protocolo da Prefeitura Municipal de BRAGANEY, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 08h00 às 12h00, e das 13h30 às 17h30.
- 2.3. A impugnação será julgada em até 01 (um) dia útil, a contar da data do seu recebimento e a resposta será publicada no Portal da Transparência, junto ao edital no sítio www.pmbbraganey.pr.gov.br.
- 2.4. Não será conhecida impugnação interposta por fax, e-mail ou qualquer outro meio, ou vencido o respectivo prazo legal.
- 2.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 2.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 2.7. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório. (Art. 41 § 2º da Lei 8.666/93).

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do Pregão as empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o Objeto da licitação e que:

3.1.1. Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação aceitos no original ou por cópia autenticada. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou cópias a serem autenticados pela Comissão de Licitação, nos termos do artigo 3º, II, da Lei 13.726/2018, na sessão de recebimento das documentações em confronto com o original ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial; no caso de cópias simples, devem estar acompanhadas dos originais para conferência, no curso da própria sessão, pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio.

3.1.2. As estrangeiras autorizadas a funcionar no país;

3.2. Não poderão participar deste PREGÃO PRESENCIAL as empresas que:

3.2.1. Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente;

3.2.2. Se encontrem em regime de consórcio de empresas, qualquer que seja sua constituição, e também empresas controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.2.3. Tenham sido declaradas inidôneas ou suspensas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição; Empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520, de 2002.

3.2.4. Empresas PROIBIDAS de contratar com o poder público, conforme ofício expedido pelo Ministério Público do Estado do Paraná e Termo de ajustamento de conduta 006/2019 MP-PR, provenientes da decisão do STJ – ACÓRDÃO 2018/026641-1.

3.2.5. Pessoas jurídicas das quais participem, seja a que título for dirigente ou servidores da Prefeitura Municipal de BRAGANEY – Paraná.

3.2.6. Associações sem fins lucrativos/econômicos e Cooperativa de mão de obra

3.3. A participação no Pregão importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.4. Não participarão da licitação, as empresas que não apresentarem além da proposta impressa, a proposta eletrônica devidamente preenchida.

3.5. A proposta eletrônica que não for reconhecida pelo Sistema desta Prefeitura, desclassificará automaticamente a licitante, não cabendo ao proponente qualquer discussão.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento far-se-á pela **CARTA DE CREDENCIAMENTO** anexa a este edital (Anexo III), com **firma reconhecida**, acompanhada de **cópia de documento com foto do representante e cópia do contrato social (autenticadas)**, ou **procuração com poderes específicos**, acompanhados dos mesmos documentos citados acima. Este credenciamento, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do Pregão, dará o poder de formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.2. Se o representante da proponente ostentar a condição de **sócio/ proprietário**, deverá apresentar **cópia autenticada do respectivo contrato social** ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com a **cópia do documento com foto também autenticado**.

4.2.1. As cópias dos documentos autenticados apresentados junto com o credenciamento isentam da obrigatoriedade de reapresentar esse documento junto ao envelope n. 2 – documentos de habilitação.

4.3. Será admitido participar do certame, apenas **um** representante por proponente.

4.4. A licitante somente poderá se pronunciar através de seu representante credenciado e ficará obrigada pelas declarações e manifestações do mesmo.

4.5. **O representante legal da licitante que não se credenciar perante o pregoeiro ou cujo documento de credenciamento esteja irregular ficará impedido de participar das fases de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso**, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes, Proposta ou Documentação, relativos a este Pregão, caso em que será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.6. A não apresentação ou a não incorporação do documento de credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá o representante de manifestar-se e responder pela mesma.

4.8. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, ou por outra razão perder a condição de beneficiário do tratamento diferenciado, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos em Lei.

4.9. A NÃO apresentação dos documentos exigidos no Item 4.2 – Carta de Credenciamento, documento do representante e do proprietário concedente dos direitos e contrato social (todos autenticados) não inabilita o participante, porém, não o credencia perante o pregoeiro e desta forma, fica impedido de dar lances, manifestar recurso ou qualquer ato do gênero correspondente ao certame, não cabendo qualquer recurso ou alegação de desconhecimento do fato.

5. DA APRESENTAÇÃO DAS DECLARAÇÕES, DA ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A etapa/fase para recebimento da declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação e dos envelopes proposta de preços e documentos de habilitação será levada a efeito juntamente a fase de credenciamento.

5.1.1. As declarações constantes nos anexos IV, V e VI deverão ser apresentadas no envelope II.

5.2.1. Após finalizada a fase de credenciamento, e após todas as participantes assinarem os documentos das concorrentes, não será permitida nova consulta dos mesmos, uma vez que assinado entende-se como aceite.

5.2.2. **Existindo a exigência de HABILITAÇÃO TÉCNICA**, a mesma deverá ser apresentada junto a documentação de habilitação – ENVELOPE II.

5.2.3. As propostas e os documentos de habilitação deverão estar acondicionados em envelopes ou volumes separados e **lacrados não sendo aceito em hipótese alguma, envelopes abertos** e deverão conter as seguintes especificações e endereçamento:

AO MUNICÍPIO DE BRAGANEY - PR
RAZÃO SOCIAL/CNPJ E ENDEREÇO DA EMPRESA PROPONENTE
EDITAL DE PREGÃO N. **024/2023**

ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

AO MUNICÍPIO BRAGANEY - PR
RAZÃO SOCIAL/CNPJ E ENDEREÇO DA EMPRESA PROPONENTE
EDITAL DE PREGÃO N. **024/2023**
ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.3. A ausência ou incorreções nos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las a pedido do pregoeiro.

5.4. Os envelopes contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) autor(as) da(s) melhor(es) proposta(s) serão abertos para avaliação do atendimento das exigências consignadas no Edital, originalmente firmadas em declaração, sendo que os demais envelopes, contendo a documentação das empresas não classificadas, serão devolvidos fechados, para os devidos representantes, após a assinatura da respectiva ata da sessão, exceto das licitantes desclassificadas, que serão entregues ao final da sessão pública;

5.4.1. Os documentos utilizados para o credenciamento não serão devolvidos mesmo que a empresa não arremate nenhum item da licitação, uma vez que lançada como participante se faz necessário seu cadastro no Sistema utilizado por esta Prefeitura.

5.5. O recebimento dos envelopes não conferirá às proponentes qualquer direito contra o órgão promotor da licitação.

5.6. Após a entrega dos envelopes não serão aceitas retificações de preços ou condições.

5.7. Após o término da licitação, os documentos e propostas pertinentes ao processo serão arquivados e passarão a integrar a referida licitação, ao modo que, os invólucros serão descartados.

5.8. Os documentos para CREDENCIAMENTO e demais que não devem pertencer aos envelopes I e II deverão ser protocoladas junto aos mesmos antes do início da sessão, obrigatoriamente.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

6.1.1. Nome, endereço, CNPJ;

6.1.2. Número do processo administrativo e deste Pregão;

6.1.3. Descrição de forma clara e sucinta do Objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do ANEXO II deste edital;

6.1.4. Preço unitário, em moeda corrente nacional, **valor total de cada lote** com somente duas casas decimais após a vírgula, marca, apurado nos termos deste item, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o Objeto da presente licitação;

6.1.4.1. Não cumprindo todos os requisitos exigidos nos itens acima, estará a proponente desclassificada do certame.

6.1.5. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 6º da Lei nº 10.520/2011.

6.1.6. Não serão consideradas as ofertas de vantagens não previstas neste Edital.

6.1.7. **Não se admitirá proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital**, ou que apresentar preços global ou unitário inexecutáveis, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.

6.2. Não participarão da licitação, as empresas que não apresentarem além da proposta impressa, a proposta eletrônica devidamente preenchida com os dados do fornecedor, valor unitário/total e a respectiva marca, devendo atender-se aos requisitos do item 6.1.4, sob pena de desclassificação.

6.3. A proposta eletrônica que não for reconhecida pelo Sistema desta Prefeitura, desclassificará automaticamente a licitante.

6.4. A proposta eletrônica encontra-se disponível para Download no site www.braganey.pr.gov.br.

6.5. Se apenas uma das propostas eletrônicas estiver de acordo e for gerada normalmente, todas as demais estarão desclassificadas, não sendo aceito a digitação das demais propostas pelo pregoeiro.

6.6. Não serão aceitas quaisquer alegações de ausência da proposta eletrônica, devido a desconhecimento ou afins.

6.7. No caso de licitação sem exigência de proposta eletrônica solicitado nos itens 3.5 e 3.6 deste edital como CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO, desconsiderar as informações dos itens 6.2 ao 6.6, sendo eles, requisitos a serem cumpridos **apenas** no caso de exigência de proposta eletrônica.

7. DA HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão apresentar a documentação a seguir indicada, sem prejuízo de outros documentos a serem definidos e fixados em aditivos a este Edital ou em avisos específicos, quando o Objeto da licitação se sujeitar a legislação específica:

7.1 Da Habilitação Jurídica:

7.1.1. No caso de Microempreendedor individual (MEI) – Certificado de registro comercial (autenticado).

7.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. Devidamente registrado na junta comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores. (Autenticados)

7.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no registro civil de pessoas jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova de indicação de seus administradores. (Autenticados)

7.1.4. A apresentação do documento de habilitação jurídica junto ao credenciamento dispensa a sua apresentação na forma do item 7.1.1.

7.1.5. **Caso a licitante queira se valer dos benefícios do tratamento diferenciado conferido à microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar, separadamente de qualquer envelope e logo no início do certame, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado conferido pela legislação, juntamente com a certidão da Junta Comercial, a comprovação de seu enquadramento; caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não apresente essa declaração, não lhe será conferido o tratamento diferenciado, ainda que efetivamente seja microempresa ou empresa de pequeno porte. Os Microempreendedores Individuais estão dispensados da apresentação da certidão da Junta Comercial pela sua própria condição.** (Deverá ser protocolada e apresentada logo após o credenciamento) sob pena de **desclassificação** em caso de licitação exclusiva ou perda do benefício.

7.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.2.1. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

7.2.2. Certidão conjunta pertinente aos **Tributos Federais da Dívida Ativa da União e Seguridade Social**, expedida pela Secretaria da Receita Federal; (Art. 29, III e IV, da Lei 8.666/93).

7.2.3. Certidão pertinente aos **Tributos Estaduais**, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;

7.2.4. Certidões pertinentes aos **Tributos Municipais**, expedidas pela Fazenda Municipal da localidade ou sede da empresa licitante, na forma da lei;

7.2.5. **Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** – , na forma da Lei n. 8.036/90;

7.2.6. Prova de **Inexistência de débitos** inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n. 5452 de 1º de maio de 1943.

7.2.7. **Alvará** de autorização de funcionamento expedido pela Fazenda Municipal em original ou autenticado (em validade).

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, **deverão apresentar toda a documentação exigida** para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição**.

§ 1º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou

parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Lei Complementar 123/2006).

7.2.8. Licença Sanitária ou Dispensa de Licença emitida por órgão competente em original ou autenticado (em validade).

7.3 Da Qualificação Econômica Financeira

7.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

7.3.2. Certidão negativa de recuperação judicial e extra judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

7.4. Das Declarações em anexo ao edital

Como condição para participação no PREGÃO o licitante deverá apresentar junto ao CREDENCIAMENTO e NO ENVELOPE II, as seguintes declarações:

7.4.1. Declaração das Condições de Habilitação, afirmando que está ciente e concorda com todas as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital. (Modelo obrigatório do anexo IV). A Declaração deverá ser apresentada devidamente assinada e carimbada pelo proprietário da empresa.

7.4.2. Declaração de idoneidade e de que não mantém em seu quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, com o carimbo CJNP da licitante conforme anexo V, emitida pelo próprio proponente de que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, com o carimbo CNPJ da licitante;

7.4.3. Declaração de inexistência de parentesco e inexistência de vedação de participar em licitação, conforme anexo VI.

7.4.4. Para atendimento as exigências dos itens 7.4.1 e 7.4.2 e 7.4.3, são obrigatórias o uso dos modelos constante dos Anexos.

7.5. As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 90 dias da data prevista para realização da sessão pública do Pregão.

7.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

7.6.1. Em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo;

7.6.2. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.6.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Os documentos exigidos neste Pregão poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticado por cartório competente, por funcionário da licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.8. Serão aceitas somente cópias legíveis;

7.9. OBSERVAÇÃO: A NÃO APRESENTAÇÃO DAS REFERIDAS DECLARAÇÕES DOS ANEXOS IV (JUNTO AO CREDENCIAMENTO), V e VI (ENVELOPE II), INABILITARÁ A LICITANTE, DESCLASSIFICANDO-A DO CERTAME.

7.10. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.10.1. Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, juntamente com a certidão de quitação de débitos. Em consonância com a Resolução n.º 265, de 15 de Dezembro de 1979, do CONFEA, os licitantes sediados em outros Estados, deverão apresentar, obrigatoriamente visto junto ao CREA ou CAU do Estado do Paraná, por força do disposto na Lei n.º 5.194 de 24 de Dezembro de 1966;

7.10.2. Certificado de Registro do estabelecimento no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária), juntamente com a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica junto ao CRMV;

7.10.3. Comprovante atualizado de registro ou certificado do licitante na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, com emissão não superior a 60 (sessenta) dias;

7.10.4. Apresentação de no mínimo 01(um) Atestado de Capacidade Técnica em original ou cópia autenticada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a Licitante ter produzido um rodeio de complexidade igual ou superior ao exigido no presente Edital;

7.10.5. Atestado de Visita Técnica, comprovando a visita técnica do Responsável pela empresa, da Proponente, no local do evento. O atestado não será emitido no dia da abertura do certame, devendo o proponente providenciar sua visita técnica até o dia **27 de março de 2023**, mediante solicitação de agendamento através do telefone: (45) **3245-1235** ou também solicitado via e-mail: **licitação.braganey@gmail.com**;

7.10.5.1. Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, conforme disposto no item anterior, deverá emitir declaração formal, assinada pelo representante, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições do local e espaço, bem como das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças ou financeiras com a contratante.

7.10.6. Apresentar Certificado de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, nos termos do art. 30, da Lei Federal n.º 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.381/2010 e pela Portaria MTUR n.º 130/2011, para a atividade de Organizadora de Eventos;

7.10.7. Apresentar Certificado de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, nos termos do art. 30, da Lei Federal n.º 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.381/2010 e pela Portaria MTUR n.º 130/2011, para a atividade de Prestador de Infraestrutura de Apoio para Eventos.

7.10.8. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior com Registro junto ao CREA ou CAU que será responsável técnico pela montagem da estrutura. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certidão de quitação do Conselho (CREA ou CAU);
- No mínimo 01 “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do responsável técnico indicado, de execução de no mínimo, uma montagem de estrutura com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no Termo de Referência;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

7.10.9. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em medicina veterinária para emissão de Guia de Trânsito Animal GTA. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa do Conselho Regional de Medicina Veterinária;
- Habilitação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

7.10.10. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em engenharia elétrica com Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, para emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Alta Tensão que contemplará a parte elétrica do evento como um todo: som, iluminação da arena, iluminação da praça de alimentação, iluminação da bilheteria, iluminação do palco e de toda a área do evento. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certidão Negativa do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho entre a licitante e o profissional;
- No mínimo 01 “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do responsável técnico indicado, de execução de no mínimo, uma montagem de estrutura com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no Termo de Referência;

7.10.11. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de cada profissional;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

7.10.12. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 02 (dois) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das instalações elétricas. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certificado de segurança e instalações e serviços em eletricidade – Conforme NR-10, em plena validade de cada profissional;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;
- 7.10.12.** Relação de nomes dos locutores profissionais de pista, sendo 1 locutor comercial voz padrão e 1 locutor de pista, com Atestado de Capacidade Técnica com firma reconhecida de cada profissional;
- 7.10.13.** Relação de nomes dos juízes profissionais de pista e de brete, com Atestado de Capacidade Técnica com firma reconhecida de cada profissional;
- 7.10.14.** Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.
- 7.10.15.** Apresentar PCMSO – Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – Conforme NR-07 em plena validade.
- 7.10.16.** Apresentar LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho em plena validade.
- 7.10.17.** - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados ou comprovante de vínculo de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão desclassificados.

7.11. TRATAMENTO DIFERENCIADO AS MICRO EMPRESAS E EPP

- 7.11.1.** Aplicar-se-ão às microempresas e empresas de pequeno porte o previsto nos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.11.2.** Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de formalização do ajuste.
- 7.11.3.** Em conformidade com a LC nº 123/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.11.5.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no item imediatamente anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2011, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.11.6.** Caso a licitante detentora do menor preço seja ME/EPP/MEI, deverá apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 7.11.7.** Assegura-se às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito desta licitação:
 - a) a apresentação de documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (CNDT) mesmo que esta apresente alguma restrição;
 - b) o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a pedido, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada a vencedora do certame (momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, caso a documentação de regularidade fiscal exigida nos editais contenha alguma restrição;
 - c) como critério de desempate, preferência de contratação, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
 - d) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “b” do item 7.11.7 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
 - e) Para efeito do disposto na alínea “c” do item 7.11.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o Objeto licitado; nesse caso, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de cinco minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão;
 - Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese da alínea “c” do item 7.11.7 na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos na alínea “c” do item 7.11.7, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.11.7, o Objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- O disposto nos itens 7.11.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou em casos que não se tratem de licitações exclusivas para ME/EPP e equiparadas.

7.11.6. Não se aplicará o benefício da Lei como Critério de desempate, em licitação exclusiva para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Micro Empreendedor Individual.

7.11.7. A administração pública, poderá conceder ainda, o seguinte benefício previsto em lei, para me/epp/mei locais ou regionais, sempre que mencionado no item 3.1.3 do edital.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

8 DOS PROCEDIMENTOS

8.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo deste Edital, será aberta sessão pública para processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos envelopes com propostas e documentação de habilitação.

8.2. Em seguida o pregoeiro procederá à abertura do Envelope n.º 01, contendo a Proposta de Preços dos licitantes que tiverem apresentado TODOS OS DOCUMENTOS exigidos junto ao credenciamento, ordenando-as em ordem crescente de preços e, em seguida, fará uma análise prévia dos preços, observando a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total, procedendo-se às correções de eventuais erros, tomando como corretos e adotando como critério de aceitabilidade o **valor apresentado no campo preço unitário. O participante que não se credenciar junto ao pregoeiro, não será desclassificado do certame, porém, não terá direito de ofertar lances, manifestar recurso nem qualquer outro ato discricionário de representante legal. Porém o participante que não apresentar as declarações exigidas juntamente com seu credenciamento, ficará inabilitado para o certame, pois trata-se de documentação de habilitação prévia.**

8.3. Durante o julgamento e análise das propostas, o pregoeiro verificará uma a uma, desclassificando desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

A desclassificação será sempre fundamentada e registrada em ata.

8.4. Após proceder conforme descrito no item imediatamente anterior, o pregoeiro selecionará as propostas para fase de lances, observando os seguintes critérios:

8.4.1. Classificará a licitante autora da proposta de menor preço e todas aquelas apresentadas com preços sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), em relação ao menor preço ofertado, disposto em ordem decrescente, para que os representantes legais das licitantes participem da etapa de lances verbais.

8.4.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), incluindo a primeira classificada, quaisquer que sejam os preços ofertados.

8.4.3. Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances, realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.

8.4.4. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.5. O pregoeiro convocará as licitantes selecionadas conforme item 8.4 para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.

8.6. O pregoeiro, durante da etapa de lances, poderá estabelecer o intervalo mínimo entre os lances, para agilizar a sessão.

8.7. Na fase de lances verbais não será permitido o uso de celulares ou qualquer outro meio de consulta.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.10. Não havendo mais interesse das licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas.

8.11. Quando conveniente para o Pregoeiro, na própria sessão pública a licitante deverá comprovar a admissibilidade, pelos meios formais, de sua proposta ou lance.

8.12. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento das especificações técnicas exigidas neste Edital e seus anexos a critério do órgão licitador, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que uma atenda às exigências.

8.13. Uma vez encerrada a etapa competitiva, não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

8.14. Será admitido de cada licitante o recebimento de somente um envelope para cada uma das formas explicitadas deste Edital.

8.15. O pregoeiro poderá, por ato discricionário, classificar todas as propostas apresentadas, desde que não ultrapassem o valor máximo estabelecido no edital.

8.16. Será desclassificada a proposta que:

8.16.1. Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.16.2. Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.16.3. Não apresentar as especificações técnicas quando exigidas no termo de referência e seus anexos.

8.16.4. Contiver oferta ou vantagem não previstas neste edital.

Ou ainda:

8.16.5. Apresentar na composição de seu preço:

8.16.5.1. Taxas e encargos sociais

8.16.5.2. Taxa de insumos em desacordo com os preços de mercado.

8.17. A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todo o edital.

8.18. Será igualmente desclassificada a proposta manifestamente inexequível. Considera-se inexequível a proposta de preços ou lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos, que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado.

8.19. O exame de inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48 §§1º e 2º da Lei Federal 8.666/93.

8.20. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/93. (SÚMULA 262 TCU).

DA EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP E MEI - LEI COMPLEMENTAR 123-2006

8.2 Tratando de licitação por itens, cujo os mesmos não excedam o valor de R\$80.000,00 (oitenta mil Reais), a licitação será exclusiva para micro empresas, empresas de pequeno porte e micro empreendedores individuais, exceto quando não for possível.

8.2.1. Não havendo 03 participantes nestas condições, fica aberta a participação de demais empresas, aplicando assim, o benefício previsto no artigo 48 § 3º da referida Lei, quando me/epp/mei locais ou regionais ou subsidiariamente o desempate previsto no artigo 44 da mesma Lei.

9 DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DOS LICITANTES

9.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação do autor das propostas classificadas, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas.

9.2. Caberá o Pregoeiro inabilitar a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

9.3. Poderá ser habilitada a licitante que tenha apresentado documentos com erros formais, desde que, tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração, ficando a critério exclusivo do pregoeiro esta decisão.

9.4. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro analisará a documentação de habilitação das empresas remanescentes respeitando a ordem de classificação.

9.5. **Não se aplica ao item 9.3 erros existentes na proposta de preço, bem como itens sem marca, valores com mais de 02 (duas) casas decimais diferentes de zero.**

10 SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS

10.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11 DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE

11.1. Depois de avaliada a aceitabilidade da(s) proposta(s) e a qualificação da(s) licitante(s) titular(es) da(s) menor(es) oferta(s), constatado o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro comunicará as licitantes da decisão sobre a aceitabilidade ou não das propostas e da habilitação e proclamará o resultado da licitação.

11.2. Declarada a vencedora da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do Objeto à vencedora, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

12 DOS RECURSOS

12.1. Se o resultado da decisão não for aceito, qualquer licitante, na mesma sessão de proclamação da vencedora da licitação, **poderá manifestar imediata e fundamentadamente** a intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata.

12.2. Havendo quem manifeste, caberá ao pregoeiro verificar a motivação da intenção de recorrer, para **DECIDIR se admite ou não** o recurso.

12.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, **o prazo de 03 dias úteis** para a apresentação das razões recursais, oportunidade em que serão também intimados os demais participantes, para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, em igual número de dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório. (art. 109, I da Lei Federal 8.666/93).

12.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro **não** terá efeito suspensivo.

12.5. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, e protocolados na Prefeitura Municipal de BRAGANEY - PR, para que, no prazo estabelecido no item 12.3 deste Edital, proceda à entrega ao Pregoeiro responsável pela licitação.

12.6. Não serão aceitos recursos ou impugnações interpostos através de fac-símile, e-mail ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou por quem não esteja legalmente habilitado para representar a empresa licitante, bem como com procurações ou documentos que não sejam em original, os recursos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolos do Município de Braganey, sito a Avenida Arthur Pereira, 860, centro, CEP: 85.430-000.

12.7. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12.8. Improvido o recurso, serão remetidos os autos, com seu relatório em favor da manutenção do decidido, à autoridade superior, a quem caberá manter ou reformar a decisão.

12.9. A inocorrência de imediata manifestação da licitante do interesse de interposição de recurso ou sua apresentação imotivada ou insubsistente implicará em preclusão do direito de recorrer do ato decisório.

12.10. As representantes das proponentes são inteiramente responsáveis pelos atos praticados durante todo o certame. Desta forma, recursos interpostos sem fundamento legal, ou, com a mera intenção de tumultuar ou protelar o

processo e sua conclusão, serão penalizados com multa de 10% do valor total da Licitação, mais os custos com publicação do referido edital.

12.11. Empresas que ofertarem preços inexequíveis, obrigando a esta Pregoeira a cancelar a licitação, ou ainda, as que desistirem dos itens adjudicados, mesmo antes da assinatura da ata ou contrato, serão penalizadas com multa de 10% do valor total do certame, além da inclusão no CNPJ no cadastro de IMPEDIDOS DE LICITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.

12.12. Aplica-se a mesma sanção do item 12.11 às empresas vencedoras que desistirem dos lotes/itens arrematados por terem ofertado preços não praticados no mercado ou por razões infundadas.

12.13. Conforme dispõe o artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/02, o recurso deverá ser interposto na sessão, imediata e motivadamente após a declaração do vencedor do certame.

Assim, deverá o licitante/preposto estar presente para se manifestar imediata e motivadamente sobre sua intenção de recorrer, devendo registrar verbalmente na sessão quais os atos que discorda, bem como o motivo pelo qual discorda, apontando os artigos que foram infringidos ou desrespeitados, sob pena de decadência deste direito.

Portanto, se, no ato na sessão alguma proponente simplesmente alegar que tem intenção de recorrer, mas que não apresentar razões plausíveis, o mesmo será indeferido de plano, uma vez que a administração pública segue, além do princípio da legalidade, também e não menos importante o princípio da eficiência que não pode ser colocado em risco sem razões devidamente fundamentadas conforme a lei.

12.14. As decisões a respeito de recursos e ou impugnações, erratas, adendos, intimação para apresentação de contrarrazões e afins, serão publicadas no site www.pmbraganey.pr.gov.br.

13 DA HOMOLOGAÇÃO/ASSINATURA DO CONTRATO

13.1. Decididos os recursos eventualmente formulados, o Pregoeiro encaminhará o processo da licitação à autoridade competente, para adjudicação e homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para a assinatura do contrato, a qual poderá, motivadamente, revogar a licitação, por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade ou inobservância dos termos do Edital e ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.2. A invalidação do procedimento licitatório induz à do contrato.

13.3. A ADJUDICATÁRIA DEVERÁ ASSINAR o contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, da publicação da homologação do certame.

13.4. O contrato se encontrará disponível no portal da transparência para download e assinatura da licitante a partir da publicação da homologação.

13.5. É facultado à Administração quando o convocado não assinar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº 8666/93.

13.6. Se a adjudicatária se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar a ata de rp dentro do prazo previsto no item 13.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (Dez) por cento sobre o valor estimado do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previsto no art. 87 da Lei nº 8666/93.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando o Pregoeiro a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

14.2. Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e contrato.

14.3. Apresentar serviços e produtos de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

14.4. Efetuar a substituição, no prazo de 02 horas, dos produtos/serviços que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;

14.5. Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do Objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes a prestação dos serviços contratados;

14.6. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do Objeto contratado;

14.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

14.8. Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do Objeto contratado através de servidores especialmente designados;

15.2. Vetar o recebimento de qualquer produto ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

15.3. Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos ou prestação dos serviços Objeto desta licitação;

15.4. Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

15.5. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

15.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

16. LOCAL DE ENTREGA/PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

16.1 Do Recebimento

16.1.1 O Objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma:

16.1.1.1. Provisoriamente: na apresentação dos produtos ou prestação dos serviços, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável pelo recebimento.

16.1.1.2 Definitivamente: após verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação, se confirmada a conformidade com as especificações técnicas.

16.1.2 A contratante rejeitará os Objetos ou serviços se estiverem em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os mesmos foram executados ou entregues em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora/prestadora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

16.1.3 Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora/prestadora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo de 02 horas.

16.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de BRAGANEY, com CNPJ nº 78.121.902/0001-73, de acordo com as informações contidas na Nota de Autorização de despesa e deverá ser encaminhada diretamente ao e-mail nfe.braganey@gmail.com, com aviso de recebimento.

16.3. Os pedidos serão realizados unicamente através do documento "Nota de autorização de despesa" (NAD), emitida pela divisão de licitação e encaminhada via endereço de e-mail informado na proposta ajustada, sendo que o prazo para entrega dos materiais é contado a partir da emissão da mesma.

16.4. A Nota fiscal/fatura deverá conter número da licitação, número do Convênio nº (se for o caso) não apresentar rasura e/ou entrelinhas.

16.5. Toda a estrutura contratada deverá estar pronta e instalada até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento, para que os fiscais possam fazer a conferência da mesma.

16.6. Todas as liberações para a realização do EVENTO nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, deverão ser apresentadas para a Comissão de Fiscalização em até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento, decorrente do Objeto desta licitação, será mediante crédito em conta corrente devidamente cadastrada no CNPJ da empresa, no prazo máximo de até 30 dias, contados do início da prestação dos serviços ou

entrega dos materiais, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações. Juntamente com a Nota Fiscal serão entregues o relatório de ACEITE expedido pelos fiscais de contrato de que toda a estrutura esta de acordo com o licitado, e as negativas.

17.2. A Nota fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail nfe.braganey@gmail.com.

17.3. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

17.4. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

17.5. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

17.6. O Município de BRAGANEY não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

17.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

17.8. No ato da emissão da nota fiscal, o fornecedor deverá informar no corpo da mesma os dados bancários para depósito, com conta jurídica no CNPJ da licitante.

17.9. Para emissão da Nota fiscal, será enviado uma NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA expedida por este departamento, onde a mesma deverá ser emitida de acordo com os dados nela apresentados.

Qualquer divergência de dados é motivo de recusa pelo departamento de contabilidade, impossibilitando assim o posterior pagamento.

18. DAS PENALIDADES

18.1. As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00:

18.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

18.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

15.1.3.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

18.1.3.2. De até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue, observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

18.2. A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

18.3. Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

18.4. Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância com os termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, não se podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento ou discussão sobre decisão de desclassificação.

19.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório, sem direito a ressarcimento.

19.3. O Pregoeiro, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a lisura da licitação, a finalidade e a segurança do fornecimento, e não contrariem a legislação vigente, PODERÁ sanar e/ou relevar omissões ou erros observados na documentação e na proposta, sendo possível, caso julgue necessário, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.4. No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização da licitação na data fixada neste Edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

19.5. O órgão licitador PODERÁ suspender ou mesmo cancelar os negócios já realizados, no todo ou em parte, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância dos termos deste Edital ou de seus anexos, se for o caso.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Só iniciam e vencem os prazos em dias de expediente

19.7. Os Objetos advindos do presente processo licitatório aplicam-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

19.8. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no Foro da Comarca de Peabiru - PR, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de BRAGANEY - PR, até 03 (três) dias úteis anteriores a data fixada para recebimento das propostas devendo ser respondida pelo Pregoeiro no prazo de 01 dia, sendo vedados os esclarecimentos por telefone ou e-mail.

19.10. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2011, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

19.11. Havendo divergência de informações entre: edital, minuta da ata/contrato e termo de referência, levar em consideração o contido no termo de referência, por tratar-se de elaboração específica de cada Objeto.

BRAGANEY - PR, **15 de março de 2023**

ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I. sob formas e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Surge a necessidade dessa contratação de empresa especializada, para que seja realizada as festividades em comemoração ao 41º aniversário de emancipação política do Município de Braganey. Buscando oferecer à população Braganeyense boa estrutura, com segurança e conforto, urge que a organização do evento seja especializada, pois o município não conta com quadro de pessoal interno suficiente ou profissional para esse tipo de evento.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: R\$227.750,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO PARA EXECUÇÃO DE RODEIO COUNTRY PROFISSIONAL EM LOCAL DETERMINADO, PARA A REALIZAÇÃO DA EXPOBRAGA/2023, REALIZADA EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY-PR, NOS DIAS: 28, 29 E 30 DE ABRIL DE 2023	UN	1	R\$ 227.750,00	227.750,00

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA
01	CAMAROTES ✓ Locação de 45 (quarenta e cinco) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas;
02	ÁREA VIP ✓ Locação de halls e bar na medida mínima de 10x8, acoplado ao camarote com acesso e altura ao nível do primeiro piso, com grades de proteção nas laterais, frente com 10 m e fundo com 8 m, coberturas com lonas brancas, antichamas, incluso iluminação, ambiente em conformidade com o solicitado pela comissão organizadora.
03	ARENA PROFISSIONAL ✓ Arena profissional com as seguintes características: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.

04	ARQUIBANCADA ✓ Locação de 50 (cinquenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: 50 m de arquibancada, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica com 50 metros lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás, deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;.
05	Locação de Iluminação para a Arena: ✓ Características Mínimas: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxibute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão para estúdio climatizado, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
06	Locação de Sonorização Profissional para o rodeio: ✓ Características Mínimas: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
07	Locação de Som Profissional para as 03 (tres) noites de shows, conforme os equipamentos solicitado por cada artista contratado para os shows a realizar se os dias, 28,29 e 30 de abril de 2023. Segue lista dos artistas contratados pelo Município de Braganey. Barreto & Campo Grande Breno & Mateus Gilberto & Gilmar
08	BOIADA ✓ Locação de 20 (vinte) touros para montarias devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes, mínimo de 02 (duas) boiadas; ✓ Locação de 04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 03 (três) dias do Rodeio.
09	Contratação de 01 (um) Medico Veterinário ✓ Médico veterinário responsável por todos os animais. O veterinário estará de plantão todos os dias do evento e deverá ser cadastrado no competente Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR.
10	Contratação de 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas.
11	Contratação de 01 (Um) Engenheiro Elétrico- Responsável pelo evento.
12	GRADIL Fornecimento e instalação de 50 (cinquenta) metros, para o evento.
13	PROJETO DO EVENTO ✓ Fornecimento/ Elaboração de Projeto Completo para aprovação e liberação no Corpo de Bombeiros para a realização do evento.
14	EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA Fornecimento de Jogo de extintor, luz de emergência, placas de sinalização.
15	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento

16	RODEIO DIGITAL 01 - kit programa de rodeio digital para transmissão ao vivo do rodeio – transmissão via internet.
17	TELÃO Colocação de 02 Telão Led 4x3 - P5.
18	FILMAGEM Instalação de 04 (Quatro) Câmeras para filmagem de Rodeio
19	FECHAMENTO ✓ Locação de 600 (seiscentos) de fechamento; 2 fechamento em lata, de 2 metros de altura com 2 metros de comprimento, com serviço de montagem, desmontagem transporte e alimentação para os montadores, sendo a montagem um dia que antecede a festa e desmontagem um dia após a realização festa, com ART devidamente paga e assinada pelo engenheiro, para os 3 tres dias de evento.
20	EQUIPE DE RODEIO; ✓ Equipe composta de no mínimo: 20 peões, 2 locutores profissionais de rodeio de renome nacional sendo 1 locutor comercial voz padrão e 1 locutor de pista; 2 Salva-vidas com experiência em rodeio, 2 porteiros com experiência na soltura dos animais do brete; 2 juízes profissionais de rodeio com equipamentos necessários para atuação e fiscalização de julgamentos.
21	SEGURO DE VIDA: Seguro de vida e de acidentes para os profissionais envolvidos no Rodeio, com as seguintes coberturas mínimas: ✓ Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) ✓ Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). ✓ Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). ✓ TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001
22	PREMIAÇÃO: ✓ Premiação para os peões participantes: Do primeiro ao quinto colocado no Rodeio em Touros . O Montante de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).
23	CAMARINS ✓ 02 (Dois) Camarins para artistas e autoridades do evento 4x3 com todos os acessórios necessários.
24	QUEIMA DE FOGOS ✓ Abertura do rodeio: todos os dias terá queima de fogos, show piromusical, durante duas noites de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. RESPONSABILIZANDO-SE PELA LICENÇA EMITIDA PELO CORPO DE BOMBEIROS E PELAS DEMAIS LICENÇAS NECESSÁRIAS E AS ENCAMINHANDO AO E-MAIL EM ATÉ VINTE E QUATRO HORAS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DO EVENTO.
25	PALCO/TENDA ✓ Locação de um palco no mínimo 12x7 com área de trabalho, com cobertura. Obs: (O palco deveser conter aproximado de 2 mts de altura acima dos brestes compassagem livre para os touros. ✓ Tenda no mínimo 3x3 house mix para mesa de som.
26	Contratação de serviço de Divulgação do Evento, para os 03 dias do evento: a) Material de divulgação em rede socila, b) Material de divulgação em cartazes,

	<p>c) Material de Video com chamadas do evento,</p> <p>d) Outros meios de divulgação, se necessario, critério da contratada.</p>
27	<p>PROVA DOS 3 TAMBORES</p> <p>✓ Prova de 3 Tambores: Equipe composta por no mínimo 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova.</p>
28	<p>Contratação de DJ</p> <p>✓ Dj para os camarote durante as 3(três) noites de festividades do município, com 3 horas de duração por noite. Relação de equipamentos cotado 8 caixas ativa da Bering 1000w mesa de som de 8 canais 1 microfone sem ficou sahas 8 tripés para caixa de som 2 notibukes programa muzicas 1raque meza iluminação 6 Movin 575 1 estrobo de 1000w 2 máquina de fumaça 3 bolas mágica 10 canhões de Leds de 3 ws 1 lazer de cor 500 ws</p>
29	<p>Contratação do Local e Alimentação supervisionada pelo veterinario, para os animais do rodeio para os 03 (tres) dias, em que ocorrer as festividades.</p>
30	<p>Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento</p>
31	<p>Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.</p>
32	<p>Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 40 (quarenta) Camisas Personalizadas de Mangas Longas, para as equipes da organização do evento Do Rodeio.</p>
33	<p>Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas.</p>
34	<p>Conceção de Exploração: Com o objetivo de proporcionar comodidade, segurança e acessibilidade ao publico em geral, a CONTRATADA, terá o direito de explolar todas as atividades pertinentes a festa, nas areas internas:</p> <p>✓ Praça de alimentação, coberta, iluminado, dentro das normas de segurança alimentar e com autorização dos padrões aprovados pelo corpo de bombeiro e vigilancia sanitária,(documentação deverá ser apresentada 24 (vinte e quatro) horas antes do evento.</p> <p>✓ Venda de Camarotes, sendo que o mesmo tera deverá ter no mínimo 01(uma) uma mesa; cada camarote, com reserva de 04 camarotes para o municipio de Braganey, para recepção de autoridades presentes e convidados de honra, sendo o credenciamento através de pulseiras para acesso aos camarotes, nao ultrapassando do limite de 10 (dez) pessoas por camarote</p> <p>✓ Organização da Coroação Rainha do Rodeio, incluindo confeções de faixas e prêmios;</p> <p>✓ Parque de Diversoes com no minimo 06 (seis) Brinquedos com infraestrutura adequada e com totais segurança de funcionamento dos equipamentos;</p> <p>Propaganda e divulgação das ações por sua conta dos encargos relativos a exploração, além do material necessário e contratação de pessoal qualificado para cada atividades;</p> <p>OBS: Fica responsável a empresa Contratada, pela captação de patrocinios e administração de receitas oriundas de estacionamento e da comercialização de pontos de vendas, da praça de alimentação dentro do parque onde será realizado o evento.</p>

4. VALOR DE REFERÊNCIA/PREVISÃO DA DESPESA

4.1. Conforme pesquisa, o valor total para o presente edital importa em **R\$ 227.750,00(duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais)**

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. MENOR PREÇO **POR Global**

6. BASE LEGAL

6.1. Lei n.º 10520/2011, Lei n.º 8666/93 e Lei Complementar n.º 123/2006 e 147/2014.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. Os contratos terão vigência de até 12 meses podendo ser prorrogado nos moldes da Lei.

8. LOCAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/ ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1 Do Recebimento

8.1.1 O Objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma:

8.1.1.1. **Provisoriamente:** na apresentação dos produtos ou prestação dos serviços, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável pelo recebimento.

8.1.1.2 **Definitivamente:** após verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação, se confirmada a conformidade com as especificações técnicas.

8.1.2 A contratante rejeitará os Objetos ou serviços se estiverem em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os mesmos foram executados ou entregues em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora/prestadora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

8.1.3 Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora/prestadora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo de 02 horas.

8.2. A entrega deverá ser realizada conforme segue:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL:

PRAZO: Todos os equipamentos descritos devem estar prontos e instalados em até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do evento, para que possam ser conferidos e verificados pelos fiscais de contratos, nomeados pela Portaria 014/2023, como como todas as liberações dos órgãos de segurança e fiscalização.

8.3. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Município de BRAGANEY, com CNPJ nº 75.359.760/0001-99-, de acordo com as informações contidas na Nota de Autorização de despesa e deverá ser encaminhada diretamente ao e-mail nfe.braganey@gmail.com, com aviso de recebimento.

8.4. Os pedidos serão realizados unicamente através do documento “Nota de autorização de despesa” (NAD), emitida pela divisão de licitação e encaminhada via endereço de e-mail informado na proposta ajustada, sendo que o prazo para entrega dos materiais é contado a partir da emissão da mesma.

8.5. A Nota fiscal/fatura deverá conter número da licitação, número do Convênio nº (se for o caso) não apresentar rasura e/ou entrelinhas.

9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Compras, nos termos do art. 67, da Lei n.º 8666/93.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando o Pregoeiro a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

10.2. Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e contrato.

10.3. Apresentar serviços e produtos de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

10.4. Efetuar a substituição, no prazo de 02 horas, dos produtos/serviços que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;

10.5. Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do Objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes a prestação de serviço do Objeto contratado;

10.6. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do Objeto contratado;

10.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

10.8. Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do Objeto contratado através de servidores especialmente designados;

11.2. Vetar o recebimento de qualquer produto ou serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

11.3. Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos ou prestação dos serviços Objeto desta licitação;

11.4. Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

11.5. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

11.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY - PARANÁ.

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2023.

Prezados Senhores,

Tendo examinado as condições do referido edital e demais elementos que o compõem, atesto que li e concordo com os termos do mesmo, apresentando a seguinte proposta comercial:

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: R\$227.750,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

Ordem	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total. (R\$)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO PARA EXECUÇÃO DE RODEIO COUNTRY PROFISSIONAL EM LOCAL DETERMINADO, PARA A REALIZAÇÃO DA EXPOBRAGA/2023, REALIZADA EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY-PR, NOS DIAS: 28, 29 E 30 DE ABRIL DE 2023	UN	1	R\$ 227.750,00	227.750,00

DESCRIPTIVO COMPLETO.

ITEM	DESCRIÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA
01	CAMAROTES ✓ Locação de 45 (quarenta e cinco) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas;
02	ÁREA VIP ✓ Locação de halls e bar na medida mínima de 10x8, acoplado ao camarote com acesso e altura ao

	nível do primeiro piso, com grades de proteção nas laterais, frente com 10 m e fundo com 8 m, coberturas com lonas brancas, antichamas, incluso iluminação, ambiente em conformidade com o solicitado pela comissão organizadora.
03	ARENA PROFISSIONAL ✓ Arena profissional com as seguintes características: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
04	ARQUIBANCADA ✓ Locação de 50 (cinquenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: 50 m de arquibancada, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica com 50 metros lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás, deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;.
05	Locação de Iluminação para a Arena: ✓ Características Mínimas: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxibute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão para estúdio climatizado, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
06	Locação de Sonorização Profissional para o rodeio: ✓ Características Mínimas: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
07	Locação de Som Profissional para as 03 (tres) noites de shows, conforme os equipamentos solicitado por cada artista contratado para os shows a realizar se os dias, 28,29 e 30 de abril de 2023. Segue lista dos artistas contratados pelo Município de Braganey. Barreto & Campo Grande Breno & Mateus Gilberto & Gilmar
08	BOIADA ✓ Locação de 20 (vinte) touros para montarias devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes, mínimo de 02 (duas) boiadas; ✓ Locação de 04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 03 (três) dias do Rodeio.
09	Contratação de 01 (um) Medico Veterinário ✓ Médico veterinário responsável por todos os animais. O veterinário estará de plantão todos os dias do evento e deverá ser cadastrado no competente Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR.
10	Contratação de 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas.
11	Contratação de 01 (Um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento.
12	GRADIL Fornecimento e instalação de 50 (cinquenta) metros, para o evento.

13	PROJETO DO EVENTO ✓ Fornecimento/ Elaboração de Projeto Completo para aprovação e liberação no Corpo de Bombeiros para a realização do evento.
14	EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA Fornecimento de Jogo de extintor, luz de emergência, placas de sinalização.
15	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
16	RODEIO DIGITAL 01 - kit programa de rodeio digital para transmissão ao vivo do rodeio – transmissão via internet.
17	TELÃO Colocação de 02 Telão Led 4x3 - P5.
18	FILMAGEM Instalação de 04 (Quatro) Câmeras para filmagem de Rodeio
19	FECHAMENTO ✓ Locação de 600 (seiscentos) de fechamento; 2 fechamento em lata, de 2 metros de altura com 2 metros de comprimento, com serviço de montagem, desmontagem transporte e alimentação para os montadores, sendo a montagem um dia que antecede a festa e desmontagem um dia após a realização festa, com ART devidamente paga e assinada pelo engenheiro, para os 3 tres dias de evento.
20	EQUIPE DE RODEIO; ✓ Equipe composta de no mínimo: 20 peões, 2 locutores profissionais de rodeio de renome nacional sendo 1 locutor comercial voz padrão e 1 locutor de pista; 2 Salva-vidas com experiência em rodeio, 2 porteiros com experiência na soltura dos animais do brete;
21	SEGURO DE VIDA: Seguro de vida e de acidentes para os profissionais envolvidos no Rodeio, com as seguintes coberturas mínimas: ✓ Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) ✓ Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). ✓ Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). ✓ TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001
22	PREMIAÇÃO: ✓ Premiação para os peões participantes: Do primeiro ao quinto colocado no Rodeio em Touros . O Montante de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).
23	CAMARINS ✓ 02 (Dois) Camarins para artistas e autoridades do evento 4x3 com todos os acessórios necessários.
24	QUEIMA DE FOGOS ✓ Abertura do rodeio: todos os dias terá queima de fogos, show piromusical, durante duas noites de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. RESPONSABILIZANDO-SE PELA LICENÇA EMITIDA PELO CORPO DE BOMBEIROS E PELAS DEMAIS LICENÇAS NECESSÁRIAS E AS ENCAMINHANDO AO E-MAIL EM ATÉ VINTE E QUATRO HORAS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DO EVENTO.

25	<p>PALCO/TENDA</p> <p>✓ Locação de um palco no mínimo 12x7 com área de trabalho, com cobertura.</p> <p>Obs: (O palco devera conter aproximado de 2 mts de altura acima dos brestes compassagem livre para os touros.</p> <p>✓ Tenda no mínimo 3x3 house mix para mesa de som.</p>
26	<p>Contratação de serviço de Divulgação do Evento, para os 03 dias do evento:</p> <p>e) Material de divulgação em rede socila,</p> <p>f) Material de divulgação em cartazes,</p> <p>g) Material de Video com chamadas do evento,</p> <p>h) Outros meios de divulgação, se nescessario, critério da contratada.</p>
27	<p>PROVA DOS 3 TAMBORES</p> <p>✓ Prova de 3 Tambores: Equipe composta por no mínimo 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova.</p>
28	<p>Contratação de DJ</p> <p>✓ Dj para os camarote durante as 3(três) noites de festividades do município, com 3 horas de duração por noite. Relação de equipamentos cotedo 8 caixas ativa da Bering 1000w mesa de som de 8 canais 1 microfone sem ficou sahas 8 tripés para caixa de som 2 notibukes programa muzicas 1raque meza iluminação 6 Movin 575 1 estrobo de 1000w 2 máquina de fumaça 3 bolas mágica 10 canhões de Leds de 3 ws 1 lazer de cor 500 ws</p>
29	<p>Contratação do Local e Alimentação supervisionada pelo veterinario, para os animais do rodeio para os 03 (tres) dias, em que ocorrer as festividades.</p>
30	<p>Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento</p>
31	<p>Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.</p>
32	<p>Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 40 (quarenta) Camisas Personalizadas de Mangas Longas, para as equipes da organização do evento Do Rodeio.</p>
33	<p>Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas.</p>
34	<p>Conceção de Exploração: Com o objetivo de proporcionar comodidade, segurança e acessibilidade ao publico em geral, a CONTRATADA, terá o direito de explolar todas as atividades pertinentes a festa, nas areas internas:</p> <p>✓ Praça de alimentação, coberta, iluminado, dentro das normas de segurança alimentar e com autorização dos padrões aprovados pelo corpo de bombeiro e vigilancia sanitária,(documentação deverá ser apresentada 24 (vinte e quatro) horas antes do evento.</p> <p>✓ Venda de Camarotes, sendo que o mesmo tera deverá ter no mínimo 01(uma) uma mesa; cada camarote, com reserva de 04 camarotes para o municipio de Braganey, para recepção de autoridades presentes e convidados de honra, sendo o credenciamento através de pulseiras para acesso aos camarotes, nao ultrapassando do limite de 10 (dez) pessoas por camarote</p> <p>✓ Organização da Coroação Rainha do Rodeio, incluindo confecções de faixas e prêmios;</p> <p>✓ Parque de Diversoes com no minimo 06 (seis) Brinquedos com infraestrutura adequada e com totais segurança de funcionamento dos equipamentos;</p> <p>Propaganda e divulgação das ações por sua conta dos encargos relativos a exploração, além do material necessário e contratação de pessoal qualificado para cada atividades;</p> <p>OBS: Fica responsável a empresa Contratada, pela captação de patrocinios e admiistração de receitas oriundas de estacionamento e da comercialização de pontos de vendas, da praça de alimentação dentro do parque onde será realizado o evento.</p>

✓ Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.



- ✓ Prazo de execução/entrega: de acordo com termo de referência.
- ✓ Local: conforme termo de referência.
- ✓ Declaro, sob as penas da lei, que os serviços/produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Edital e seus anexos.
- ✓ Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete, descarga e lucro.

EM CASO DE PRODUTOS, NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS SEM MARCA.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Observação: A presente proposta deverá ser apresentada assinada pelo representante legal e com o carimbo CNPJ da licitante.

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante).

ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as) _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG n. _____ e do CPF n. _____, a quem em confere(m) amplos poderes para representar a referida empresa perante a Prefeitura Municipal de BRAGANEY - PR, no que se referir ao **Pregão 24/2023**, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do Pregão, inclusive apresentar Declarações de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e de que a proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, bem como os Envelopes n. 1 e 2, Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, respectivamente, em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Pregoeira, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia _____.

LOCAL, XX de xxxx de 2022.

NOME
Cargo

Observação: A presente procuração deverá ser apresentada com firma reconhecida no início da sessão pública do Pregão, sendo que a mesma deverá vir acompanhada de cópia do contrato social autenticada e cópia autêntica do documento com foto. O documento apresentado junto com a procuração deverá ser original ou por qualquer processo de cópia autenticada e isenta da obrigatoriedade de reapresentar esse documento junto ao envelope n. 2 - documentos de habilitação.

No caso de o proprietário da empresa comparecer como participante faz-se necessário somente documento autenticado e cópia do contrato social devidamente autenticado

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Declaramos, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao PREGÃO **24**, que a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as)._____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, reúne todos os requisitos exigidos no referido Edital para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal e técnica, nos termos do artigo 4.º, inciso VII, da Lei Federal n. 10.520/2011.

Ressalvo que, li e concordo com todos os termos do presente edital e minha participação implica em total concordância com seus termos e anexos.

LOCAL, XX de xxxx de 2023.

NOME

Cargo

Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, e-mail, telefone e número de fax, se houver.

Observação: A presente declaração deverá ser apresentada, no início da sessão pública do Pregão, logo após ao credenciamento, não devendo ser incluída no Envelope n. 2 - Documentos de Habilitação, sob pena de inabilitação.

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

Declaramos, para os devidos fins e especialmente no que se referir ao PREGÃO **024/2023** que a empresa _____, com sede _____, inscrita no CNPJ/MF sob n. _____ e com Inscrição Estadual n. _____, neste ato representada por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Srs(as). _____, portadores(as) da Cédula de Identidade RG n. _____ e inscrito(s) no CPF sob n. _____, que:

1. Não está impedida de participar de licitação ou de contratar com a Administração Pública, assim como não foi declarada inidônea por qualquer órgão das Administrações Públicas da União, de Estados ou de Municípios, estando, portanto, apta a contratar com o Poder Público.
2. Não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos.

LOCAL, XX de xxxx de 2023.

NOME

Cargo

Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, e-mail, telefone e número de fax, se houver.

Observação: Envelope n. 2 – Documentos de Habilitação.

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO E INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n., não possui:

- servidor público do Município e BRAGANEY, Prefeito, Vice-Prefeito ou vereadores; que sejam proprietário(s), diretor(es) ou que integrem o conselho da empresa em consonância com o disposto no artigo 131 da Lei Orgânica do Município de BRAGANEY;
- ou ainda na condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até 3º grau de servidores públicos do Município de BRAGANEY-PR,
- ou que tenham em seu quadro as pessoas de que tratam o artigo 9º, inciso III e §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei 8.666/93.

Representante: RG n.:

BRAGANEY, de de 2023.

Assinatura do representante legal

Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com no mínimo a razão social, número do CNPJ, endereço, e-mail, telefone e número de fax, se houver.

Observação: Envelope n. 2 – Documentos de Habilitação

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, 860 nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **ODAIR GUERREIRO OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 5.689.696-1-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 965.472.949-00, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE**.

2. E, de outro lado, a empresa «**Nome_Fornecedor**», pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob Nº «**CNPJ_CPF_Fornecedor**», com sede na «**Endereço_Fornecedor**» na Cidade de «**Cidade_Fornecedor**», representada por «**Nome_Representante**» inscrito no CPF sob nº «**CPF_Representante**», portador do R.G «**RG_Representante**» «**Órgão_Emissor_Representante**» doravante denominada CONTRATADA.

“As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei nº 8.666; de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **Pregão 019/2021** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.”

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I.

«Itens_Contrato»

1.1. A entrega dos produtos e execução de serviços será no Município de BRAGANEY, conforme prazo, condições e endereço estabelecidos no termo de referência.

1.2. É de responsabilidade do contratado as despesas decorrentes de frete, embalagens, seguros, mão-de-obra de carga e descarga e demais impostos.

1.3. Na hipótese de rejeição por entrega dos produtos/serviços em desacordo com as especificações, a contratada deverá repor/refazer no prazo de 02 horas;

1.4. A substituição do produto/serviço ou a sua complementação não eximem a Contratada da aplicação de penalidade por descumprimento da obrigação, previstas neste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL/REAJUSTE

Dá-se ao contrato o valor de «**Valor_Contratado**»

Os preços inicialmente propostos serão fixos e irrevogáveis, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até «**Término_Vigência**», podendo ser prorrogado ou rescindido nos termos da lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.3. Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando o Pregoeiro a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

4.4. Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência.

4.5. Fornecer produtos/serviços de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

4.6. Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do Objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do Objeto contratado;

4.7. Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do Objeto contratado;

4.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

4.9. Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

4.10. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 2º - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.11. Através do **DEPARTAMENTO DE COMPRAS**, acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do Objeto contratado, através de servidores especialmente designados, nos termos do art. 67, da Lei nº 8666/93.

4.12. Vetar o recebimento de qualquer serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde da população;

4.13. Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, Objeto desta licitação;

4.14. Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

4.15 Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

4.16. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento, decorrente do Objeto desta licitação, será mediante crédito em conta corrente devidamente cadastrada no CNPJ da empresa, **no prazo de até 30 dias**, contados do início da prestação dos serviços ou entrega dos materiais, após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

5.2. A Nota fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail .

5.3. Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será susado para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

5.4. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

5.5. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

5.6. O Município de BRAGANEY não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

5.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

5.8. No ato da emissão da nota fiscal, o fornecedor deverá informar no corpo da mesma os dados bancários para depósito, com conta jurídica no CNPJ da licitante.

5.9. Para emissão da Nota fiscal, será enviado uma NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA expedida por este departamento, onde a mesma deverá ser emitida de acordo com os dados nela apresentados.

Qualquer divergência de dados é motivo de recusa pelo departamento de contabilidade, impossibilitando assim o posterior pagamento.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas deste Contrato correrão à conta dos recursos da dotação orçamentária, do Orçamento da Prefeitura Municipal de BRAGANEY.

05.003.13.392.0013.2.024.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

03.002.04.121.0002.2.009.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

7.1. As licitantes estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e Decreto nº 3.555/00:

7.1.1. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por um prazo não superior a 05 (cinco) anos.

7.1.2. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.1.3. Multas pecuniárias, nas seguintes proporções:

15.1.3.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 (trinta) dias, após o que poderá a critério da administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

7.1.3.2. De até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue, observando-se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no momento em que é atestado o recebimento, hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

73. Nos termos do parágrafo 3º do art. 86 e do parágrafo 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

7.4. Fica facultada a defesa prévia da Licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

CLÁUSULA OITAVA- DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Contratante e a Contratada será feita por meio de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo **DEPARTAMENTO DE COMPRAS**, nos termos do art. 67, da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Município, pelo Contratante, em cumprimento ao disposto no art. 61, § 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Peabiru – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato. Fazem parte integrante deste termo contratual, **independentemente de transcrição**, as condições estabelecidas no edital, termo de referência e demais anexos e as normas contidas na Lei Federal nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do Objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

BRAGANEY, «Data_Assinatura».

PREFEITO

CONTRATADO



ENVELOPE I - PROPOSTA DE PREÇO

- PROPOSTA DE PREÇO CONFORME ANEXO I DEVIDAMENTE PREENCHIDA, ASSINADA E CARIMBADA.
 - **PEN DRIVE COM A PROPOSTA ELETRÔNICA (SE FOR O CASO)**

ENVELOPE II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- CARTÃO DE CNPJ
- NEGATIVA MUNICIPAL
- NEGATIVA ESTADUAL
- NEGATIVA FEDERAL
- NEGATIVA DE FGTS
- NEGATIVA TRABALHISTA
 - ALVARÁ
- LICENÇA SANITÁRIA OU DISPENSA (SE FOR O CASO)
 - FALÊNCIA E CONCORDATA
- RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL
 - DECLARAÇÕES DOS ANEXOS V e VI
- HABILITAÇÃO TÉCNICA (SE HOVER)

CREDENCIAMENTO

- CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMA ALTERAÇÃO AUTENTICADO
- CARTA DE CREDENCIAMENTO COM FIRMA RECONHECIDA (ANEXO III)
- CÓPIA DE DOCUMENTO COM FOTO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE AUTENTICADO
 - DECLARAÇÃO DO ANEXO IV
 - CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO

Modalidade Pregão Presencial **24**

Processo Administrativo: **38**

Data do Edital: **15 de março de 2023**

Data da Abertura do Edital: **29 de março de 2023**

HORA: 09:00

Objeto Licitado: Contratação de empresa especializada para organização/realização de Rodeio Country profissional em local determinado, para a realização da EXPOBRAGA 2023, realizada em comemoração as festividades de aniversário do Município de Braganey, a ser realizado nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2023, com estrutura que atenda a todos os requisitos mínimos do estabelecidos pelo município, de acordo com as especificações técnicas do anexo I.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023 LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DO PREÂMBULO

1.1 – O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.640.1320001/94, através da Pregoeira Sr^a SUELI BATISTA ALVES, nomeada pela Portaria nº 11/08/2023, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme descrito no presente **EDITAL e TERMO DE REFERÊNCIA**, nos termos da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147 de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação correlata, bem como as normas que vierem a substituí-las e as demais pertinentes ainda que não expressamente citadas neste edital, mas em vigor no curso do certame.

Data e Horário do recebimento das Propostas, Documentos de habilitação, Abertura e Disputa as **14h00min do dia 06 de março de 2023**, horário de Brasília.

Local: Sala de Licitações - Prefeitura Municipal, sito Avenida Paraná, 530 – Centro – Rancho Alegre D'Oeste – CEP: 87.395-000.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com nos sites www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações no endereço citado acima.

- Na hipótese de ocorrer feriado ou fatos que impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2. OBJETO

2.1 O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.1.1. O objeto descrito no Termo de Referência, referente a prestação de serviço é de acordo com as necessidades da Secretaria/Departamento de Solicitante. Portanto, caberá à detentora do Contrato/Ata entregar os serviços conforme solicitados.

2.2. Devem estar incluídas no preço todas as despesas com frete/transporte, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



obrigações decorrentes desta licitação.

2.3. O(s) serviços a ser(em) fornecido(s) deverá(ão) obedecer às normas e padrões a que estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente às finalidades que dele(s) se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO	UNID	FUNCIONAL	DOTAÇÃO	FONTE
03	03	0412200022009	3.3.90.39.00	1000
04	03	2012200022081	3.3.90.39.00	1000

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- a) Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;
- b) Lei Federal nº 10.520, 17 de julho de 2002;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar do certame todos os interessados, do ramo de atividade pertinente ao ramo (objeto contratual previsto no contrato social da empresa) que atendam às condições estabelecidas neste edital. O (A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. A participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.5. Que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial;

5.4.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4.7. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal;

5.4.7.1. No momento do credenciamento será verificada a existência de registros impeditivos da contratação no Sistema de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União (CGU), disponível no Portal da Transparência www.portaltransparencia.gov.br/ceis e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) <http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>. Caso haja algum registro impeditivo, a licitante será excluída do certame.

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇOS)

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada separadamente dos documentos de habilitação, em envelope lacrado (Envelope “A”), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE “A” – PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL

CNPJ:

ENDEREÇO DA PROPONENTE

AO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2023

DATA/HORA ABERTURA: 06 de MARÇO de 2023 ÀS 14h00min

6.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo III deste Edital, atendendo as quantidades e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e obedecendo às seguintes condições:

6.2.1. Deve ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa e redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente;

6.2.2. Suas páginas devem ser numeradas sequencialmente, de preferência encadernadas ou preparadas em pasta, devidamente fechada, para que não existam folhas soltas;

6.2.3. Não deve conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas que dificultem sua análise;

6.2.4. Deve conter nome, endereço, CNPJ, assim como endereço completo, telefone ou fax e preferencialmente endereço eletrônico, se houver, para contato;

6.2.5. Deve conter identificação do número do Pregão Presencial;

6.2.6. Deve ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador nasua última página e rubricada nas demais páginas.

6.3. A Proposta de Preços deverá conter:

6.3.1. Descrição completa, detalhada, individualizada e precisa do objeto da licitação, em conformidade com as especificações contidas neste Edital e em seus Anexos;

6.3.2. Indicação dos valores unitários, com no máximo 2 (duas) casas decimais (dois dígitos após a vírgula, ex.: R\$ 0,00);

6.3.3. Indicação do preço unitário do item;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



6.3.4. Data, assinatura e nome completo do representante legal da empresa; e,

6.3.5. **Prazo de Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias**

6.3.6. Indicação do prazo de validade das propostas de preços apresentadas, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais do Pregão, que será de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

6.4. Nos preços unitários deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos como seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

6.5. A licitante deverá cotar no Anexo III - Proposta de Preços para cada item, valores unitários e totais de todos os compostos de cada item, para os itens que contem mais de um composto, sob pena de desclassificação do item.

6.6. **A simples apresentação da proposta implica na aceitação, submissão, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.**

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados separadamente da Proposta de Preços, em envelope lacrado (Envelope “B”), contendo preferencialmente os seguintes dizeres na parte externa:

ENVELOPE “B” – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL

CNPJ:

ENDEREÇO DA PROPONENTE

AO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2023

DATA/HORA ABERTURA: 06 de MARÇO de 2023 ÀS 14h00min

7.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em **original, cópia autenticada por tabelião de notas** ou **cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.**

7.2.1. Os documentos para este Pregão que necessitam ser autenticados e a licitante optar pela autenticação do Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio, somente serão autenticados até **Data e Horário do recebimento das Propostas, Documentos de habilitação, Abertura e Disputa e julgamento desta licitação.**

7.3. No interior do envelope “B” (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO), deverá conter os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira.

7.3.1. A **Habilitação Jurídica** será demonstrada pela apresentação dos seguintes documentos:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) **Ato Constitutivo**, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações e/ou Contrato Social



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



Consolidado na última alteração devidamente registrado e em plena vigência, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.2. A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será demonstrada pela apresentação dos documentos abaixo:

a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CICAD) ou Municipal (ALVARÁ)**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

b.1) Quando não for possível apresentar prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual, em função da atividade desenvolvida, a empresa deverá apresentar a prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, sendo necessária a apresentação de pelo menos uma das provas de inscrições solicitadas.

c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, detalhado da seguinte maneira:

c.1) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, ou Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria da Receita Federal, **abrangendo inclusive Contribuições Previdenciárias tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional**, conforme Portaria 258 de 5 de setembro de 2014 alterada pela Portaria MF nº 443 de 17 de outubro de 2014, do domicílio ou sede do proponente.

c.2) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

c.3) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, em vigência, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, a ser emitida pela Caixa Econômica Federal - CEF.

e) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) no âmbito nacional**, expedida pelo **Tribunal Superior do Trabalho**, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

f) Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 90 (noventa) dias que antecedem a data da sessão do Pregão.

7.3.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** exigirá a apresentação do seguinte



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



documento:

- a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) **Certidão Simplificada**; com data não superior a **90 (noventa) dias** após sua emissão.
- c) **Balanco Patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os demonstrativos contábeis, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Os Microempreendedores Individuais estão dispensados de apresentar balanço patrimonial, desde que, apresentem Declaração Anual do Simples Nacional;
 - c.1) Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a 01 (um) ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento. (Registrado nos órgãos competentes);
 - c.2) O Balanço Patrimonial exigível na forma da Lei compreende o Balanço Patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do **Termo de Abertura e do Termo de Encerramento** do Livro Diário e das Demonstrações Contábeis – obrigatória a DRE, com o devido registro na *Junta Comercial. Já para as empresas que optarem pelo Sistema Público de Escrituração Digital – **SPED** é necessário a apresentação do Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital.

7.3.4. A **Qualificação Técnica** exigirá a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Apresentação no mínimo de um **Atestado de Capacidade Técnica** em original ou cópia autenticada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a Licitante ter produzido rodeio de complexidade igual ou superior ao exigido no presente Edital, equivalente ao porte do Município de Rancho Alegre D'Oeste ou Municípios maiores; devendo tal documento identificar: a entidade para qual o serviço foi prestado (razão social, endereço e telefone); descrição do serviço e o período em que o mesmo foi prestado; e nome, cargo e assinatura do responsável pela expedição do documento.
- b) **Registro de Pessoa Jurídica** junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.
 - b.1) Os proponentes que forem sediados em outra jurisdição e, conseqüentemente, inscritos no CREA ou CAU de origem, **deverão apresentar, obrigatoriamente, no ato da contratação**, visto junto ao CREA ou CAU do Estado Licitante, por força do disposto na Lei n.º 5.194 de 24 de Dezembro de 1966, em consonância com a Resolução n.º 265, de 15 de Dezembro de 1979, do CONFEA;
- c) Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, **profissional de nível superior com Registro junto ao CREA, CAU ou conselho correspondente, juntamente com a Certidão de quitação do Conselho, que possua no mínimo 01 “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT”** do responsável técnico indicado, de execução de no mínimo, **serviços de instalação/montagem e desmontagem de estruturas/equipamentos de estrutura com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no Termo de Referência**;
- d) **Certificado de Registro do estabelecimento no CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária)**, juntamente com a **Certidão Negativa de Pessoa Jurídica junto ao CRMV**;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



- e) **Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em medicina veterinária com Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária, juntamente com a Certidão Negativa do Conselho e com habilitação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA);**
- f) **Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior apto em engenharia elétrica com Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou conselho correspondente, juntamente com a Certidão Negativa do Conselho,** para emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de Alta Tensão, pois a ART contemplará a parte elétrica do evento como um todo: som, iluminação da arena no evento.
- g) **Comprovante atualizado de registro ou certificado do licitante na Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, com emissão não superior a 60 (sessenta) dias;**
- h) **Apresentar Certificado de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – CADASTUR, nos termos do art. 30, da Lei Federal n.º 11.771/2008, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 7.381/2010 e pela Portaria MTUR n.º 38/2021, para a atividade de Organizadora de Eventos;**
- h) **Relação com os nomes dos locutores profissionais de pista, comercial e comentarista;**
- i) **Relação com os nomes dos juízes profissionais de pista e de brete;**
- J) **Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de no mínimo 02 (dois) funcionários habilitados com vínculo com a Proponente que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes.**
- k) **Certificado de segurança e instalações e serviços em eletricidade – Conforme NR-10, em plena validade de no mínimo 02 (dois) funcionários habilitados com vínculo com a Proponente que farão a montagem e desmontagem das instalações elétricas.**
- l) **Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.**
- m) **Apresentar PCMSO – Programa de Controle Médico Saúde Ocupacional – Conforme NR-07 em plena validade.**
- n) **Apresentar LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho em plena validade.**
- o) **A comprovação de vínculo profissional referida nas alíneas "c", "e", "f", "j" e "k" se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho entre a licitante e o profissional;**
- o.1) **No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados ou comprovante de vínculo de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados;**

7.3.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) **Alvará de Funcionamento;**
- b) **Licença Sanitária** emitida por órgão competente relativo ao controle sanitário;
- c) **Atestado de Visita**, conforme Anexo VI, de que o licitante, por intermédio de seu responsável técnico devidamente qualificado para esse fim, realizou a visita técnica no local da execução do evento, e de que é detentor de todas as informações relativas à sua execução.
- c.1) **Para a vistoria o licitante, deverá ser agendada previamente junto ao Departamento de Departamento de Administração Municipal, através do telefone através do telefone (44) 3556-**



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



1186, e deverá ser realizada até o 01 (um) dia (útil) anterior a data marcada para apresentação das propostas. Devido à complexidade do objeto o seu representante legal deverá possuir formação na área de engenharia, bem como estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

c.2) Caso a empresa não queira fazer a visita técnica poderá optar por apresentar **Declaração de DISPENSA DE VISITA/VISTORIA**, Anexo VII, que o licitante por intermédio de seu representante legal (Cargo/Função) e o responsável técnico devidamente qualificado (Nome, formação, CREA nº), declarando optar por não realizar a Visita/Vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, assumindo todo e qualquer risco por esta decisão, se responsabilizando pela dispensa e por situações supervenientes e se comprometendo a prestar fielmente os serviços nos termos do edital, do Projeto Básico e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Presencial nº 012/2023.

c.3) Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, esta não será fator de inabilitação da proponente, mas não serão admitidas alegações posteriores com relação ao não conhecimento das condições oferecidas pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste e dos locais para a execução do evento com o intuito de obter acréscimos dos valores ou qualquer tipo de vantagem das quais não constam neste Edital e seus anexos.

d) Após assinado do contrato, a empresa contratada terá o prazo de 02 dias, para apresentar cópia do Comprovante do Responsável Técnico que possua Certificado de habilitação “CARTEIRA BLASTER” do profissional nomeado pela proponente que irá realizar os Shows de Fogos no evento “EXPORANCHO 2023” conforme Lei Estadual nº 13.758/2002.

7.3.6. Deverá apresentar ainda as seguintes declarações:

- a) Declaração subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo do **ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA** deste Edital;
- b) Declaração subscrita pelo representante legal, de que manterá durante a vigência do contrato a proibição constante do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no **ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA**.

8. REQUERIMENTOS DE ESCLARECIMENTOS EM RELAÇÃO AO EDITAL

8.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de requerimento de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, desde que seja protocolado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, no endereço mencionado abaixo.

8.2. O requerimento deverá ser formalizado mediante a apresentação de solicitação formal escrita dirigida ao pregoeiro, devidamente protocolado no Departamento de Licitações, sito a Avenida Paraná, 530, centro, Rancho Alegre D'Oeste/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min, pelo telefone (44) 3556-1186 ou através do e-mail licita.rancho@hotmail.com.

9. SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO EDITAL OU PARA SUA IMPUGNAÇÃO;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



9.1. No final da sessão, a licitante que quiser interpor recurso deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, com registro em ata da síntese de suas razões, devendo fundamentá-las por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis conforme lei 10.520/2002 Art. 4º ins. XVIII.

9.2. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a extinção do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10. DO CREDENCIAMENTO

10.1. No dia, hora e local estipulado no item 1 deste Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, que se apresentarão ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio devidamente identificados com cédula de identidade ou documento equivalente que contenha fotografia e apresentando os documentos constantes nos itens **10.5** e **10.6** deste Edital.

10.2. A não apresentação dos documentos citados no subitem **10.1** não será motivo para desclassificação ou inabilitação do licitante, mas impedirá que o representante se manifeste ou responda em nome da licitante durante a sessão, inclusive na etapa de apresentação de lances verbais.

10.3. Será admitida a presença de apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado.

10.4. Cada credenciado poderá representar 1 (um) único licitante.

10.5. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

10.5.1. Se o representante do licitante for seu sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, o credenciamento será feito mediante a apresentação do original ou de cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, ou certificado de registro cadastral, junto ao Município de Rancho Alegre D'Oeste, indicando os representantes legais e o ramo de atividade.

10.5.2. Nos demais casos, o representante do licitante deve apresentar instrumento público ou privado de procuração, sempre acompanhado de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica, com poderes específicos para, além de representar o licitante em todas as etapas do Pregão, conduzir as seguintes ações:

10.5.2.1. Apresentar Declaração (**ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA**) de que o licitante cumpre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



10.5.2.2. *As microempresas (ME) e/ou empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais, nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar juntamente com os demais documentos relativos ao credenciamento, declaração (modelo livre) assinada pelo contador responsável da empresa, sob as penas da Lei, indicando que a empresa participante está enquadrada como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), acompanhada da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial jurisdicionada a sede da licitante. Ambos os documentos deverão ter data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da datafixada no item 01 deste edital, sob pena de desclassificação na licitação e perda dos benefícios estatuídos pela Lei Complementar nº 123/2006;*

10.5.2.2.1. No caso da empresa participante se tratar de Microempreendedor Individual (MEI), esta fica desobrigada a apresentar os documentos descritos no subitem 10.5.2.2, devendo apresentar somente o Certificado de Condição de Microempreendedor Individual.

10.5.2.3. Entregar os envelopes contendo a Proposta de Preço e a Documentação de Habilitação do licitante;

10.5.2.4. Formular lances ou ofertas verbalmente;

10.5.2.5. Negociar com o Pregoeiro a redução dos preços ofertados;

10.5.2.6. Desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão pública ou, se for o caso, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de fazê-lo;

10.5.2.7. Assinar a ata da sessão;

10.5.2.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro; e,

10.5.2.9. Praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

10.6. Na hipótese de apresentação de instrumento particular de procuração, podendo utilizar o modelo constante no **Anexo II deste Edital (Termo de Credenciamento)**, com a **subscrição devidamente reconhecida em Cartório ou acompanhada de documentos que permitam este reconhecimento pelo pregoeiro**, deve ser comprovada a capacidade e competência do outorgante para constituir mandatário, o que será feito por meio de apresentação de original ou cópia autenticada de Contrato Social ou de outro instrumento constitutivo do licitante, diretamente vinculado à correspondente natureza jurídica.

10.7. A ausência da documentação referida nos subitens **10.5** e **10.6**, conforme o caso, ou a sua apresentação em desconformidade com as exigências, impossibilitará a participação do licitante na fase de apresentação de lances do Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

10.8. A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro; neste caso, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço, será mantido o preço unitário apresentado na proposta escrita do licitante excluído.

10.9. A falta de credenciamento não impede a participação da licitante na sessão pública, porém o participante que não credenciou um representante não tem direito a praticar qualquer tipo de ato durante a sessão.

10.10. Após horário estabelecido neste edital, nenhuma proposta será recebida.

10.11. Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes “A” e “B”, serão retidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e juntados ao processo administrativo.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



11. FORMA DE APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE EMPRESA E DOS ENVELOPES

11.1. Ao encerrar a etapa de credenciamento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio receberão dos agentes credenciados a declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação, apresentando fora dos envelopes “A” (Proposta de Preços) e “B” (Documentos de Habilitação), **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, de acordo com modelo constante no **ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA** deste Edital, que deve ser entregue em papel timbrado do licitante e assinada por seu representante legal.

11.1.1. A ausência da referida declaração, a recusa em assinar a declaração fornecida pelo Pregoeiro ou a sua apresentação em desconformidade com a exigência deste Edital inviabilizará a participação do licitante no Pregão, mantido o preço apresentado na proposta escrita para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço unitário.

11.2. Recebida e aceita pelo Pregoeiro a declaração mencionada no subitem **11.1**, proceder-se-á o recebimento dos documentos que trata o subitem **10.5.2.2**, os quais também deverão ser apresentados fora dos Envelopes “A” (Proposta de Preços) e “B” (Documentos de Habilitação).

11.2.1. A não apresentação da documentação que comprova o enquadramento da empresa, implicará na perda do direito de participar do certame, sendo considerada empresa enquadrada em outros regimes.

11.3. O Pregoeiro e Equipe de Apoio receberá os envelopes “A” (PROPOSTA DE PREÇOS) e “B” (HABILITAÇÃO) após a conferência dos documentos solicitados nos subitens 10.5.2.1 e 10.5.2.2.

12. ABERTURAS DO ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇOS)

12.1. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, mantendo intactos, sob sua guarda, os envelopes contendo a documentação de habilitação.

12.1.1. Se, por equívoco, for aberto o envelope contendo os documentos de habilitação, o Pregoeiro deve lacrá-lo sem analisar seu conteúdo, recolhendo a rubrica dos presentes sobre o lacre.

12.2. O Pregoeiro deverá analisar as propostas de preços dos licitantes, considerando o disposto neste Edital.

12.3. Será desclassificada a Proposta de Preços que não cumprir o disposto no item **6.2, 6.3, 6.4, 6.5 e 6.6** deste Edital;

12.4. O Pregoeiro procederá à classificação provisória das propostas de preços, procedendo à avaliação através do **MENOR PREÇO POR LOTE**, começando pela proposta com o menor preço e terminando com a proposta com o maior preço do LOTE.

12.5. O Pregoeiro classificará para participar da etapa de apresentação de lances verbais o autor da proposta com o menor preço por lote e todos os licitantes que tenham apresentado propostas de preço do lote, no máximo, 10% (dez por cento) superiores ao menor preço do lote ofertado.

12.6. Se não houver, no mínimo, 3 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem **12.5**, o Pregoeiro classificará para a etapa de apresentação de lances verbais, além do autor da proposta de menor preço do lote, o(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) de preço do



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



lote tenha(m) sido classificada(s) em segundo lugar, independentemente do preço do lote da proposta estar dentro do limite de 10% mencionado no subitem **12.5**.

12.7. Somente no caso de existir uma única proposta classificada em segundo lugar, o(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) de preço do lote tenha(m) sido classificada(s) em terceiro lugar, independentemente de o preço do lote estar dentro do limite de 10% mencionado no subitem **12.6**.

12.7.1. Havendo empate entre 2 (duas) ou mais propostas, será efetuado sorteio para o estabelecimento da ordem de classificação, cabendo ao vencedor do sorteio apresentar lance depois dos demais na etapa de apresentação de lances.

12.7.2. Havendo empate entre propostas de preços que se enquadrem nas hipóteses descritas nos subitens anteriores, serão todas classificadas.

12.7.3. Havendo um único licitante ou uma única proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, mediante justificativa, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras do Edital e de seus Anexos e das limitações do mercado, ou pela repetição do Pregão ou, ainda, pela sua continuidade, desde que não haja prejuízos à Administração.

13. APRESENTAÇÃO DE LANCES VERBAIS

13.1. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, iniciando-se a etapa com o lance do autor da proposta classificada de maior preço do lote, vindo a seguir os lances dos demais classificados, em ordem decrescente de preço, sendo que o licitante que ofereceu a proposta de menor preço do lote será o último a oferecer lance verbal.

13.2. Havendo disposição do licitante para oferecer lance, este deve, obrigatoriamente, propor preço do lote menor que o contido na oferta anterior.

13.3. Não poderá haver desistência de lances já ofertados.

13.3.1. Em caso de ocorrência, o licitante desistente se sujeita às penalidades previstas neste Edital.

13.4. A desistência de um licitante de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará sua exclusão da etapa de apresentação de lances verbais e a manutenção do último preço do lote por ele ofertado para fins de posterior ordenação das propostas.

13.5. A etapa de apresentação de lances verbais será declarada encerrada pelo Pregoeiro quando todos os licitantes declinarem da formulação de novo lance.

13.6. Da mesma forma, havendo durante a etapa de apresentação de lances verbais uma única oferta, o Pregoeiro poderá aceitá-la se ela atender todas as exigências deste Edital e de seus Anexos se os preços forem compatíveis com os preços praticados no mercado, devendo o Pregoeiro, também, negociar para que seja obtido preço menor do lote.

13.7. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado.

13.8. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com base na classificação de que trata o subitem **13.7**, com vistas à redução do preço.

13.9. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

14. CLASSIFICAÇÃO FINAL E ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



14.1. Declarada encerrada a etapa de apresentação de lances verbais, o Pregoeiro procederá à nova classificação das propostas, incluindo propostas selecionadas ou não para essa etapa, na ordem crescente de preços.

14.2. Para proceder à classificação, o Pregoeiro considerará:

14.2.1. O último preço ofertado, no caso dos licitantes selecionados para a etapa de apresentação de lances verbais;

14.2.2. O preço contido na proposta escrita, no caso:

14.2.2.1. Dos licitantes não classificados para a etapa de apresentação de lances verbais;

14.2.2.2. Dos licitantes classificados para a etapa de apresentação de lances verbais, mas que não apresentaram nenhum lance.

14.3. Ordenadas às propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, decidindo motivadamente a respeito, sendo facultado a ele negociar visando obter menor preço.

14.3.1. A decisão do Pregoeiro será baseada na comparação do preço obtido com os preços atuais praticados no mercado ou com os preços ofertados em licitações anteriores, sendo que as informações utilizadas na sua decisão devem ser anexadas aos autos do processo.

14.3.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.3.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

14.4. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o artigo 48, da Lei nº 8.666/1993.

14.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

14.4.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

14.4.2.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.4.2.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.4.2.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.4.2.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.4.2.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.4.2.6. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.5. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

14.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.7. O Pregoeiro poderá, também, solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



unitários propostos, devendo o licitante estar pronto para prestar informações sobre os custos, inclusive com apresentação de planilhas e demonstrativos que justifiquem sua proposta.

14.8. Em caso de não apresentação ou de insuficiência das informações mencionadas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desclassificar o licitante, devendo para isso promover despacho fundamentado, que será anexado aos autos do processo, examinando a proposta do licitante classificado na sequência.

14.9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

15. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DEFINIÇÃO DO(S) VENCEDOR(ES) E RECURSOS

15.1. Superada a etapa de classificação das propostas e de análise da proposta de preço do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, o Pregoeiro abrirá o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante, procedendo à verificação dos respectivos documentos, de acordo com as seguintes condições:

15.1.1. É facultado ao licitante, apenas durante esta etapa da sessão pública, sanear falha(s) formal(is) relativa(s) à documentação de habilitação, com a apresentação ou com a verificação realizada por meio eletrônico, fac-símile ou, ainda, por qualquer outro meio que venha a surtir o(s) efeito(s) indispensável(is);

15.1.2. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte, por ocasião de participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006);*

15.1.2.1. *Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento de débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º do art. 43, da Lei complementar nº 123/2006.*

15.1.3. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser juntados aos autos do processo de licitação os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

15.1.4. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

15.1.5. É assegurado aos demais licitantes o direito de proceder ao exame dos documentos habilitatórios da licitante classificada em primeiro lugar, assim como de rubricá-los;

15.1.6. Constituem motivos para inabilitação do licitante, ressalvada as hipóteses de saneamento da documentação prevista no subitem **15.1.1**:

15.1.6.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

15.1.6.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

15.1.6.3. A apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscais referentes à filial;

15.1.6.4. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidões;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



15.1.6.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

15.2. Havendo a inabilitação do licitante, poderá ser aplicada a multa prevista neste Edital.

15.3. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, e procederá à análise dos seus documentos de habilitação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o disposto neste Edital e em seus Anexos, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.4. Declarado o vencedor, ou vencedores, qualquer licitante, classificado ou não para a etapa de apresentação de lances verbais, poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cabendo ao Pregoeiro respeitar os seguintes procedimentos:

15.4.1. Após registrar o evento em ata, o Pregoeiro pode acatar o recurso e reformar sua decisão ou, em caso de não acatá-lo, conceder prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da realização do certame, para apresentação das razões do recurso pelo recorrente, que deve ser enviada ao Pregoeiro, no Departamento de Licitações do Município de Rancho Alegre D'Oeste.

15.4.2. Intimar os demais licitantes a apresentar seus argumentos contra o recurso em igual número de dias, contados a partir do término do prazo concedido ao recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos do processo, que permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local e horário.

15.4.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo;

15.4.4. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra as suas decisões, assim como encaminhá-los para a autoridade competente proceder ao julgamento e decidir sobre o seu acolhimento;

15.4.5. Cabe à autoridade competente o julgamento do recurso;

15.4.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

15.4.7. Decididos os recursos no prazo de 2 (dois) dias úteis e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente deverá proceder à adjudicação e a homologação.

15.5. A falta de manifestação imediata e motivada por parte dos licitantes importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor ou aos licitantes vencedores.

15.6. Os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes desclassificados e dos licitantes classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia do pregoeiro e equipe de apoio até a efetiva formalização da contratação.

15.7. Em caso de não haver tempo suficiente para a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação dos licitantes em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro determinará a suspensão da sessão, registrando os motivos em ata, e, posteriormente, convocará os licitantes para a continuidade da sessão em outra data.

15.7.1. A suspensão dos trabalhos somente poderá ocorrer, em qualquer hipótese, após o Pregoeiro ter declarado encerrada a etapa de apresentação de lances verbais.

15.7.2. O Pregoeiro deverá também manter sob sua guarda os envelopes contendo os documentos habilitatórios dos licitantes, devidamente rubricados por ele e pelos licitantes, devendo reexibi-los na reabertura da sessão.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. Encerrada a sessão pública, após análise integral do processo, a autoridade competente, fundamentada nos atos do pregoeiro e pareceres jurídicos, oficialmente adjudicará e homologará o resultado do Pregão, desde que não haja recurso.

16.1.1. Se houver recurso(s), efetuará o julgamento e, após proferir a decisão, procederá à adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es) e à homologação do resultado do Pregão.

17. CONTRATAÇÃO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado oficialmente, durante o prazo de validade da proposta, para assinar o Contrato, cujo modelo consta em anexo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de convocação pelo Município.

17.2. É facultado ao Pregoeiro, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, examinando, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com a proponente para que seja obtido menor preço total do lote, ou revogar este Pregão.

17.3. A recusa injustificada do(s) adjudicatário(s) em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

17.4. A execução do Contrato, bem como os casos nela omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o artigo 55, inciso XII, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

17.5. Se, durante a vigência do Contrato, houver inexecução contratual por parte do vencedor da licitação por qualquer motivo, dando ensejo ao cancelamento do Contrato, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, para assinar Contrato.

17.6. O Município de Rancho Alegre D'Oeste poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para efetuar negociação ou fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quando aos preços, atualizados de conformidade com o presente Edital, ou revogar a licitação, independente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/93.

17.7. Para fins de controle, o Rancho Alegre D'Oeste poderá manter representante nos locais de entrega, ao qual caberá realizar o controle das quantidades e qualidade dos serviços prestados.

18. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O prazo de execução do objeto deverá ocorrer nos dias **17, 18 e 19 de MARÇO de 2023** de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, após solicitação de entrega (pedido)



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



expedida pelo órgão solicitante.

18.2. A vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do mesmo.

18.3. Os prazos descritos nos subitens **18.1** e **18.2** poderão ser prorrogados de acordo com o artigo 57 da Lei 8.666/93.

19. PREÇO MÁXIMO

19.1. O valor máximo estimado para esta licitação são os valores fixados dos itens que somam a importância de **R\$ 230.920,00 (Duzentos e trinta mil novecentos e vinte reais)**.

19.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

19.3. O preço unitário deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como diárias de funcionários/agentes (estadia e alimentação), mão de obra habilitada e especializada, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas.

20. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1. A empresa licitante vencedora, após consultada e confirmado o pedido, deverá dar início a execução do objeto, após solicitação da Secretaria/Departamento, respectivos endereços nos prazos e condições estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência, salvo nos casos em que a solicitante especificar na solicitação prazo diferenciado.

20.2. Os serviços deverão ser entregue ao **Departamento de Administração Municipal e Comissão organizadora do Evento “EXPORANCHO 2023”, Rua Fortaleza, S/Nº, Município de Rancho Alegre D'Oeste/Paraná**, e obedecendo nas condições estabelecidas no Edital e Anexo I - Termo de Referência.

20.2.1. Quaisquer despesas inerentes à execução do objeto nos locais indicados são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora.

20.3. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

20.4. O licitante vencedor ficará obrigado a trocar as suas expensas, ou corrigir sua execução, imediatamente da notificação, o serviço ou o agente, que vier a ser recusado sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

20.5. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas ao fornecimento, incluindo, entre outras que possam existir, despesas com alimentação, estadias, seguros, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

20.6. O(s) serviço(s) fornecido(s) estarão sujeitas à verificação, pela unidade requisitante, da compatibilidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos, no que se refere à quantidade, qualidade e perfeita aplicação.

20.7. No caso de não cumprimento ou inobservância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões deste Edital e de seus Anexos, o fornecedor deverá providenciar a substituição do(s) serviço(s) ou do agente, imediatamente, contados do recebimento da notificação, sem ônus para o Município, e independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



20.8. Os serviços serão aceitos provisoriamente, o recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade dos mesmos, conforme Art. 73 da Lei nº 8.666/93;

20.9. A convocação dos fornecedores pelo órgão competente será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

20.10. O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

20.11. A(s) desconformidade(s) do objeto em relação às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos obrigam o fornecedor a substituí-lo(s) ou prestá-los novamente, sem prejuízo ao Município de Rancho Alegre D'Oeste, e, apurada em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à licitante sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, bem como reparar os danos a que der causa.

20.12. A(s) desconformidade(s) do objeto às condições indispensáveis ao recebimento ou prestações dos serviços, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente, sendo que em caso de devolução, suspensão ou substituição do(s) objetos por outro(s) da mesma espécie ou nova realização da prestação de serviços, todas as despesas relativas, tais como impostos, taxas, tributos, fretes, seguros, deslocamentos, diárias e demais custos ou encargos fiscais previstos na legislação pertinente, bem como os constantes na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e civil decorrentes, correrão por conta da empresa licitante.

20.13. Constatado que os serviços não atendem as especificações estipuladas neste Edital, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o Município de Rancho Alegre D'Oeste expedirá ofício à fornecedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a para que no prazo estipulado no subitem 20.8 proceda às solicitações.

20.14. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a troca ou nova ação reparadora do objeto recusado, o órgão solicitante dará ciência à autoridade máxima do Município de Rancho Alegre D'Oeste, através de Comunicação Interna, a fim de que se proceda à abertura de processo de penalidade contra a empresa, de acordo com a previsão na legislação em vigor.

20.15. Caberá à fornecedora, refazer, corrigir, repara alterar, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou prestados com ineficiência, má aplicabilidade e ausência de zelo e correlatos.

21. PAGAMENTO

21.1. O pagamento será em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela de 15% do valor do contrato após a montagem da estrutura, ou seja, dia 17/03/2023 e a segunda parcela em até 30 (trinta) dias, após a realização da festa (execução total dos serviços).

21.2. Para ser realizados dos pagamentos descritos no item 21.1, somente será viável diante da fiscalização e aprovação por parte do órgão competente da Administração. Onde que o Contratado deverá apresentar nota fiscal até o dia 17/03/2013 relativa aos serviços realizados e os seguintes documentos:

- a) Atestado de recebimento emitido pelo Órgão solicitante;
- b) Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas “b” a “f” do subitem 7.3.2 deste Edital.

21.2.1. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

21.3. O município de Rancho Alegre D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

21.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

22. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

22.1. São obrigações do Município de Rancho Alegre D'Oeste

22.1.1. Permitir o acesso dos fornecedores às suas dependências, para a execução do objeto e a entrega das Notas Fiscais/Faturas;

22.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

22.1.3. Impedir que terceiros executem o fornecimento objeto deste Pregão;

22.1.4. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento do(s) serviço(s), desde que cumpridas todas as exigências deste Edital e de seus Anexos e do Contrato;

22.1.5. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento.

22.1.6. Solicitar o(s) serviço(s);

22.1.7. Verificação das quantidades e qualidade do(s) serviço(s) entregues;

22.1.8. Fiscalizar a correta execução do cumprimento do objeto.

22.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.2. São obrigações do FORNECEDOR

22.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do serviço, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

22.2.2. Dispor da quantidade suficiente de materiais, equipamentos e agentes habilitados para executar o objeto ora licitado;

22.2.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.2.4. Garantir a qualidade do(s) serviço(s), obrigando-se a repor aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

22.2.4.1. Substituir imediatamente qualquer material, serviço ou agente que não atenda às especificações técnicas exigidas pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste;

22.2.5. Comunicar por escrito ao Município de Rancho Alegre D'Oeste qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

22.2.6. Entregar o(s) serviço(s) no prazo e formas ajustados e emitir Anotação de Responsabilidade Técnica quando houver necessidade para a execução dos serviços;

22.2.7. Entregar o(s) serviço(s), conforme solicitação da Secretaria competente, do Município



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



de Rancho Alegre D'Oeste.

22.2.8. Indicar o responsável por representá-la na execução do Contrato, assim como a(s) pessoa(s) que, na ausência do responsável, poderá(ao) substituí-lo(s);

22.2.9. Efetuar a entrega dos serviços dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão e em seus Anexos;

22.2.10. Executar diretamente o Contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

22.2.11. Ser responsável por danos causados diretamente ao Município de Rancho Alegre D'Oeste ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto;

22.2.12. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Município de Rancho Alegre D'Oeste, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto.

22.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços;

22.2.14. Comunicar por escrito ao Município de Rancho Alegre D'Oeste qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

22.3. Adicionalmente, o fornecedor deverá:

22.3.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de Rancho Alegre D'Oeste.

22.3.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Município de Rancho Alegre D'Oeste;

22.3.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

22.3.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão.

22.4. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos no subitem **23.3**, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município de Rancho Alegre D'Oeste, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do Contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Rancho Alegre D'Oeste.

22.5. Deverá o fornecedor observar, ainda, o seguinte:

22.5.1. É expressamente proibida à contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Município de Rancho Alegre D'Oeste, ou que nela ocupe cargo de confiança, durante a vigência do Contrato;

22.5.2. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização do Município de Rancho Alegre D'Oeste.

22.5.3. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

23. ALTERAÇÃO CONTRATUAL



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



23.1. Qualquer alteração que se faça necessária, poderá ser realizada desde que de acordo com a legislação e mediante o correspondente termo de aditamento ao Contrato.

23.2. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do disposto no art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

24. FISCALIZAÇÃO

Caberá à Secretaria Municipal de Administração através do Fiscal do Contrato, comunicar as irregularidades e o descumprimento das cláusulas deste contrato:

- Designar gestor do contrato, para fiscalização de forma preventiva se todas as cláusulas do instrumento contratual e seu termo de referência estão sendo cumpridas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em todas as suas etapas, sendo que a fiscalização periódica não implica na aceitação tácita de etapas e serviços executados;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos termos deste Edital, fixando prazo para a sua correção;
- O acompanhamento, fiscalização, aceitação, análise técnica, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes neste Edital, registrando as ocorrências e quantidades dos serviços executados em planilha específica;
- Exercer rigoroso controle do cumprimento dos termos contratuais, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, fazendo cumprir a lei e as disposições constantes no Edital;
- Comunicar às ocorrências que vierem a prejudicar o andamento do contrato.
- Fica designado os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, para exercer a Função Gestor Contratos e Fiscal de Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do poder Executivo Municipal de Rancho Alegre D'Oeste para Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Contratos, **conforme Portaria 071/08/2022.**

Departamento de Administração:

NOME	FUNÇÃO	CPF	RG
Thiago de Souza Mourão	Gestor de Contrato	053.480.899-90	9.309.077-2
Orlando Francisco das Neves	Fiscal de Contrato	471.981.179-53	3.170.958-0

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.

25.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção.

I – Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

26. PENALIDADES

26.1. O fornecedor está sujeito às seguintes penalidades:

26.1.1. Pagamento de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso e/ou por descumprimento de obrigações fixadas neste Edital e em seus Anexos, sendo que a multa tem de ser recolhida pelo fornecedor no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação pelo Município de Rancho Alegre D'Oeste.

26.1.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, à:

26.1.2.1. Advertência;

26.1.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

26.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

26.1.3.1. Deixar de assinar o Contrato;

26.1.3.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;

26.1.3.3. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

26.1.3.4. Comportar-se de modo inidôneo;

26.1.3.5. Fizer declaração falsa;

26.1.3.6. Cometer fraude fiscal;

26.1.3.7. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.

26.2. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



aceito pela Administração Pública, o fornecedor ficará isento das penalidades.

26.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao fornecedor juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

27. CANCELAMENTO DO CONTRATO

27.1. O cancelamento do Contrato poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa.

27.2. O Contrato poderá ser cancelado pelo órgão responsável quando o contratado:

27.2.1. Descumprir as condições constantes neste Edital, em seus Anexos e no próprio Contrato;

27.2.2. Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

27.2.3. For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

27.2.4. For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

27.3. A autoridade competente poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

27.3.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

27.3.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

27.4. A comunicação do cancelamento do Contrato deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

27.4.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial ou Jornal de Grande circulação, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o contrato a contar da última publicação.

27.5. Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

27.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem **27.5**, a solicitação de cancelamento do fornecedor deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo facultada ao Município de Rancho Alegre D'Oeste a aplicação das penalidades previstas no Edital.

28. DO FORO

28.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste certame, o Foro competente é o da Comarca da cidade de Goioerê/PR, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreedoeste.pr.gov.br



29.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento;
- c) Anexo III - Modelo da Proposta de Preços;
- d) Anexo IV - Declaração Unificada;
- e) Anexo V - Termo de Renúncia;
- f) Anexo VI - Atestado de Visita;
- g) Anexo VII - Declaração de Dispensa de Visita/Vistoria;
- h) Anexo VI - Minuta de Contrato.

Rancho Alegre D'Oeste-PR, 15 de fevereiro de 2023.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

2. NECESSIDADES E OBJETIVOS

2.1. A Contratação de empresa especializada em Rodeio Profissional (execução global), com fornecimento de estrutura e serviços completos é devido a realização do evento EXPORANCHO 2023 nos dias 17, 18 e 19 de março de 2023, em comemoração ao 31º aniversário de Emancipação Política.

2.2. Rancho Alegre D'Oeste comemora sua Emancipação política no mês de Março, precisamente no dia 20, já é tradição comemorar e festejar com a participação população ranchoalengrense todos os anos no aniversário do município.

2.3. Para o ano 2023 a Administração Municipal está preparando uma grande festa para comemorar mais um Aniversário juntamente com toda a comunidade ranchoalengrense, e neste caso tal solicitação vem ao encontro devido o evento atrair pessoas de toda região, em geral o número de visitantes que é determinante para o sucesso do evento.

2.4. O município de Rancho Alegre D'Oeste realiza a EXPORANCHO com programação diversificada, a ser realizado no Parque de Exposição Donato Ceniz, neste Município, com duração de 03 (três) dias.

2.5. Para este ano de 2023 estão previstos e concentrarão as principais atividades, que serão realizadas no Centro de Eventos do Municipal com Rodeio de montaria em touros, atrações locais e regionais, shows nacionais, expositores local e regional, entre outras atividades a fim de mobilizar toda a comunidade durante as comemorações do aniversário do município.

3. DO QUANTITATIVO E VALOR MÁXIMO DOS ITENS

3.1. Com relação aos tipos e quantitativos dos serviços, foram estimadas a quantidade de acordo com as exigências do Departamento Solicitante.

3.2. Quanto ao preço foram realizados orçamentos prévios dos quais originaram-se os preços médios para fixação do valor máximo, conforme segue:

LOTE Nº 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



A REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS.

LOTE	ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Arquibancada Tubular Pre-Moldada de estrutura metálica de 70 metros lineares com no mínimo 10 degraus, e passarela de 1,40 MTS de largura tabuas de acento de 71 cm de largura, montados de acordo com o layout de pista, com para peito 1,20mts de altura na frente e 2,00mts, tabuas de fundos, deverá conter escadas por frente, atendendo as exigências de segurança do corpo de bombeiros.	33.720,00	33.720,00
01	02	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 20 camarotes com no mínimo 2,20 x 2,20 m², em dois pisos com cobertura de 4,40 m; duas escadas (para entrada e saída) e decoração em tecidos;	9.500,00	9.500,00
01	03	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 30 camarotes, sendo: 15 camarotes com no mínimo 2,30 x 3,30 m², e 15 camarote com no mínimo 2,30x6,60 m²; Com 30 cm do primeiro piso para segundo para rodeio e show no mínimo 2 metros de altura; Cobertura no mínimo 8 metros altura de tendas ou pavilhão duas água medindo 10x40m; decoração em tecidos.	30.300,00	30.300,00
01	04	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Arena Profissional com as seguintes características mínimas: 125 metros de painéis de frente (em ferro e no mínimo dois pinos de segurança em cada emenda), contendo 6 bretes de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte usado, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros.	17.840,00	17.840,00
01	05	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Sonorização e Imagem Profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, COM 01 ESTÚDIO PRÓPRIO (CAMINHÃO/FURGÃO) , dentre outros equipamentos úteis e necessários para o bom funcionamento;	11.400,00	11.400,00
01	06	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 2 Telões de LED de no mínimo	12.400,00	12.400,00



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreedoeste.pr.gov.br



				4x3 metros com 03 câmeras para transmissão do rodeio em tempo real e informações das montarias bem como instrumental do município e patrocinadores, dentre outros equipamentos úteis e necessários para o bom funcionamento;		
01	07	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxibrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias e/ou a quantidade de fio necessário para a prestação de serviços e 01 globo de vidro.	5.600,00	5.600,00
01	08	01	SERVIÇO	Abertura do Rodeio contendo no mínimo: 01. Queima de Fogos todos os dias, com Show Piro Musical (com no mínimo 3 minutos) para a abertura das 3 (três) noites de festa. 02. Show Pirotécnico 1º (Primeiro) Dia de Rodeio 01- Desenhos em Fogo na Pista de Rodeio; 02- Abertura Global ao redor de toda a Arena com Chuvas de Pratas; 03- Abertura Global ao redor de toda a Arena com cruzamento de CKACKLING; 04- Show com Baterias totalizando 2.500 Tiros Especiais; 05- Pavilhão com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e/ou Banner com a Imagem de Nossa Senhora Aparecida; 06- Pavilhão com as imagens Nosso Senhor Jesus Cristo e/ou Banner com a Imagem de NOSSO SENHOR JESUS CRISTO; 07- Pavilhão com as imagens São Sebastião e/ou Banner com a Imagem de São Sebastião 08- Uma Pombinha da Paz para acender a cascata; 09- Uma cascata (cachoeira) com 30 metros de comprimento; 10- Uma Girândola com 18 tubos, com efeito explosão de cor; 11- Uma Salva com Morteiros importados com efeito chorão c/ centro azul; 12- Uma salva com morteiros importados com efeito azul c/ centro chorão <i>Características mínimas e referência Show Pirotécnico Segundo e Terceiro Dia de Rodeio:</i>	24.200,00	24.200,00



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreedoeste.pr.gov.br



				01- Desenhos em Fogo na Pista de Rodeio; 02- Abertura Global ao redor de toda a Arena com Chuvas de Pratas; 03- Abertura Global ao redor de toda a Arena com cruzamento de CKACKLING 04- Torta Chinesa com efeitos Mini-Show no desenho do locutor. 05- Show com Bateria totalizando 2.500 Tiros Especiais; 06- Uma Salva de Morteiros importado, mudando de verde para prata; 07- Uma Salva de Morteiros importado de cor verde; 08- Uma Salva de Morteiros importado de cor vermelha; 09- Banner com a Imagem de Nossa Senhora Aparecida; 10- Banner com a Imagem de nosso Senhor Jesus Cristo; 11- Uma Pombinha da Paz para acender a cascata; 12- Uma Cascata (cachoeira) com 30 metros de comprimento; 13- Uma Girândola com 18 tubos, com efeito explosão de cor; 14- Uma Salva com Morteiros importados com efeito chorão c/ centro azul; 15- Uma Salva com Morteiros importados com efeito azul c/ centro chorão 16- Show Piro musical de no mínimo 2 minutos (trilha a escolher pela comissão organizadora).		
01	09	01	SERVIÇO	MONTARIA EM TOURO Equipe Composta com no Mínimo 20 peões.	3.860,00	3.860,00
01	10	01	SERVIÇO	03 Locutores Profissionais de Rodeio de renome Nacional sendo: 01 Locutor Comentarista 01 Locutor para o Rodeio de porte Nacional tendo como sugestão os nomes: MARCO BRASIL, ADRIANO DUARTE, VALTINHO DOS SANTOS, SOBERANO JR., GLAYDSON RODRIGUES, LUIZINHO MIRANTE. 01 Locutor Comercial Voz Padrão, tendo como sugestão os nomes: SIDERLEY CLAIN, CELSO RUSSO, CARLOS MILITAO.	23.500,00	23.500,00
01	11	01	SERVIÇO	01 (um) Juiz de Rodeio de Pista e 01 (um) Juiz de Brete, com experiência em rodeios de grande porte nível Estadual e Nacional.	4.540,00	4.540,00
01	12	01	SERVIÇO	03 (três) Salva-Vidas com experiência em rodeio	4.060,00	4.060,00
01	13	01	SERVIÇO	02 (dois) Porteiros com experiência na soltura dos	5.380,00	5.380,00



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				animais e para acompanhar o retorno dos animais ao brete.		
01	14	01	SERVIÇO	ANIMAIS PARA MONTARIA: - 20 (vinte) animais (touro) treinados especialmente para montarias do rodeio, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes. Sendo duas tropas diferentes, tendo como sugestão: BIG BOI, MAFIA DO BOI, 3 IRMÃOS, JOÃO FERNANDO, CIA BRUTOS OU CIA SANTA MARIA. - 02 Cavalos de Madrinha	12.720,00	12.720,00
01	15	01	SERVIÇO	- 01 Médico Veterinário habilitado, responsável para acompanhar os animais durante o evento, pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e pelo cumprimento das normas disciplinadoras, impedindo maus tratos e injúrias de qualquer ordem; - Os animais deverão estar no local do rodeio em tempo hábil para acomodação e alimentação dos mesmos. O transporte dos animais deverá ser realizado em veículos apropriados com a respectiva GTA (Guia de trânsito animal) e instalação de infraestrutura que garanta a integridade física durante sua chegada, acomodação e alimentação, em atendimento a Lei Federal 10.519.	6.200,00	6.200,00
01	16	01	SERVIÇO	Seguro de vida e de acidentes para os profissionais envolvidos no Rodeio, com as seguintes coberturas mínimas: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).	1.940,00	1.940,00
01	17	01	SERVIÇO	Despesas com premiação dos Peões (competidores): - Classificação geral do 1º ao 5º colocado, onde o total da mesma não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a qual será entregue a Comissão Organizada que fará a premiação dos competidores na última noite da Festa da EXPORANCHO 2023. - 20 fivelas para premiação EXPORANCHO 2023 . - 60 camisas manga longa personalizada para os profissionais e comissão.	19.700,00	19.700,00
01	18	01	SERVIÇO	Prestação de Serviços (despesas) de alimentação, hospedagem, transporte, etc. da equipe, dos profissionais envolvidos no rodeio por conta da empresa contratada.	4.060,00	4.060,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO ITEM 01 AO 18 R\$						230.920,00



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



01	19	01	SERVIÇO	<p>Prova Laço em Dupla para 2 dias do evento, com no mínimo 60 animais até 200 kg</p> <p>Equipe Composta com no Mínimo: 01 Locutor profissional 01 Juiz profissional</p> <p>Demais condições necessárias: Bretes de laço para animais até 200 kg Curral para os animais do laço dentro da arena Prova cronometrada</p> <p>Os dias, horários de realização da PROVA LAÇO EM DUPLA serão definidos posteriormente com comissão organizadora do evento.</p> <p>- A contratada terá o direito de explorar a Prova Laço em Dupla se responsabilizando por sua conta e risco. Os valores arrecadados (receita) da contratada pela exploração não atinja o valor em relação as despesas, a Prefeitura não terão obrigação de suplementar a receita da contratada, ficando à pôr sua conta e risco a participação nesta exploração.</p>	* CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO
01	20	01	SERVIÇO	<p>Prova de Três Tambores para 2 dias do evento, com no mínimo 30 animais;</p> <p>Equipe Composta com no Mínimo: 01 Juiz 01 Locutor</p> <p>Reparo de pista 01 Trator 01 Rastelo</p> <p>Demais condições necessárias: Areia na pista Fotocélula Energia 220 no camping Vários pontos de água no camping</p> <p>Os dias, horários de realização da PROVA DOS TRÊS TAMBORES serão definidos posteriormente com comissão organizadora do evento.</p> <p>A contratada terá o direito de explorar a Prova de Três Tambores, se responsabilizando (por sua conta e risco). Os valores arrecadados (receita) da contratada pela</p>	* CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				exploração não atinja o valor em relação as despesas, a Prefeitura não terão obrigação de suplementar a receita da contratada, ficando à pôr sua conta e risco a participação nesta exploração.	
--	--	--	--	---	--

É de responsabilidade da empresa contratada todas as despesas de transporte, estadia, alimentação dos peões e equipe, utilização de materiais, serviços de mão de obra para elaboração, montagem, instalação e fixação de estrutura nas áreas que serão utilizadas para o evento, além de disponibilizar extintores e luzes de emergência e apresentação de responsável técnico e recolhimento de ART/RRT/TRT serviço de instalação, desmontagem, manutenção durante período do evento; Demais taxas para liberação do evento em órgãos fiscalizadores, estadual/federal, conselhos regionais de engenharia, arquitetura, veterinária ou outro conselho correspondente ficará sob responsabilidade da empresa contratada.

OBS: Todas as estruturas que forem montadas deverão atender as normas da ABNT e instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros, bem como constar as responsabilidades técnicas das montagens.

As estruturas de arquibancada, Painel de Led, sonorização e demais estruturas deverão estar montadas em até 36 horas antes do início dos eventos. A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 12 horas após o termino do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das mesmas.

Os profissionais deverão se apresentar junto ao município em até 12 horas antes do evento.

No caso de impossibilidade de realização do evento em virtude de casos fortuitos ou de força maior (caso de mau tempo, tempestade, chuva forte) e alheios a vontade da CONTRATANTE e da CONTRATADA e não provocados por elas, não acarretará nenhuma sanção, pagamento ou indenização aos mesmos, onde será designada nova data para realização do evento conforme disponibilidade do calendário do município e disponibilidade da CONTRATADA.

O município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidentes e transtornos ocorridos por parte da estrutura da arquibancada. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com transporte.

O contratado assume inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade dos serviços/produtos entregues, condições estas que será exigida no Edital e seus Anexos, no Instrumento Contratual e na Legislação que regulamenta a matéria.

3.3. O valor total dos itens deste Termo de Referência somam a importância de **R\$ 230.920,00 (Duzentos e trinta mil novecentos e vinte reais)** Os valores dos itens apresentados nas propostas não poderão ser superiores aos valores acima descritos.

3.4. Conforme estudos realizados no mercado, o preço máximo acima mencionado à contratação dos referidos serviços, neste valor já deve ser considerado, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: seguros, transporte, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e outras despesas diretas e indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

3.5. A empresa licitante que apresentar os valores superiores aos valores apresentados no item 3.3. deste Termo de Referência será desclassificada automaticamente do lote que se



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



apresentar irregular, perdendo assim o direito de participação da etapa de lances.

3.6. Os preços serão fixos e irrevogáveis, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula.

3.7. Obrigações da Empresa Contratada para a Organização do Rodeio:

- Entregar até dia 15/03/2023 até as 17h00min antes do início da festa na Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, cópia da apólice de seguro em favor dos peões e dos demais profissionais de rodeio, ("salva-vidas", "porteiros", "juizes", "locutores", etc), compreendendo indenização por morte ou invalidez permanente ou temporária, com a atualização legal, incluindo-se despesas médicas e hospitalares, que deverão ser mantidas anexas ao instrumento correspondente e armazenadas pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.
- Seguro dos peões/competidores, conforme lei 10.220/2001, bem como de todos os profissionais envolvidos no rodeio.
- 01 (um) veterinário ficará por conta da contratada.
- Organização da Prova de Laço e Prova do Tambor:
- Ocorrerá por conta da contratada alimentação, transporte e hospedagem para toda equipe contratada para organização e realização do evento, exceto os Policiais Militares, Policiais Civis, Seguranças e Brigadistas.
- A contratada deverá apresentar até a data de 17/03/2023 ao Departamento de Licitação as ART's emitidas e acompanhadas do respectivo comprovante de pagamento.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A empresa licitante vencedora, deverá dar início a execução do objeto, com a devida ordem de serviços da Secretaria/Departamento solicitante, conforme condições estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência, salvo nos casos em que a solicitante especificar na solicitação prazo diferenciado.

4.2. Os serviços deverão ser entregue ao **Departamento de Administração Municipal e Comissão organizadora do Evento "EXPORANCHO 2023", Rua Fortaleza, S/Nº, Município de Rancho Alegre D'Oeste/Paraná**, e obedecendo nas condições estabelecidas no Edital e Anexo I - Termo de Referência.

4.2.1. Quaisquer despesas inerentes à execução do objeto nos locais indicados são de responsabilidade e custeamento da empresa fornecedora.

5. PAGAMENTO

5.1. O pagamento será em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela de 15% do valor do contrato após a montagem da estrutura, ou seja, dia 17/03/2023 e a segunda parcela em até 30 (trinta) dias, após a realização da festa (execução total dos serviços).

5.2. Para ser realizados dos pagamentos descritos no item 21.1, somente será viável diante da fiscalização e aprovação por parte do órgão competente da Administração. Onde que o Contratado deverá apresentar nota fiscal até o dia 17/03/2013 relativa aos serviços realizados e os seguintes documentos:

- a) Atestado de recebimento emitido pelo Órgão solicitante;
- b) Comprovação da regularidade fiscal com a apresentação dos documentos requeridos nas alíneas "b" a "f" do subitem 7.3.2 deste Edital.

5.2.1. Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

5.3. O município de Rancho Alegre D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

5.4. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

6. VIGÊNCIA

6.1. O prazo para a execução é nos dias **17, 18 e 19 de março de 2023 durante o evento “EXPORANCHO 2023” no Município de Rancho Alegre D'Oeste**, com vigência contratual de **180 (cento e oitenta) dias**, iniciando-se o prazo a partir da assinatura da publicação do contrato.

7. JUSTIFICATIVA REALIZAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL

7.1. Justifica-se que a administração optou pela modalidade presencial tendo em vista a prerrogativa de escolha fixada pela Lei 10.520/2002 e em atendimento ao § 2º do Art. 1º do Decreto 5.504/05, a inviabilidade da utilização do Pregão na forma eletrônica deverá ser justificada. Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de Pregão Presencial é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns, sem prejuízo à competitividade.

7.1.1. Além disto tem se observado através de acompanhamento de pregões eletrônicos que embora tenha sido concebido para agilizar os procedimentos, excessiva demora em suas conclusões, dado ao grande volume de empresas que declinam de suas propostas o que não ocorre na forma Presencial.

7.2. A escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa a Aquisição/serviços do objeto do certame, pois a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência desde que motivadas, como está disposto nos autos, bem como pelo fato de que a presente modalidade não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite a redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes, o que se leva a concluir que a administração não obterá prejuízos em realizar a Licitação na modalidade Presencial.

7.3. Ressalta-se, ainda, que os recursos financeiros da presente licitação não são decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse com utilização de recursos da União, razão pela qual não se aplica, obrigatoriamente, o disposto no Art. 1º, § 3º do Decreto n. 10.024 de 20 de setembro de 2019.

08. DISPOSIÇÕES FINAIS

08.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade,



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

08.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

08.3. O Edital e seus anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, ou fazer o download no site www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações, sito Avenida Paraná, 530 – Centro – Rancho Alegre D'Oeste – CEP: 87.395-000.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO II CARTA CREDENCIAMENTO

Local, ____ de ____ de 2023

À Comissão de Licitação

Prezados Senhores,

O abaixo assinado, _____, Carteira de Identidade (número e órgão emissor), na qualidade de responsável legal pela proponente _____, vem, pela presente, informar a Vossas Senhorias que o senhor _____, Carteira de Identidade (número e órgão emissor) é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de recebimento e abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, assinar atas e demais documentos e poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Outrossim, declaro-me ciente de que responderei em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venha a ser praticados pelo representante ora designado.

Atenciosamente

(nome e assinatura do responsável legal)

OBS.: “A Carta Credencial deverá ser entregue pelo Representante Legal da empresa proponente, juntamente com documento de identidade, antes da abertura dos envelopes



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE:	CARGO:
CPF:	RG:
ENDEREÇO:	TELEFONE: E-MAIL
BANCO:	AGÊNCIA BANCÁRIA:
Nº CONTA BANCÁRIA:	CIDADE:

2. ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E VALOR DO OBJETO

2.1. Apresentamos nossa PROPOSTA DE PREÇOS referente ao objeto relativa à licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023**, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

LOTE Nº 01: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS.

LOTE	ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Arquibancada Tubular Pre-Moldada de estrutura metálica de 70 metros lineares com no mínimo 10 degraus, e passarela de 1,40 MTS de largura tabuas de acento de 71 cm de largura, montados de acordo com o layout de pista, com para peito 1,20mts de altura na frente e 2,00mts, tabuas de fundos, deverá conter escadas por frente, atendendo as exigências de segurança do corpo de bombeiros.		
01	02	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 20 camarotes com no mínimo 2,20 x 2,20 m², em dois pisos com cobertura de 4,40 m;		



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				duas escadas (para entrada e saída) e decoração em tecidos;		
01	03	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 30 camarotes, sendo: 15 camarotes com no mínimo 2,30 x 3,30 m², e 15 camarote com no mínimo 2.30x6.60 m²; Com 30 cm do primeiro piso para segundo para rodeio e show no mínimo 2 metros de altura; Cobertura no mínimo 8 metros altura de tendas ou pavilhão duas água medindo 10x40m; decoração em tecidos.		
01	04	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Arena Profissional com as seguintes características mínimas: 125 metros de painéis de frente (em ferro e no mínimo dois pinos de segurança em cada emenda), contendo 6 bretes de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte usado, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros.		
01	05	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Sonorização e Imagem Profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, COM 01 ESTÚDIO PRÓPRIO (CAMINHÃO/FURGÃO) , dentre outros equipamentos úteis e necessários para o bom funcionamento;		
01	06	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de 2 Telões de LED de no mínimo 4x3 metros com 03 câmeras para transmissão do rodeio em tempo real e informações das montarias bem como instrumental do município e patrocinadores, dentre outros equipamentos úteis e necessários para o bom funcionamento;		
01	07	01	SERVIÇO	Locação e Instalação de Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxibrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias e/ou a quantidade de fio necessário para a prestação de serviços e 01 globo de vidro.		
01	08	01	SERVIÇO	Abertura do Rodeio contendo no mínimo:		



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



			<p>01. Queima de Fogos todos os dias, com Show Piro Musical (com no mínimo 3 minutos) para a abertura das 3 (três) noites de festa.</p> <p>02. Show Pirotécnico 1º (Primeiro) Dia de Rodeio</p> <p>01- Desenhos em Fogo na Pista de Rodeio;</p> <p>02- Abertura Global ao redor de toda a Arena com Chuvas de Pratas;</p> <p>03- Abertura Global ao redor de toda a Arena com cruzamento de CKACKLING;</p> <p>04- Show com Baterias totalizando 2.500 Tiros Especiais;</p> <p>05- Pavilhão com as imagens de Nossa Senhora Aparecida e/ou Banner com a Imagem de Nossa Senhora Aparecida;</p> <p>06- Pavilhão com as imagens Nosso Senhor Jesus Cristo e/ou Banner com a Imagem de NOSSO SENHOR JESUS CRISTO;</p> <p>07- Pavilhão com as imagens São Sebastião e/ou Banner com a Imagem de São Sebastião</p> <p>08- Uma Pombinha da Paz para acender a cascata;</p> <p>09- Uma cascata (cachoeira) com 30 metros de comprimento;</p> <p>10- Uma Girândola com 18 tubos, com efeito explosão de cor;</p> <p>11- Uma Salva com Morteiros importados com efeito chorão c/ centro azul;</p> <p>12- Uma salva com morteiros importados com efeito azul c/ centro chorão</p> <p><i>Características mínimas e referência Show Pirotécnico Segundo e Terceiro Dia de Rodeio:</i></p> <p>01- Desenhos em Fogo na Pista de Rodeio;</p> <p>02- Abertura Global ao redor de toda a Arena com Chuvas de Pratas;</p> <p>03- Abertura Global ao redor de toda a Arena com cruzamento de CKACKLING</p> <p>04- Torta Chinesa com efeitos Mini-Show no desenho do locutor.</p> <p>05- Show com Bateria totalizando 2.500 Tiros Especiais;</p> <p>06- Uma Salva de Morteiros importado, mudando de verde para prata;</p> <p>07- Uma Salva de Morteiros importado de cor verde;</p> <p>08- Uma Salva de Morteiros importado de cor vermelha;</p> <p>09- Banner com a Imagem de Nossa Senhora Aparecida;</p>		
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				10- Banner com a Imagem de nosso Senhor Jesus Cristo; 11- Uma Pombinha da Paz para acender a cascata; 12- Uma Cascata (cachoeira) com 30 metros de comprimento; 13- Uma Girândola com 18 tubos, com efeito explosão de cor; 14- Uma Salva com Morteiros importados com efeito chorão c/ centro azul; 15- Uma Salva com Morteiros importados com efeito azul c/ centro chorão 16- Show Piro musical de no mínimo 2 minutos (trilha a escolher pela comissão organizadora).		
01	09	01	SERVIÇO	MONTARIA EM TOURO Equipe Composta com no Mínimo 20 peões.		
01	10	01	SERVIÇO	03 Locutores Profissionais de Rodeio de renome Nacional sendo: 01 Locutor Comentarista 01 Locutor para o Rodeio de porte Nacional tendo como sugestão os nomes: MARCO BRASIL, ADRIANO DUARTE, VALTINHO DOS SANTOS, SOBERANO JR., GLAYDSON RODRIGUES, LUIZINHO MIRANTE. 01 Locutor Comercial Voz Padrão, tendo como sugestão os nomes: SIDERLEY CLAIN, CELSSO RUSSO, CARLOS MILITAO.		
01	11	01	SERVIÇO	01 (um) Juiz de Rodeio de Pista e 01 (um) Juiz de Brete, com experiência em rodeios de grande porte nível Estadual e Nacional.		
01	12	01	SERVIÇO	03 (três) Salva-Vidas com experiência em rodeio		
01	13	01	SERVIÇO	02 (dois) Porteiros com experiência na soltura dos animais e para acompanhar o retorno dos animais ao brete.		
01	14	01	SERVIÇO	ANIMAIS PARA MONTARIA: - 20 (vinte) animais (touro) treinados especialmente para montarias do rodeio, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes. Sendo duas tropas diferentes, tendo como sugestão: BIG BOI, MAFIA DO BOI, 3 IRMÃOS, JOÃO FERNANDO, CIA BRUTOS OU CIA SANTA MARIA. - 02 Cavalos de Madrinha		
01	15	01	SERVIÇO	- 01 Médico Veterinário habilitado, responsável para acompanhar os animais durante o evento, pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e pelo cumprimento das normas disciplinadoras, impedindo maus tratos e injúrias de qualquer ordem;		



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				- Os animais deverão estar no local do rodeio em tempo hábil para acomodação e alimentação dos mesmos. O transporte dos animais deverá ser realizado em veículos apropriados com a respectiva GTA (Guia de trânsito animal) e instalação de infraestrutura que garanta a integridade física durante sua chegada, acomodação e alimentação, em atendimento a Lei Federal 10.519.		
01	16	01	SERVIÇO	Seguro de vida e de acidentes para os profissionais envolvidos no Rodeio, com as seguintes coberturas mínimas: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).		
01	17	01	SERVIÇO	Despesas com premiação dos Peões (competidores): - Classificação geral do 1º ao 5º colocado, onde o total da mesma não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a qual será entregue a Comissão Organizado que fará a premiação dos competidores na última noite da Festa da EXPORANCHO 2023. - 20 fivelas para premiação EXPORANCHO 2023 . - 60 camisas manga longa personalizada para os profissionais e comissão.		
01	18	01	SERVIÇO	Prestação de Serviços (despesas) de alimentação, hospedagem, transporte, etc. da equipe, dos profissionais envolvidos no rodeio por conta da empresa contratada.		
VALOR GLOBAL ESTIMADO ITEM 01 AO 18 R\$						
01	19	01	SERVIÇO	Prova Laço em Dupla para 2 dias do evento, com no mínimo 60 animais até 200 kg Equipe Composta com no Mínimo: 01 Locutor profissional 01 Juiz profissional Demais condições necessárias: Bretes de laço para animais até 200 kg Curral para os animais do laço dentro da arena Prova cronometrada Os dias, horários de realização da PROVA LAÇO EM DUPLA serão definidos posteriormente com comissão organizadora do evento.	* CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO	



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



				<p>- A contratada terá o direito de explorar a Prova Laço em Dupla se responsabilizando por sua conta e risco. Os valores arrecadados (receita) da contratada pela exploração não atinja o valor em relação as despesas, a Prefeitura não terão obrigação de suplementar a receita da contratada, ficando à pôr sua conta e risco a participação nesta exploração.</p>	
01	20	01	SERVIÇO	<p>Prova de Três Tambores para 2 dias do evento, com no mínimo 30 animais;</p> <p>Equipe Composta com no Mínimo:</p> <p>01 Juiz 01 Locutor</p> <p>Reparo de pista</p> <p>01 Trator 01 Rastelo</p> <p>Demais condições necessárias:</p> <p>Areia na pista Fotocélula Energia 220 no camping Vários pontos de água no camping</p> <p>Os dias, horários de realização da PROVA DOS TRÊS TAMBORES serão definidos posteriormente com comissão organizadora do evento.</p> <p>A contratada terá o direito de explorar a Prova de Três Tambores, se responsabilizando (por sua conta e risco). Os valores arrecadados (receita) da contratada pela exploração não atinja o valor em relação as despesas, a Prefeitura não terão obrigação de suplementar a receita da contratada, ficando à pôr sua conta e risco a participação nesta exploração.</p>	<p>* CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO</p>

É de responsabilidade da empresa contratada todas as despesas de transporte, estadia, alimentação dos peões e equipe, utilização de materiais, serviços de mão de obra para elaboração, montagem, instalação e fixação de estrutura nas áreas que serão utilizadas para o evento, além de disponibilizar extintores e luzes de emergência e apresentação de responsável técnico e recolhimento de ART/RRT/TRT serviço de instalação, desmontagem, manutenção durante período do evento; Demais taxas para liberação do evento em órgãos fiscalizadores, estadual/federal, conselhos regionais de engenharia, arquitetura, veterinária ou outro conselho correspondente ficará sob responsabilidade da empresa contratada.

OBS: Todas as estruturas que forem montadas deverão atender as normas da ABNT e instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros, bem como constar as responsabilidades técnicas das montagens.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



As estruturas de arquibancada, Painel de Led, sonorização e demais estruturas deverão estar montadas em até 36 horas antes do início dos eventos. A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 12 horas após o término do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das mesmas.

Os profissionais deverão se apresentar junto ao município em até 12 horas antes do evento.

No caso de impossibilidade de realização do evento em virtude de casos fortuitos ou de força maior (caso de mau tempo, tempestade, chuva forte) e alheios a vontade da CONTRATANTE e da CONTRATADA e não provocados por elas, não acarretará nenhuma sanção, pagamento ou indenização aos mesmos, onde será designada nova data para realização do evento conforme disponibilidade do calendário do município e disponibilidade da CONTRATADA.

O município se isenta de quaisquer responsabilidades de eventuais acidentes e transtornos ocorridos por parte da estrutura da arquibancada. É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com transporte.

O contratado assume inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade dos serviços/produtos entregues, condições estas que será exigida no Edital e seus Anexos, no Instrumento Contratual e na Legislação que regulamenta a matéria.

2.2. Valor Total por Extenso:

2.3. Nos preços propostos então incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: seguros, transporte, tributos de qualquer natureza, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento e outras despesas diretas e indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

3 Condições de Pagamento: Conforme edital.

4 O prazo para a execução é nos dias **17, 18 e 19 de março de 2023 durante o evento “EXPORANCHO 2023” no Município de Rancho Alegre D'Oeste.**

5. Vigência Contratual: 180 (cento e oitenta) dias, iniciando-se o prazo a partir da assinatura da publicação do contrato.

6. Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando- nos dos mesmos para elaboração da presente proposta. E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas dainuta do contrato em anexo;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução dos serviços.
- c) Os serviços deverão ser entregue ao **Departamento de Adminsitração Municipal e Comissão organizadora do Evento “EXPORANCHO 2023”, Rua Fortaleza, S/Nº, Municipio de Rancho Alegre D'Oeste/Paraná**, e obedecendo nas condições estabelecidas no Edital e Anexo I - Termo de Referência.
- d) Declaramos, ainda, que possuímos profissionais capacitados para atender aos requisitos



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



solicitados, estamos cientes que deveremos atender aos ditames do Edital e seus anexos:

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(**OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**)



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO IV

DECLARAÇÕES UNIFICADAS

PROPONENTE:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

TELEFONE/CELULAR:

E-mail:

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pelo **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, que:

a) Ter pleno conhecimento e atendemos às exigências de habilitação e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação, assim cumprimos **plenamente os requisitos de habilitação** exigidos no respectivo edital de licitação.

b) Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

c) Na forma e sob as penas impostas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais legislação pertinente, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

d) Não possuímos pessoas em nosso quadro societário (contrato social, estatuto social), impedidas de contratar com o RANCHO ALEGRE D'OESTE nos termos do artigo 9º, § 3º da Lei nº 8.666/93 e PREJULGADO nº 9 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

e) Estamos sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **SIM () NÃO ()**.

f) Recebemos e/ou obtivemos acesso a todos os documentos e tomamos conhecimento de todas as informações, para o cumprimento das obrigações do objeto da presente licitação.

INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO.

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



ENDEREÇO (rua, nº, Bairro e CEP):	
CIDADE:	ESTADO:
TELEFONE:	E-MAIL:
BANCO:	AGÊNCIA BANCÁRIA:
Nº CONTA BANCÁRIA:	

2- DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

REPRESENTANTE:		CARGO/FUNÇÃO:
RG:	CPF:	
ENDEREÇO (rua, nº, Bairro e CEP):		
CIDADE:	ESTADO:	
TELEFONE:	E-MAIL:	

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome:

RG/CPF:

Cargo:



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO V TERMO DE RENÚNCIA

Razão social, endereço, telefone e CNPJ

Local, ____ de ____ de **2023**.

À Comissão de Licitação - Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR

Prezados Senhores,

O representante da empresa _____, Sr. _____, com plenos poderes para decidir sobre assuntos relativos ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023**, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, renunciar expressamente ao seu direito em interpor recurso e a todos os meios cabíveis para a reagurmentação de qualquer razão, quanto à fase de habilitação da presente licitação.

Nome, assinatura do representante legal



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO VI ATESTADO DE VISITA

AO
MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
ATT - COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prezados Senhores:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

Declaramos que o engenheiro....., CREA nº da empresa (Nome da Empresa e Qualificação da mesma com CNPJ, Endereço, etc.)....., responsável técnico da proponente, devidamente credenciado, realizou a visita técnica no local da execução do evento (**CONDIÇÕES DO LOCAL E ESPAÇO, BEM COMO DAS PECULIARIDADES INERENTES À NATUREZA DOS TRABALHOS**) objeto do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023** em epígrafe.

Firmam este documento, as partes envolvidas.

(Local e Data)

(Nome, RG/CREA e assinatura do responsável Técnico pelo Licitador)

(Nome, RG/CREA e assinatura do responsável Técnico pela Empresa)



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO VII DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA

AO
MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR
ATT - COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Prezados Senhores:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

O representante legal (Nome, função/cargo na empresa) e responsável técnico (Nome, formação, CREA nº), da empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX. **DECLARAMOS** que, **OPTAMOS** por não realizar a Visita/Vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que **ASSUMIMOS** todo e qualquer risco por esta decisão, se **RESPONSABILIZAMOS** pela dispensa e por situações supervenientes e nos **COMPROMETEMOS** a **PRESTAR FIELMENTE** os serviços nos termos do edital, do Projeto Básico, condições do local e espaço, bem como das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023**.

(Local e Data)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO
FORMAÇÃO



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



CREA Nº

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2023

ANEXO VIII MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NºXXX/20XX

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
xxx/2023 DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
RANCHO ALEGRE D'OESTE E A
EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE**, com sede e Prefeitura à Av. Paraná, 530 Centro Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.640.132/0001-94, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 9.281.314-2 SSP/PR, inscrito no CPF nº 069.772.739-41, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado a Empresa_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a)_, inscrito no CPF nº_____, residente e domiciliado em_____, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato nos termos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, obedecidas às condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023, Homologado em xx/xx/2023**, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

PARAGRAFO ÚNICO - Os serviços deverão atender rigorosamente exigências e ser entregues em estrita obediência ao presente Contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente as necessidades da **CONTRATANTE**, assim como ao que dispõe o Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



2.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste Contrato, pelo VALOR CONTRATUAL de R\$ X,XX (valor por extenso), conforme tabela abaixo:

LOTE Nº 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL (EXECUÇÃO GLOBAL), COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURA E SERVIÇOS COMPLETOS, PARA OS DIAS 17, 18 E 19 DE MARÇO DE 2023 DURANTE O EVENTO “EXPORANCHO 2023” NO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE.

LOTE	ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$						

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços serão fixos e irrevogáveis, expressos em reais, limitando-se a duas casas decimais após a vírgula. Deve incluir, além do lucro, todas as despesas e custos como diárias de funcionários/agentes (estadia e alimentação), mão de obra habilitada e especializada, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas, diretas ou indiretas, relacionadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do Contrato, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARAGRAFO TERCEIRO - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada de Ordem de Serviço (requisição) do órgão solicitante e Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos das rubricas orçamentárias:

ÓRGÃO	UNID	FUNCIONAL	DOTAÇÃO	FONTES
03	03	0412200022009	3.3.90.39.00	1000
04	03	2012200022081	3.3.90.39.00	1000

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos serão efetuados preferencialmente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



3.2. O município de Rancho Alegre d'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

3.3. O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

4.1. O objeto tem como regime de execução indireta, empreitada por preço global, e será executado pela CONTRATADA de acordo com o Anexo I - Termo de Referência e demais exigências do Edital.

4.2. O prazo de execução do objeto deverá ocorrer nos dias **17, 18 e 19 de MARÇO de 2023** de acordo com o Anexo I - Termo de Referência, após solicitação de entrega (pedido) expedida pelo órgão solicitante.

4.3. A vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** contados da assinatura do mesmo.

4.4. Os serviços deverão ser entregue ao **Departamento de Administração Municipal e Comissão organizadora do Evento “EXPORANCHO 2023”, Rua Fortaleza, S/Nº, Município de Rancho Alegre D'Oeste/Paraná**, e obedecendo nas condições estabelecidas no Edital e Anexo I - Termo de Referência.

4.5. **No caso de impossibilidade de realização do evento em virtude de casos fortuitos ou de força maior (caso de mau tempo, tempestade, chuva forte) e alheios a vontade da CONTRATANTE e da CONTRATADA e não provocados por elas, não acarretará nenhuma sanção, pagamento ou indenização aos mesmos, onde será designada nova data para realização do evento conforme disponibilidade do calendário do município e disponibilidade da CONTRATADA.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os prazos contidos nesta cláusula poderão ser prorrogados, devidamente justificados e fundamentados, conforme Artigo 57 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS DO CONTRATANTE

5.1. A CONTRATANTE se obriga, adicionalmente os encargos descritos a seguir:

- a)** Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos bens sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
- b)** Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Contrato, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;
- c)** Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d)** Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade o fornecimento dos bens objeto deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



6.1. A CONTRATADA se obriga, adicionalmente os encargos descritos a seguir:

- a) Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas no Edital e seus Anexos;
- b) Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura deste Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referencia a execução do objeto;
- c) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- d) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;
- f) Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;
- g) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;
- h) A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;
- i) A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado;
- j) Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica se houver a necessidade;
- k) A CONTRATADA ficara obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do disposto no art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- l) Entregar até dia 15/03/2023 até as 17h00min antes do início da festa na Prefeitura Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, cópia da apólice de seguro em favor dos peões e dos demais profissionais de rodeio, ("salva-vidas", "porteiros", "juízes", "locutores", etc), compreendendo indenização por morte ou invalidez permanente ou temporária, com a atualização legal, incluindo-se despesas médicas e hospitalares, que deverão ser mantidas anexas ao instrumento correspondente e armazenadas pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos.
- m) Seguro dos peões/competidores, conforme lei 10.220/2001, bem como de todos os profissionais envolvidos no rodeio.
 - **Seguro de vida e de acidentes para os profissionais envolvidos no Rodeio, com as seguintes coberturas mínimas:**
 - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)
 - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais).
 - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais).
- n) **Despesas com premiação dos Peões (competidores):**
 - Classificação geral do 1º ao 5º colocado, onde o total da mesma não deverá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a qual será entregue a Comissão Organizado que fará a premiação dos competidores na última noite da Festa da EXPORANCHO 2023.
- o) 01 (um) veterinário ficará por conta da contratada.
- p) Organização da Prova de Laço e Prova do Tambor:



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



- q) Ocorrerá por conta da contratada alimentação, transporte e hospedagem para toda equipe contratada para organização e realização do evento, exceto os Policiais Militares, Policiais Cíveis, Seguranças e Brigadistas.
- r) A contratada deverá apresentar até a data de 17/03/2023 ao Departamento de Licitação as ART's emitidas e acompanhadas do respectivo comprovante de pagamento.
- s) Todas as despesas de transporte, estadia, alimentação dos peões e equipe, utilização de materiais, serviços de mão de obra para elaboração, montagem, instalação e fixação de estrutura nas áreas que serão utilizadas para o evento, além de disponibilizar extintores e luzes de emergência e apresentação de responsável técnico e recolhimento de ART/RRT/TRT serviço de instalação, desmontagem, manutenção durante período do evento; Demais taxas para liberação do evento em órgãos fiscalizadores, estadual/federal, conselhos regionais de engenharia, arquitetura, veterinária ou outro conselho correspondente ficará sob responsabilidade da empresa contratada.
- t) Todas as estruturas que forem montadas deverão atender as normas da ABNT e instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros, bem como constar as responsabilidades técnicas das montagens.
- u) As estruturas de arquibancada, Painel de Led, sonorização e demais estruturas deverão estar montadas em até 36 horas antes do início dos eventos. A retirada das estruturas deverá ser realizada em até 12 horas após o termino do evento, onde o município não se responsabilizará por qualquer dano ou roubo das mesmas.
- v) Os profissionais deverão se apresentar junto ao município em até 12 horas antes do evento.
- w) É de inteira responsabilidade da licitante contratada a montagem e desmontagem, como também despesas com transporte, isentando o município de quaisquer responsabilidades de eventuais acidentes e transtornos ocorridos por parte da estrutura da arquibancada.
- x) O contratado assume inteira responsabilidade pela qualidade e conformidade dos serviços/produtos entregues, condições estas exigida no Edital e seus Anexos, no Instrumento Contratual e na Legislação que regulamenta a matéria.

CLAÚSULA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

7.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos evitando práticas corruptas e fraudulentas.

7.2. Impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo indeterminado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio e um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato.
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do Município em promover inspeção.

I – Concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. A CONTRATADA, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas às sanções legais, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;
- c) Se, no término do prazo contratual os serviços/entregas não estiverem concluídos, será aplicada à **CONTRATADA** por dia de atraso, a multa de **0,5% (meio por cento)**. Para o cálculo dos dias de atraso serão considerados os abonos homologados.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar, e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, **independentemente** de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Infrigência de qualquer obrigação ajustada;
- b) Liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da **CONTRATADA**.
- c) Se a **CONTRATADA**, sem previa autorização da **CONTRATANTE**, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato.
- d) E os demais mencionados nos **Artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso da **CONTRATANTE** precisar recorrer a via Judicial para rescindir o presente contrato, ficará a **CONTRATADA** sujeita a multa convencional de **10% (dez por cento)** do valor do contrato, além das perdas e danos, custas processuais e



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreoeste.pr.gov.br



honorários advocatícios, estes fixados em **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O Município, através da Secretaria requerente, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização sobre a execução do objeto do presente Contrato.

10.2. Caberá à Secretaria Municipal de Administração através do Fiscal do Contrato, comunicar as irregularidades e o descumprimento das cláusulas deste contrato:

- Designar gestor do contrato, para fiscalização de forma preventiva se todas as cláusulas do instrumento contratual e seu termo de referência estão sendo cumpridas; acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em todas as suas etapas, sendo que a fiscalização periódica não implica na aceitação tácita de etapas e serviços executados;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos termos deste Edital, fixando prazo para a sua correção;
- O acompanhamento, fiscalização, aceitação, análise técnica, recebimento e constatação da adequação do objeto contratado às especificações constantes neste Edital, registrando as ocorrências e quantidades dos serviços executados em planilha específica;
- Exercer rigoroso controle do cumprimento dos termos contratuais, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, fazendo cumprir a lei e as disposições constantes no Edital;
- Comunicar às ocorrências que vierem a prejudicar o andamento do contrato.
- Fica designado os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, para exercer a Função Gestor Contratos e Fiscal de Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Direta e Indireta do poder Executivo Municipal de Rancho Alegre D'Oeste para Acompanhamento e Fiscalização da Execução dos Contratos, **conforme Portaria 071/08/2022.**

Departamento de Administração:

NOME	FUNÇÃO	CPF	RG
Thiago de Souza Mourão	Gestor de Contrato	053.480.899-90	9.309.077-2
Orlando Francisco das Neves	Fiscal de Contrato	471.981.179-53	3.170.958-0

10.3. A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Município, conforme estabelecido no Termo de Referência do Edital.

10.4. A existência e atuação da fiscalização do Município em nada restringem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da fornecedora, no que concerne ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PARTES INTEGRANTES

11.1. As condições estabelecidas no Edital e na proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA**, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados a este contrato, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, tais como a prorrogação



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreedoeste.pr.gov.br



de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, a qual se obriga a saldar da época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a) Nenhum serviço fora do contratado poderá ser realizado, ainda que em caráter extraordinário, sem a prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.
- b) Rescindido o contrato em razão do inadimplemento de obrigações da **CONTRATADA**, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a **CONTRATANTE**, além das penalidades previstas no **Artigo nº 87 da Lei 8.666/93**.
- c) A **CONTRATADA** assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do **MUNICÍPIO** relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
- d) A **CONTRATADA** não poderá durante a vigência do contrato, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente contrato.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 2 (duas) vias em igual teor, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Local e data.

MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE D OESTE
EVERTON CASSIO ZANUTO
PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE ESTADO DO PARANÁ

CNPJ nº 95.640.132/0001-94

Av. Paraná, 530 – Centro – CEP: 87395-000 – Fone: (44) 3556-1186

www.ranchoalegreedoeste.pr.gov.br



CONTRATANTE

Nome do Fornecedor

Nome do Representante da Contratada

CPF do Representante da Contratada

CONTRATADA

Testemunhas:

NOME:
CPF.

NOME:
CPF.

Proc. Administrativo 7- 099/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 05/05/2023 às 15:49:26

—
Thiago Dadalto Gimenez
Divisão de Licitação

Proc. Administrativo 8- 099/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 05/05/2023 às 15:50:39

Edital assinado, segue para publicação

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

EDITAL_RODEIO.docx

EDITAL_RODEIO_ASSINADO.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6084/2023

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubiratã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)**, conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

bela, amada e gentil

5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência, uma vez que o valor do item a ser contratado é superior a R\$ 80.000,00, não se aplicando o disposto no art. 48, inciso II da LC nº 123/06.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49.

8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, **ATÉ ÀS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias a contar da data de sua apresentação.

10.6. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A apresentação da proposta implicará:

10.7.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.7.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. **A PARTIR DAS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-50,00 (Cinquenta reais).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá:

12.1.1. Conter o número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Conter a Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

- 12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;
- 12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;
- 12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;
- 12.1.7. A Licitante vencedora deverá, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, encaminhar catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente a especificação exigida em edital.
- 12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
- 12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.
- 12.4. A Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta quando convocada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras.gov.br.
- 12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.
- 12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.
- 12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 13.2. Serão desclassificadas as propostas:
- 13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente

quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever da Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);

F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

14.11.8. Qualificação Técnica:

- A. Atestado de qualificação técnica, comprovando o ramo de atividade compatível com todos os itens exigidos nesta licitação (descritos no subitem 3.2 do Termo de Referência), emitido por órgão público ou privado de reconhecida idoneidade – com firma reconhecida. É vedada a apresentação de atestado fornecido por pessoa física;
- B. Apresentar vínculo empregatício, através de Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregado ou Contrato de Trabalho, com o Médico Veterinário responsável pelos animais envolvidos no evento, com carteira de registro e quitação no CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária, original ou cópia autenticada, juntamente com a Certidão Negativa de Pessoa Jurídica do CONTRATANTE e Certidão Negativa de Pessoa Física do médico veterinário junto ao CRMV;
- C. Comprovação da licitante que mantém vínculo com técnico profissional responsável pela realização de shows pirotécnico, (TÉCNICO BLASTER) devidamente registrado ao órgão competente (Polícia Judiciária Civil), que deverá ser comprovado vínculo com a empresa através de: Cópia do livro de Funcionários, ou cópia de carteira de trabalho ou Contrato de prestação de serviços devidamente reconhecido firma acompanhado da carteira profissional (LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE BLASTER) original ou cópia autenticada;
- D. Apresentar CAT - Certidão de acervo técnico emitido pelo CREA e ou CAU/BR em nome do Responsável Técnico da Empresa por realização de serviços semelhantes (montagem/desmontagem de estrutura de metal) elencados por este responsável técnico nas quantidades dispostas neste edital;
- E. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro permanente e/ou contrato com o profissional, Engenheiro Civil ou Arquiteto – ou outro profissional reconhecido pelo CREA ou CAU/BR – cujo nome deverá constar na certidão expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, devendo apresentar registro da empresa e responsável técnico no CREA ou CAU/BR;
- F. Atestado de visita técnica (a ser fornecido pelo Município, conforme descrito a seguir), ou declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica (modelo anexo IV).
 - i. Os licitantes interessados em participar do certame poderão realizar visita técnica no local a ser realizado os serviços, devendo agendar um horário e data com a Comissão Organizadora do Evento, através do e-mail esporte@ubirata.pr.gov.br ou telefone (44) 3543-4355.
 - ii. A visita técnica para retirada de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA poderá ser realizada até o dia anterior a abertura do certame;

iii. A não realização de vistoria não impedirá a proponente de participar do processo de licitação. Porém, deverá assinar declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica, no qual assume total responsabilidade sobre eventual erro na elaboração de sua proposta, decorrente da não realização da vistoria, vez que optou por não a realizar por sua conta e risco;

iv. Realizada ou não a vistoria, o Município não aceitará posteriormente, em nenhuma hipótese, qualquer alegação de necessidade de serviços extraordinários, bem como alegações de dificuldades para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da presente licitação.

G. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data prevista para a entrega da proposta, no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes. A comprovação se dará obrigatoriamente pela apresentação de todos os documentos abaixo relacionados:

- Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de cada profissional;
- Comprovante de vínculo profissional, por meio da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), ou Contrato de Trabalho Registrado em cartório entre a licitante e o profissional;

H. Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.

14.11.9. Qualificação Econômico-Financeira

A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.11.10. Documentação Complementar

A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado à Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes às seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;

B - Fizer declaração falsa;

C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;

D - Omitir o real enquadramento da empresa;

E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

A - Não mantiver proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;

B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita a Licitante ao credenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubiratã o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubiratã não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubatuba não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) pregoeiro (a).

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos em que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de

Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Responsabilidade pela Não Realização de Visita Técnica;
- 21.18.5. Anexo V - Minuta de Contrato.

Ubiratã, Paraná, 05 de maio de 2023.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:600760
20959

Assinado de forma digital
por FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2023.05.05
15:46:50 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6084/2023

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida do rodeio country a ser realizado na festa de exposição do município – EXPOBIRA, visa resgatar a tradição, uma vez que desde 2001 até o ano de 2017, a população vinha sendo prestigiada com tal espetáculo.

A iniciativa visa também conservar e resgatar os inúmeros costumes tradicionais, valorizar a cultura local proporcionando ainda um significativo aspecto econômico para o Município, pois movimenta vários setores ligados ao turismo, atraindo visitantes e trazendo renda e oportunidade de trabalho aos bares, hotéis, restaurantes, barraqueiros, vendedores ambulantes, além da oportunidade de todos poderem comparecer nos dias gratuitos da festa.

Por fim, tendo em vista a popularização do rodeio no município e a falta que a presente atração faz, sendo aguardado por todos os munícipes e visitantes que prestigiam o evento, não paira nenhuma dúvida que a atração abrilhantará ainda mais a Exposição que já é regionalmente conhecida.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade e valores unitários e totais máximos:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.	1	gb	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00

3.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;

l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

bela, amada e gentil

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da empresa, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da empresa, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a empresa se sujeitará às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.13. A empresa deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A empresa é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE
Nº DO CNPJ
Endereço, Cidade e Estado.
Nº do Telefone.
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 63/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de **R\$- (valor por extenso)**.

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;
- B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TEL:
E-MAIL:

Eu, *(Nome do representante legal, n° RG e CPF)*, representante legal da empresa supracitada, DECLARO para os devidos fins de direito que deixamos de realizar visita técnica para tomar conhecimento das reais condições do local e das instalações onde os serviços serão prestados. Declaro que, em face da não realização da visita técnica, assumimos total e irrestrito compromisso sobre qualquer erro no dimensionamento de custos para elaboração da proposta, vez que por nossa conta e risco, optamos por não a realizar. Declaro ainda que, por optar pela não realização da visita técnica, em hipótese alguma poderá ser alegada necessidade de serviços extraordinários decorrentes do desconhecimento das reais condições do objeto licitado, bem como dificuldades para execução do contrato.

Local e Data.

Representante Legal da Empresa
(Nome, assinatura e CPF)

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6084/2023, Pregão Eletrônico nº 63/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 2.2 abaixo.	1	gb		

2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;

l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$- ().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A CONTRATADA deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório

comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a CONTRATADA se sujeitará às penalidades previstas no presente contrato.

5.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.

7.1.6. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.2.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;

7.3.7. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;

7.3.8. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;

7.3.9. Exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.

7.3.10. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.11. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.13. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.15. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.16. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.17. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

7.3.18. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incorrer em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, **XX de XXXXXX de 2023.**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: -

Data: 05/05/2023 às 16:59:53

Segue edital correto

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

EDITAL_RODEIO.docx

EDITAL_RODEIO_correto_ASSINADO.pdf

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6084/2023

LICITAÇÃO COM AMPLA CONCORRÊNCIA

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Ubiratã, pessoa jurídica de direito público, UASG 987933, inscrito no CNPJ nº 76.950.096/0001-10, com sede administrativa no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, localizado na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, por intermédio do Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, torna pública a realização da Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Lei Municipal nº 001/2012, Decreto Municipal nº 11, de 12 de fevereiro de 2020 e subsidiariamente às exigências do presente edital.

1.2. O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, conforme datas e horários definidos abaixo:

1.2.1. DATA E HORÁRIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ATÉ ÀS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.2.2. DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: A PARTIR DAS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

1.3. Este edital e o termo de referência foram elaborados dentro dos moldes fornecidos pela secretaria requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa a escolha da proposta mais vantajosa para o seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)**, conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

2.2. Havendo divergências entre as especificações dos itens deste edital com as constantes no Compras.gov.br, em especial quanto ao detalhamento do objeto licitado, prevalecerão as previstas em edital.

2.3. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto à especificação do objeto.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

3.1. O valor máximo aceitável deste certame está fixado em R\$ -210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

3.2. Serão sumariamente desclassificadas as propostas que após a etapa de lances/negociação possuírem valores unitários ou totais superiores aos máximos estabelecidos pelo edital.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

bela, amada e gentil

5. DA NÃO APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS DO ART. 48 DA LC Nº 123/06

5.1. A presente licitação estabelece a ampla concorrência, uma vez que o valor do item a ser contratado é superior a R\$ 80.000,00, não se aplicando o disposto no art. 48, inciso II da LC nº 123/06.

5.2. A ampla concorrência na presente licitação não exclui os benefícios de regularização fiscal e trabalhista tardia e empate ficto expressos nos art. 43 e 44 da LC nº 123/06.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer cidadão ou licitante poderá requisitar esclarecimentos ou impugnar este edital.

6.2. O pedido de esclarecimento ou impugnação poderá ser realizado por forma eletrônica, através do e-mail licitacao@ubirata.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço disposto no preâmbulo deste edital.

6.3. O pregoeiro responderá ao pedido de esclarecimento ou à impugnação em até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, com base nos subsídios formais requisitados aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

6.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou impugnação será encaminhado via e-mail à requerente, divulgado no Compras.gov.br e disponibilizado no Portal da Transparência do Município, junto aos demais documentos do presente pregão.

6.5. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.6. Os pedidos de esclarecimento ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7. Os casos excepcionais de concessão de efeito suspensivo serão motivados pelo pregoeiro, nos autos do processo da licitação.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

7.4. A Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1. Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no SICAF.

8.1.1. As Licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.

8.2. Não poderão participar da presente licitação:

8.2.1. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

8.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar de licitação e de contratar com o município de Ubatuba, conforme Art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;

8.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública com fulcro no Art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

8.2.4. Que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

8.2.5. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

8.2.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

8.3. Como condição para participação no Pregão, a Licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

8.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49.

8.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame;

8.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para MEI/ME/EPP/COOP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a Licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/06, mesmo que MEI/ME/EPP/COOP.

8.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

8.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a Licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8.5. A declaração digital acima descrita substitui o envio de declaração assinada via sistema.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. As Licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, **ATÉ ÀS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023**, horário de Brasília, Distrito Federal, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. Concomitantemente com a proposta, a Licitante deverá encaminhar os documentos de habilitação exigidos no edital.

9.3. As Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no cadastro.

9.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.5. As Licitantes qualificadas como MEI/ME/EPP/COOP deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição na regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/06, sob pena de inabilitação.

9.6. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Até a abertura da sessão pública, as Licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da Licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A Licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações referentes à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

10.1.2. Valor unitário e total do item, com no máximo duas casas decimais;

10.2. A Licitante poderá também encaminhar proposta nos termos do Anexo II do presente edital, em arquivo digital (pdf), dispensando, neste caso, o envio de proposta readequada ao último lance ofertado conforme estabelecido nos subitens 12.6 e 12.6.1 do presente edital.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. O prazo de validade da proposta será de noventa dias a contar da data de sua apresentação.

10.6. A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A apresentação da proposta implicará:

10.7.1. Conhecimento e aceitação plena e total de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus anexos;

10.7.2. Conhecimento das especificações, quantitativos, encargos gerais e condições para execução dos serviços.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

11.1. **A PARTIR DAS 14H00MIN DO DIA 19 DE MAIO DE 2023**, horário de Brasília - DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, será aberta por comando do pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. Cabe à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis, **apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento**, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

11.4.1. Também será desclassificada a proposta que identifique a Licitante.

11.4.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

11.6.2. No caso de o lance da Licitante incidir em valor unitário com mais de duas casas após a vírgula, serão desconsiderados os demais valores, prevalecendo apenas duas casas decimais para fins de contratação.

A. Nesse caso, o valor arredondado será informado pelo pregoeiro no campo “valor negociado”.

11.7. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

11.8. A Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$-50,00 (Cinquenta reais).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, em que as Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.10.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da Licitante.

11.13. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.15. Caso a Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.16. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às MEI/ME/EPP/COOP participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06.

11.16.1. Nessas condições, as propostas de MEI/ME/EPP/COOP que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.16.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.16.3. Caso a MEI/ME/EPP/COOP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEI/ME/EPP/COOP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

11.18.1. Nessa fase, a Licitante que tiver ofertado proposta ou lance superior ao máximo estabelecido pelo edital e não aceitar a negociação de preços será desclassificada para o item;

11.18.2. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a Licitante para que seja obtido preço melhor.

11.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. A proposta final da Licitante vencedora deverá ser encaminhada no prazo de **duas horas** a contar da solicitação do pregoeiro, através do sistema Compras.gov.br, e deverá:

12.1.1. Conter o número e a modalidade da presente licitação;

12.1.2. Conter a Razão social, endereço, telefone, e-mail e o CNPJ da proponente;

12.1.3. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal;

- 12.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da Licitante vencedora, para fins de pagamento;
- 12.1.5. Conter a indicação do preposto da Licitante, apto a representá-la na execução do Contrato;
- 12.1.6. Conter os preços unitários e totais dos itens, com duas casas decimais, readequados ao último lance ofertado;
- 12.1.7. A Licitante vencedora deverá, caso necessário para complementar as informações constantes na proposta, encaminhar catálogo, folder, tela de internet ou qualquer documento que comprove que o produto ofertado atende completamente a especificação exigida em edital.
- 12.2. O prazo de envio poderá ser alterado por solicitação da Licitante convocada ou por decisão do pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
- 12.3. O modelo de proposta consta no Anexo II do presente edital.
- 12.4. A Licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta quando convocada, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.
- 12.5. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 12.6. O envio da proposta final poderá ser dispensado caso a Licitante já tenha encaminhado proposta inicial, em arquivo digital (pdf), nos moldes do Anexo II do presente edital, sendo que, neste caso, o valor da proposta será automaticamente atualizado pelo lance final ofertado pela Licitante ou pelo valor negociado pelo pregoeiro, conforme registrado no Compras.gov.br.
- 12.6.1. A dispensa do envio da proposta final somente ocorrerá se o recurso financeiro da licitação não decorrer de transferência voluntária da União e será motivado pelo pregoeiro no chat, com fulcro nos princípios da celeridade e eficiência.
- 12.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.
- 12.7.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 12.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outra Licitante.
- 12.9. As propostas e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 13.1. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto ao estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 13.2. Serão desclassificadas as propostas:
- 13.2.1. Que estejam em desacordo com as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

13.2.2. Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não sejam passíveis de saneamento na própria sessão;

13.2.3. Que para sua viabilização indiquem condições genéricas de cobertura de outras propostas, ou de subsídios condicionados que não estejam autorizados em Lei, ou se refiram a repasse de descontos ou de isenção de tributos ou ainda aquelas em desacordo com o edital ou qualquer norma jurídica aplicável à contratação;

13.2.4. Que após diligências não forem corrigidas ou justificadas.

13.3. Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.3.1. Considera-se inexequível a proposta que, não sendo possível aplicar o princípio da comparação objetiva das propostas, apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.3.4. O pregoeiro poderá convocar a Licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.3.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela Licitante, antes de findo o prazo.

13.3.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço/bem/produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.5. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.6. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da Licitante, observado o disposto neste edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente

quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. SICAF;

14.1.2. Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

14.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, será diligenciado para verificação de fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.3.3. A Licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.4. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

14.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das Licitantes será verificada, primeiramente, por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme documentação exigida para esta licitação.

14.6.1. A Licitante deverá anexar no sistema Compras.gov.br, juntamente com o cadastro da proposta eletrônica e até a abertura da sessão pública, os documentos desatualizados ou não abrangidos pelo SICAF.

14.6.2. É dever da Licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

14.6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da Licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s).

14.6.4. A Licitante detentora do menor preço qualificada como MEI/ME/EPP/COOP deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, a Licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

14.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais e não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.10. Se a Licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.11. Para a habilitação da Licitante detentora da melhor oferta, será exigida a documentação relativa a:

14.11.1. Habilitação Jurídica:

A. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

B. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

C. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

D. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

E. Documento de identificação com foto (RG) do (s) sócio (s) proprietário (s);

F. Cadastro de Pessoa Física (CPF) do (s) sócio (s) proprietário (s).

14.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.11.3. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

14.11.4. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial, autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

14.11.5. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

14.11.6. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

14.11.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- A. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- B. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal;
- C. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- D. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- E. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- F. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Licitante.

14.11.8. Qualificação Técnica:

- A. Atestado de qualificação técnica, comprovando e execução de atividade compatível com todos os itens exigida nesta licitação (descritos no subitem 3.2 do Termo de Referência), emitido por órgão público ou privado de reconhecida idoneidade, vedada a apresentação de atestado fornecido por pessoa física.
- B. Prova de registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- C. Prova de registro ou inscrição do Médico Veterinário responsável pelos animais envolvidos no evento no Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- D. Comprovação de que a Licitante possui vínculo com o Médico Veterinário indicado na alínea “C” podendo ser feita mediante a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos:
 - I. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, administrador ou diretor;
 - II. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, quando empregado devidamente registrado, desde que conste a Licitante como contratante;
 - III. Contrato de prestação de serviços entre a Licitante e o profissional, regido pela legislação comum;
 - IV. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo.
- E. Prova de registro ou inscrição do técnico Blaster na Polícia Judiciária Civil, acompanhada da carteira profissional de licença para exercício de Blaster.
- F. Comprovação de que a Licitante possui vínculo com o técnico Blaster indicado na alínea “E” podendo ser feita mediante a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos:
 - I. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, administrador ou diretor;
 - II. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, quando empregado devidamente registrado, desde que conste a Licitante como contratante;
 - III. Contrato de prestação de serviços entre a Licitante e o profissional, regido pela legislação comum;

- IV. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo;
- G. Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro com atividade regulamentada por lei;
- H. Registro ou inscrição do profissional (engenheiro ou arquiteto) responsável pelos serviços no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro com atividade regulamentada por lei, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA ou CAU demonstrando a realização de serviços semelhantes (montagem/desmontagem de estrutura de metal);
- I. Comprovação de que a Licitante possui vínculo com o profissional indicado na alínea “H” podendo ser feita mediante a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos:
- I. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, administrador ou diretor;
 - II. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, quando empregado devidamente registrado, desde que conste a Licitante como contratante;
 - III. Contrato de prestação de serviços entre a Licitante e o profissional, regido pela legislação comum;
 - IV. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo;
 - V. Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro com atividade regulamentada por lei, que demonstre o profissional indicado como responsável técnico da empresa licitante.
- J. Atestado de visita técnica (a ser fornecido pelo Município, conforme descrito a seguir), ou declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica (modelo anexo IV).
- I. Os licitantes interessados em participar do certame poderão realizar visita técnica no local a ser realizado os serviços, devendo agendar um horário e data com a Comissão Organizadora do Evento, através do e-mail esporte@ubirata.pr.gov.br ou telefone (44) 3543-4355.
 - II. A visita técnica para retirada de ATESTADO DE VISITA TÉCNICA poderá ser realizada até o dia anterior a abertura do certame;
 - III. A não realização de vistoria não impedirá a proponente de participar do processo de licitação. Porém, deverá assinar declaração de responsabilidade pela não realização da visita técnica, no qual assume total responsabilidade sobre eventual erro na elaboração de sua proposta, decorrente da não realização da vistoria, vez que optou por não a realizar por sua conta e risco;
 - IV. Realizada ou não a vistoria, o Município não aceitará posteriormente, em nenhuma hipótese, qualquer alegação de necessidade de serviços extraordinários, bem como alegações de dificuldades para o cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da presente licitação.
- K. Comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico no mínimo 03 (três) profissionais aptos que farão a montagem e desmontagem das arquibancadas, palco e camarotes, através da apresentação de Certificado de Treinamento de Trabalho em Altura – Conforme NR-35, em plena validade de cada profissional.
- L. Comprovação de que a Licitante possui vínculo com os profissionais indicados na alínea “K” podendo ser feita mediante a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos:

- I. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, administrador ou diretor;
- II. Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, quando empregado devidamente registrado, desde que conste a Licitante como contratante;
- III. Contrato de prestação de serviços entre a Licitante e o profissional, regido pela legislação comum;
- IV. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do mesmo;
- M. Apresentar PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos – Conforme NR-01 em plena validade.

14.11.9. Qualificação Econômico-Financeira

- A. Não será exigida qualificação econômico-financeira para a presente licitação.

14.11.10. Documentação Complementar

- A. Declaração Unificada, conforme modelo constante no Anexo III.

14.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por Licitante qualificada como MEI/ME/EPP/COOP, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a empresa será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pela Licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.14. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.16. Será inabilitada a Licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos junto à proposta eletrônica, através do SICAF ou quando convocada, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

14.17. Em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no edital, a Licitante será declarada vencedora.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, o pregoeiro verificará a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, será avaliado pelo pregoeiro tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

15.2.3. A falta de manifestação motivada da Licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.2.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a Licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todas as Licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da Licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado à Licitante declarada vencedora, por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o Município para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado ou aceito e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo para assinatura ou devolução do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pelo Município.

18.3. Se a adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das Licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora, conforme disposto no art. 4º, incisos XVI e XXIII da Lei 10.520/02.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Sujeitam-se as Licitantes às seguintes penalidades:

19.1.1. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Ensejar o retardamento na execução do objeto do certame;
- B - Fizer declaração falsa;
- C - Cometer fraude fiscal quanto aos documentos desta natureza utilizado para habilitar-se nas licitações;
- D - Omitir o real enquadramento da empresa;
- E - Realizar conluio, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.1.1.1. Considera-se o retardamento na execução do objeto do certame previsto na alínea “A”, qualquer ação ou omissão da licitante que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato.

19.1.2. Para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, será aplicada multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com o Município de Ubatuba por até 05 (cinco) anos à Licitante que:

- A - Não mantiver proposta e/ou deixar de encaminhar proposta readequada quando convocada;

B - Recusar-se injustificadamente em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, ou não atender os requisitos exigidos para qualificação técnica, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

19.1.2.1. Considera-se o não mantimento da proposta previsto na alínea “A”, a ausência de envio da mesma, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigido, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento.

19.1.3. Detenção de 02 (dois) a 04 (quatro) anos à Licitante que:

A - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da Licitação.

19.2. Concomitante às penalidades previstas, se sujeita a Licitante ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estarão previstas no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. Fica garantido ao Município de Ubatuba o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

20.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

20.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

20.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

20.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de seus documentos de habilitação e o Município de Ubatuba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.2. Município de Ubiratã não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital obtidas por meio de terceiros.

21.3. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo (a) pregoeiro (a).

21.5. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.6. No interesse do Município, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

21.6.1. Adiada a data da abertura desta licitação;

21.6.2. Alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

21.7. É facultado ao (à) pregoeiro (a), ou à autoridade a ele (a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.9. Todos os documentos em que se exige cópia autêntica poderão ser autenticados pela Junta Comercial, autenticados digitalmente ou autenticados por cartório.

21.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente.

21.13. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.15. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.16. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.17. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ubirata.pr.gov.br, <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Divisão de Licitação, localizada no Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, Centro, na cidade de

Ubiratã, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.18. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 21.18.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 21.18.2. Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- 21.18.3. Anexo III – Modelo de Declaração Unificada;
- 21.18.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Responsabilidade pela Não Realização de Visita Técnica;
- 21.18.5. Anexo V - Minuta de Contrato.

Ubiratã, Paraná, 05 de maio de 2023.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
76020959

Assinado de forma digital por
FABIO DE OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2023.05.05 16:51:17 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6084/2023

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, se destina à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação pretendida do rodeio country a ser realizado na festa de exposição do município – EXPOBIRA, visa resgatar a tradição, uma vez que desde 2001 até o ano de 2017, a população vinha sendo prestigiada com tal espetáculo.

A iniciativa visa também conservar e resgatar os inúmeros costumes tradicionais, valorizar a cultura local proporcionando ainda um significativo aspecto econômico para o Município, pois movimenta vários setores ligados ao turismo, atraindo visitantes e trazendo renda e oportunidade de trabalho aos bares, hotéis, restaurantes, barraqueiros, vendedores ambulantes, além da oportunidade de todos poderem comparecer nos dias gratuitos da festa.

Por fim, tendo em vista a popularização do rodeio no município e a falta que a presente atração faz, sendo aguardado por todos os munícipes e visitantes que prestigiam o evento, não paira nenhuma dúvida que a atração abrilhantar ainda mais a Exposição que já é regionalmente conhecida.

3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. Visa-se a contratação do objeto na seguinte especificação, quantidade e valores unitários e totais máximos:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.	1	gb	R\$ 210.000,00	R\$ 210.000,00

3.2. A empresa vencedora deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;

l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do contrato.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A contratada deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da empresa, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da empresa, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Termo. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a empresa se sujeitará às penalidades previstas no presente Termo de Referência.

5.13. A empresa deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente Termo de Referência.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à empresa, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A empresa é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente Termo de Referência.

7. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Os direitos e responsabilidades das partes são os dispostos na Cláusula Sétima da Minuta do Contrato.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela Contratada todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela empresa, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

9.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

9.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa pelos danos causados ao município ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

9.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização do município não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

9.5. As comunicações entre o município e a empresa devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1. As penalidades pelo descumprimento das obrigações assumidas serão as dispostas na Cláusula Décima Terceira da Minuta de Contrato.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

NOME DA LICITANTE
Nº DO CNPJ
Endereço, Cidade e Estado.
Nº do Telefone.
Endereço de e-mail.

Referente ao Pregão Eletrônico nº 63/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de **R\$- (valor por extenso)**.

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço).

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o (a) Senhor (a) (Nome, CPF, RG, Endereço, Telefone, e-mail).

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo (Banco, Agência e Conta).

5. Relação de itens cotados:

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal
CPF e RG

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL:

E-MAIL:

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;
- B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatuba, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatuba ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Local e data.

Nome e Assinatura do representante legal

CPF nº

RG nº

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
TEL:
E-MAIL:

Eu, *(Nome do representante legal, n° RG e CPF)*, representante legal da empresa supracitada, DECLARO para os devidos fins de direito que deixamos de realizar visita técnica para tomar conhecimento das reais condições do local e das instalações onde os serviços serão prestados. Declaro que, em face da não realização da visita técnica, assumimos total e irrestrito compromisso sobre qualquer erro no dimensionamento de custos para elaboração da proposta, vez que por nossa conta e risco, optamos por não a realizar. Declaro ainda que, por optar pela não realização da visita técnica, em hipótese alguma poderá ser alegada necessidade de serviços extraordinários decorrentes do desconhecimento das reais condições do objeto licitado, bem como dificuldades para execução do contrato.

Local e Data.

Representante Legal da Empresa
(Nome, assinatura e CPF)

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, situada na _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, telefone nº _____ e e-mail _____, doravante designada como CONTRATADA, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6084/2023, Pregão Eletrônico nº 63/2023 e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 2.2 abaixo.	1	gb		

2.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar:

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;

l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS: - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$- ().

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A CONTRATADA deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório

comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a CONTRATADA se sujeitará às penalidades previstas no presente contrato.

5.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;

7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.

7.1.6. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.2.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;

7.3.7. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;

7.3.8. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;

7.3.9. Exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.

7.3.10. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.11. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.13. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.15. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.16. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.17. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

7.3.18. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JUR	0	210.000,00

9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.

12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incurrir em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, **XX de XXXXXX de 2023.**

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada

Proc. Administrativo 9- 099/2023

De: Thiago G. - SEMAD-LICIT

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 08/05/2023 às 08:37:22

Setores (CC):

SEMAD-LICIT, SEMAD-LICIT-SP

Anexos publicações do aviso de licitação no jornal oficial do município e no portal compras.gov, e disponibilização do edital no portal da transparência do município.

Processo segue para julgamento.

Data da sessão: 19/05/2023 às 14:00

—

Thiago Dadalto Gimenez

Divisão de Licitação

Anexos:

PREFEITURA_MUNICIPAL_DE_UBIRATA_Portal_da_Transparencia.pdf

Publicacao_jornal.pdf

SIASGnet_DC_Pesquisar_Licitacao.pdf

BUSCA AVANÇADA

Início (<http://www.ingadigital.com.br/transparencia>) / Busca Avançada

 Icones Encontrados

 Artigos Encontrados

Processos Licitatórios (http://www.ingadigital.com.br/transparencia/index.php?id_cliente=46&sessao=d59674fa973md5) ¹

► **PROCESSO LICITATÓRIO 6084/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO 63/2023**

Publicação: 05/05/2023

Abertura: 19/05/2023 às 14:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

Valor Máximo: R\$-210.000,00 (duzentos e dez mil reais).

Objeto:


CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)

 Anexos

 EDITAL

 Fale Conosco

 **Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852** - Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt

 CEP: 85440-000 - Ubirata - Paraná

 **(44) 3543-8000**

✉ **ubirata@ubirata.pr.gov.br**



🔗 **Voltar ao Site** (<http://ubirata.pr.gov.br>)

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda à Sexta-feira: das 8h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00



Última Atualização: 05/05/2023 16:53:03



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2023

EDIÇÃO SEMANAL 1.759- ANO: XVIII

Página 6 de 7

www.ubirata.pr.gov.br

O Município de Ubatã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a LOCAÇÃO DE PALCO, CAMARINS E TRELIÇAS PARA EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 08h15min do dia 19 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 08h15min do dia 19 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Ubatã, Paraná, 05 de maio de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6084/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

O Município de Ubatã torna público que se encontra aberto o processo licitatório na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).

Data e horário do recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: até às 14h00min do dia 19 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

Data e horário da abertura da sessão pública: a partir das 14h00min do dia 19 de maio de 2023, horário de Brasília, Distrito Federal.

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Ubatã, Paraná, 05 de maio de 2023.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 25/2023

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6081/2023.

2. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL DA DUPLA JEANN E JÚLIO E BANDA, A SER REALIZADO NO DIA 03 DE JUNHO DE 2023, NA FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: J. SHOW PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 33.144.771/0001-01, com sede na Rua Bernardino Fortunato, 91, – Conjunto Cafezal 1, CEP 86.049-100, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 05/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 05 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 26/2023

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6083/2023.

2. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL SERTANEJO DO ARTISTA DE RENOME NACIONAL “LUAN PEREIRA”, A SER REALIZADO NO DIA 02 DE JUNHO DE 2023, NA FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA).

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no Art. 25, Inciso III da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: LP PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.274.931/0001-16, com sede na Rua Reverendo João Batista Ribeiro Neto, 75, APT 1006 BLOCO 1 – Gleba Fazenda Palhano, CEP: 86.055-645, na cidade de Londrina Estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 05/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 05 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatã, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6044/2023.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 47/2023.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA EM ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS DE QUATRO CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

4. FORNECEDOR: OLIVEIRA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 48.240.374/0001-00, com sede na Avenida Pires do Rio, nº 217, bairro Vila Americana, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Telefones (11) 2774 1072 e (11) 91711-5629, e-mail oliveiratercerizada@gmail.com.

5. VALOR: R\$ 553.949,28 (quinhentos e cinquenta e três mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos).

6. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 03/05/2023.

7. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 04 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatã



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatã. A Prefeitura Municipal Ubatã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Atividade: ~~PRODUÇÃO~~

Pedido de Cotação Eletrônica

Pesquisar Licitação

08/05/2023 08:26:02

Órgão

96120 - ESTADO DO PARANA

UASG de Atuação

987933 - PREF.MUN.DE UBIRATA

Nº da UASG

987933

UASG

PREF.MUN.DE UBIRATA

Nº da Licitação

00063

/

* Ano da Licitação

2023

Modalidade de Licitação

☐ Pregão

☐ Concorrência

☐ Tomada de Preços

☐ Convite

☐ Concurso

Situação da Licitação

☐ Revogada

☐ Anulada

☐ Suspensa

Característica da Licitação

☐ Tradicional

☐ Registro de Preço (SRP)

Pesquisar

Limpar

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: -

Data: 19/05/2023 às 16:10:16

Proposta de preços e documentos de habilitação da empresa classificada em primeiro lugar.

—

Atenciosamente,

Renan Felipe.

Anexos:

A_PROPOSTA.pdf

B_HABILITACAO.pdf



J.C. VENEROSKI – EVENTOS – ME

CNPJ/MF Nº 21.253.780/0001-51

Avenida Planalto, 820 – CEP 85430-000 – Centro – Braganey – Paraná

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA LICITANTE: J. C. VENEROSKI - EVENTOS

Nº DO CNPJ: 21.253.780/0001-51

Endereço: Avenida Planalto, 820 – CEP: 85.423-000 – Centro – Braganey - Paraná.

Nº do Telefone: (45) 9 9991-3299

Endereço de e-mail: toddyrodeo@hotmail.com

Referente ao Pregão Eletrônico nº 63/2023.

1. Apresentamos e submetemos à apreciação nossa proposta de preços, a preços fixos, relativa à execução do objeto do Pregão em epígrafe:

1.1. O valor global para a execução do objeto é de **R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)**.

1.2. O prazo de validade da proposta de preços é de noventa dias a partir da data da sessão.

1.3. A execução do objeto se dará na forma estabelecida pelo edital e seus anexos.

2. Se vencedora da Licitação, assinará o contrato, na qualidade de representante legal o Senhor João Carlos Veneroski, CPF: 026.933.839-00, RG: 7282443-1 SESP-PR, Endereço: Avenida Planalto, 820 – CEP: 85.423-000 – Centro – Braganey - Paraná.

3. Se vencedora da Licitação, o Preposto da Contratada para representá-la durante a vigência do mesmo, será o Senhor João Carlos Veneroski, CPF: 026.933.839-00, RG: 7282443-1 SESP-PR, Endereço: Avenida Planalto, 820 – CEP: 85.423-000 – Centro – Braganey - Paraná, Telefone: (45) 9 9991-3299, e-mail: toddyrodeo@hotmail.com.

4. Os pagamentos deverão ser efetuados em conta corrente própria da Licitante, sendo).
Banco: Sicredi 748 - Agência: 0726 - Conta: 07943-1.

5. Relação de itens cotados:

Lote	Item	Descrição	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.	1	gb	R\$ 189.000,00	R\$ 189.000,00

5.1. A empresa disponibilizará:

JOAO
CARLOS
VENEROSKI:0
2693383900

Assinado de forma digital por JOAO CARLOS VENEROSKI:02693383900
Dados: 2023.05.19 14:39:40 -03'00'



J.C. VENEROSKI – EVENTOS – M E

CNPJ/MF Nº 21.253.780/0001-51

Avenida Planalto, 820 – CEP 85430-000 – Centro – Braganey – Paraná

a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none"> - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3 microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS



J.C. VENEROSKI – EVENTOS – M E

CNPJ/ M F N° 21.253.780/ 0001-51

Avenida Planalto, 820 – CEP 85430-000 – Centro – Braganey – Paraná

	SEGUINTE COBERTURAS MINIMAS: <ul style="list-style-type: none">- Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais)- Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).- Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none">- Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR: <ul style="list-style-type: none">- 01 (um) locutor Profissional- 01 (um) Juiz Profissional CONDIÇÕES NECESSÁRIAS: <ul style="list-style-type: none">- Bretes de laço para animais até 200kg- Curral para os animais do laço dentro da arena- Prova Comentada OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confecção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	GERADOR DE ENERGIA 01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

Braganey, 19 de maio de 2023.

JOAO CARLOS

VENEROSKI:02693383900

Assinado de forma digital por JOAO

CARLOS VENEROSKI:02693383900

Dados: 2023.05.19 14:40:12 -03'00'

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - 21.253.780/0001-51

JOAO CARLOS VENEROSKI - RG: 7282443-1 SESP-PR - CPF: 026.933.839-00

RESPONSÁVEL LEGAL



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/05/2023 14:30:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **J.C.VENEROSKI-EVENTOS**
CNPJ: **21.253.780/0001-51**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 21253780000151

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **J.C.VENEROSKI-EVENTOS**

CPF/CNPJ: **21.253.780/0001-51**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:30:40 do dia 19/05/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: VUUM190523143040

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **J.C.VENEROSKI-EVENTOS**

CPF/CNPJ: **21.253.780/0001-51**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:30:40 do dia 19/05/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio
<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: VUUM190523143040

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

(Válida somente com a apresentação do CPF)

Nome completo: **JOAO CARLOS VENEROSKI**

CPF/CNPJ: **026.933.839-00**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 14:31:51 do dia 19/05/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: L69B190523143151

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.253.780/0001-51 DUNS®: 941697374
Razão Social: J.C.VENEROSKI-EVENTOS
Nome Fantasia: CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 10/05/2024
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	27/05/2023
FGTS	Validade:	07/06/2023
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	11/11/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	06/09/2023
Receita Municipal	Validade:	08/06/2023

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2024



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.253.780/0001-51 DUNS®: 941697374
Razão Social: J.C.VENEROSKI-EVENTOS
Nome Fantasia: CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 10/05/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
Natureza Jurídica: EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL) MEI: Não
Capital Social: R\$ 50.000,00 Data de Abertura da Empresa: 07/10/2014
CNAE Primário: 9001-9/05 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES

CNAE Secundário 1: 7312-2/00 - AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO
CNAE Secundário 2: 7739-0/03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS
CNAE Secundário 3: 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
CNAE Secundário 4: 9001-9/06 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO

Dados para Contato

CEP: 85.430-000
Endereço: AVENIDA PLANALTO, 820 - CENTRO
Município / UF: Braganey / Paraná
Telefone: (45) 99913299 Telefone: (45) 99913299
E-mail: toddyrodeo@hotmail.com

Dados do Responsável Legal

CPF: 026.933.839-00
Nome: JOAO CARLOS VENEROSKI

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 026.933.839-00
Nome: JOAO CARLOS VENEROSKI
E-mail: toddyrodeo@hotmail.com



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:	21.253.780/0001-51	DUNS®:	941697374
Razão Social:	J.C.VENEROSKI-EVENTOS		
Nome Fantasia:	CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL		
Situação do Fornecedor:	Credenciado	Data de Vencimento do Cadastro:	10/05/2024

Dados do Nível

Situação do Nível:	Cadastrado
--------------------	------------

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	27/05/2023
Código de Controle:	FF2B7DD6BB20F397		

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	07/06/2023
Código de Controle:	2023050903212162661299		

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	Certidão	Data de Validade:	11/11/2023
Código de Controle:	205699592023		



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 21.253.780/0001-51 DUNS®: 941697374
Razão Social: J.C.VENEROSKI-EVENTOS
Nome Fantasia: CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: isento
Inscrição Municipal: 231

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

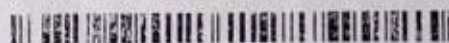
Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 06/09/2023
Código de Controle: 030415786-90

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 08/06/2023
Código de Controle: FA9E4C7921BA34A78E41A2AE7BFD5415



NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas) JOÃO CARLOS VENEROSKI			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL SOLTEIRO	
SEXO M <input checked="" type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	REGIME DE BENS (se casado)		
FILHO DE (pai) JOÃO CIPRIANO VENEROSKI		(mãe) MARIA APARECIDA VENEROSKI	
INSERIDO EM (data da inscrição) 24/08/1977	IDENTIDADE (número) 7282443-1	Órgão Emissor SSP	UF PR
CPF (número) 026.933.839-00			
EMANCIPADO POR: (preencher somente no caso de menor)			
DOMICILIÁRIO (rua, av. etc.) AV. PLANALTO			NÚMERO 820
COMPLEMENTO FUNDOS	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 85430000
MUNICÍPIO BRAGANEY	UF PR		
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário, e requer a Junta Comercial do Estado do Paraná.			
ATO 020	DESCRIÇÃO DO ATO INSCRIÇÃO	EVENTO / DESCRIÇÃO DO EVENTO	
EVENTO / DESCRIÇÃO DO EVENTO		EVENTO / DESCRIÇÃO DO EVENTO	
NOME EMPRESARIAL J.C. VENEROSKI-EVENTOS			
CORRETOREJO (rua, av. etc.) AV. PLANALTO			NÚMERO 820
COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO CENTRO		CEP 85430000
MUNICÍPIO BRAGANEY	UF PR	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) toddyrodeio@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 50.000,00	VALOR DO CAPITAL (por extenso) CINQUENTA MIL REAIS		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE - 4 dígitos) 5001905	DESCRIÇÃO DO OBJETO PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, EXCETO ANDAIMES, SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS, ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO, AGENCIAMENTOS DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO		
7739003 3230001 9001906 7312200			
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 10/10/2014	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF
ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/puenteiro) J.C. Veneroski - EVENTOS		USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL <input type="checkbox"/> 1 - SIM <input checked="" type="checkbox"/> 2 - NÃO	
DATA DA ASSINATURA 07/10/2014	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO		
PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL			
DEFERIDO PUBLICAR SE E PUBLICAR SE DENIS DALL'ASTA JUCEPAR AGÊNCIA REGIONAL DE CASCAVEL RELATOR - MATRÍCULA 216-C	AUTEN JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ AGÊNCIA REGIONAL DE CASCAVEL CERTIFICADO O REGISTRO EM: 07/10/2014 SOB NÚMERO: 41107682463 Protocolo: 14/567088-0, DE 11/09/2014 J.C. VENEROSKI - EVENTOS SEBASTIÃO MOTTA SECRETÁRIO GERAL		





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.253.780/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/10/2014
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL J.C.VENEROSKI-EVENTOS
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL	PORTE ME
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO AV PLANALTO	NÚMERO 820	COMPLEMENTO *****
----------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP 85.430-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BRAGANEY	UF PR
--------------------------	----------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (45) 9991-3299/ (45) 9991-3299
---------------------	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/10/2014
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/05/2023** às **11:53:04** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: J.C.VENEROSKI-EVENTOS
CNPJ: 21.253.780/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:03:29 do dia 28/11/2022 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/05/2023.

Código de controle da certidão: **FF2B.7DD6.BB20.F397**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.253.780/0001-51

Razão

J C VENEROSKI EVENTOS ME

Social:

Endereço: AV PLANALTO 820 / CENTRO / BRAGANEY / PR / 85430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 09/05/2023 a 07/06/2023

Certificação Número: 2023050903212162661299

Informação obtida em 09/05/2023 11:09:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J.C.VENEROSKI-EVENTOS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 21.253.780/0001-51

Certidão nº: 19477618/2023

Expedição: 09/05/2023, às 11:07:27

Validade: 05/11/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **J.C.VENEROSKI-EVENTOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.253.780/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030415786-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **21.253.780/0001-51**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE BRAGANEY
Estado do Paraná
SECRETARIA DE FAZENDA
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Certidão Negativa de Débitos N° 251 / 2023

CERTIFICAMOS, conforme requerido por JOAO CARLOS VENERONSKI, CPF/CNPJ nº 21.253.780/0001-51, para fins **LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS** RELATIVOS A TRIBUTOS MUNICIPAIS (impostos, taxas, contribuição de melhoria e dívida ativa dos cadastros Mobiliários e Imobiliários), até a presente data em nome de **J.C. VENEROSKI-EVENTOS-ME** CPF/CNPJ nº **21.253.780/0001-51**, situado(a) na cidade de Braganey.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: **FA9E4C7921BA34A78E41A2AE7BFD5415**

A PRESENTE CERTIDÃO TERÁ VALIDADE ATÉ 08/06/2023

Braganey - PR, **terça-feira, 9 maio, 2023**

FUNCIONÁRIO: **WEB**



MUNICIPIO DE BARRA DO TURVO

Avenida 21 de Março, 304, Centro – Barra do Turvo – SP

E-mail: financas@barradoturvo.sp.gov.br

CEP 11955-000 – Fone: (015) 3578-9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **J. C. VENEROSKI-EVENTOS – ME**, situada na Avenida Planalto, nº 820, Bairro: Centro, Braganey/PR, CEP 85.430-000, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº. 21.253.780/0001-51, prestou serviços à esta **Prefeitura Municipal de Barra do Turvo/SP**, situada na Avenida 21 de Março nº 304, Bairro: Centro, cidade: Barra do Turvo/SP, inscrita no CNPJ sob nº. 46.634.317/0001-80, conforme objeto do **Contrato nº.044/2018**, no que se refere á serviços de organização e realização do evento em comemoração a 34ª edição da Festa do Lavrador, a ser realizada nos dias 16, 17, 18 e 19 de agosto de 2018 e baile da escolha da rainha do rodeio a ser realizado no dia 11 de agosto de 2018, no Município de Barra do Turvo/SP, sendo que o campeonato de Rodeio realizado, foi de responsabilidade da **RADAD RODEO CUP**, e demais descrições detalhadas dos serviços prestados, conforme no termo de referência do contrato.

Atestamos ainda que a empresa cumpriu com todas as obrigações assumidas, não havendo nada que desabone a empresa, seus sócios e/ou funcionários, com relação á qualidade dos serviços ora prestados.

Barra do Turvo, 26 de Fevereiro de 2019.

Atenciosamente,

Elenice Maciel de Oliveira

RG: 42.435.142-0

Assistente Depto. de Compras e Licitações

P.M Barra do Turvo/SP

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Qualificação: Barra do Turvo, 26 de Fevereiro de 2019. Barra do Turvo, 26 de Fevereiro de 2019. Barra do Turvo, 26 de Fevereiro de 2019.

Reconheço por SEMELHANÇA a assinatura de Elenice Maciel de Oliveira

Em Teste: ☒ da verdade. Barra do Turvo, 26 de Fevereiro de 2019.

☒ Saulo de Oliveira Salvador Junior - Tabelião

☒ Benedita Elizabete dos Santos Rosa - Substituta

☐ Luana Assura Jalagana - Escrivão

VALIDO SOMENTE COMO SELLO DE AUTENTICIDADE

R\$ 9,60

Benedita Elizabete dos Santos Rosa
Substituta

0099AA0010742

298/396



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestado nº 001/2017

Braganey, 15 de maio de 2017

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa **JC Veneroski &Eventos – ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 21.253.780/0001-51, com sede na Avenida Planalto nº 820, Centro Braganey Paraná, prestou serviços ao **Município de Braganey**, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ nº 78.121.902/0001-73, com sede na Avenida Arthur Pereira, 860 nesta cidade de Braganey de acordo com o contrato assinado no dia 04 de abril de 2017.

Serviços Realizado de Organização Produção, Execução de Rodeio e Shows com toda a Estrutura necessária para realizar o Evento, tais como Arena, Arquibancada, Camarotes, Banheiros, Palco, Iluminação, Fechamento, Tendas Pirâmides, Som para o Rodeio e Shows, Cenário de Arena, Fogos, Gerador de Energia, etc, para realização da nona Festa do Peão de Boiadeiro em Comemoração dos 35 anos do Município de Braganey nos dias 28/04/2017 a 01/05/2017.

Não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos e serviços.

Sem mais no Momento e pronto para quaisquer duvida,

Joel Cruz Mendonça
Secretário da administração

Joel Cruz Mendonça
Portador do CPF 682.013.209-3
Secretário Municipal de Administração





MUNICÍPIO DE FORMOSA DO OESTE

ESTADO DO PARANÁ

AV. SEVERIANO B. DOS SANTOS, 111 - CEP 85830-000 CNPJ: 76.208.495/0001-00 FONE /FAX 44 - 3526 -1122
www.formosadoeste.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS para os devidos fins, que a empresa J.C. VENEROSKI - EVENTOS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 21.253.780/0001-51, com sede e foro na Avenida Planalto, nº. 830, cidade de Braganey, CEP nº. 85.430-000, Estado Paraná atende satisfatoriamente às exigências deste Município no que tange o fornecimento de estrutura para a festa, prestando serviço de rodeio, locação de arquibancada, camarotes, bretes, mangueira para querência, embarcador, arena, sonorização, iluminação, banheiros químicos, animais e pessoal com experiência em rodeio e manuseio de fogos de artifício no Município de Formosa do Oeste/Pr sendo por nós considerada uma empresa IDONEA, nada constando até a presente data que venha desaboná-la perante nosso cadastro, possuindo para o ofício supramencionado, plena capacidade técnica, considerando que sempre atendeu-nos com todos os itens contratados e ao cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento referente ao contrato: nº 055/2017, no valor de R\$ 70.550,00 (setenta mil quinhentos e cinquenta e cinco reais);

Sendo a expressão da verdade e para que surta os efeitos legais e almejados,

Formosa do Oeste, 10 de abril de 2018.


Paulo Henrique Fernandes Moço
Dir. Administração e Finanças



Prefeitura Municipal de Lindoeste

E-mail: pm@lindoeste.pr.gov.br

AV. Marechal Cândido Rondon, s/n – Telefax (45) 3237-8000

CEP 85826-000 - LINDOESTE - PARANÁ

CNPJ

80.881.915/0001-92

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 002/2017

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa J.C.VENEROSKI - EVENTOS – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Planalto nº 820, Centro, CEP: 85.430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, Telefone : (45) 99991-3299, inscrita no CNPJ Nº 21.253.780/0001-51, prestou à Prefeitura do Município de Lindoeste, inscrita no CNPJ nº 80.881.915/0001-92, de acordo com o Contrato nº 149/2017, referente a Serviços de Organização, Produção e Execução de Evento Completo (Rodeio) , nos dias 08, 09 e 10 de Setembro de 2017, durante a programação da 8ª EXPOLIN – Exposição da Agricultura, Indústria e Comércio de Lindoeste no ano de 2017, realizado na Rua Santa Catarina próximo ao Ginásio de Esportes Municipal, incluindo fornecimento de estrutura completa de som e iluminação profissional, a nível de rodeios de grande porte (estadual e nacional) , compatível com a estrutura da arena de realização, tendo sendo cumprida todas as obrigações contratuais pela empresa e anda estando registrado que a desabone .

Lindoeste-PR, 29 de Novembro de 2017



Jean da Costa Machado
Secretário de Planejamento e Urbanismo
Adm. 2017/2020

Jean da Costa Machado
Secretário de Planejamento e Urbanismo
CPF 985.616.009-00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E MATERIAL

Rua Raimundo Leonardi, nº. 1586 – Centro – CEP 85.900-110


Fone: (45) 3055 8805 – Fax (45) 3378 1704 – site: www.toledo.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº 20/2016

Atestamos que a empresa pessoa jurídica de direito privado **J. C. VENEROSKI – EVENTOS - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, telefone (45) 9991-3299, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, prestou à Prefeitura do Município de Toledo, inscrita no CNPJ nº 76.205.806/0001-88, de acordo com o contrato nº 815/2015, serviços de organização, produção e execução do evento completo (Rodeio), nos dias 08, 11 e 12 de outubro de 2015, durante a programação da Expo Toledo 2015, no Centro de Eventos Ismael Sperafico, incluindo o fornecimento de estrutura completa de som e iluminação profissional, a nível de rodeios de grande porte (estadual e nacional), compatível com a estrutura da arena de realização, tendo sido cumpridas as obrigações contratuais pela empresa e nada estando registrado que a desabone.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.

Toledo, 16 de Agosto de 2016.


NÉLVIO JOSÉ HÜBNER
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **J C VENEROSKI EVENTOS – ME**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 21.253.780/0001-51**, neste ato representado pelo Sr. **JOÃO CARLOS VENEROSKI**, inscrito no CPF nº 026.933.839-00, RG nº 7282443-1 SESP/PR, residente e domiciliado na Av. Planalto nº 820, Centro em Braganey/PR, executou os serviços conforme abaixo descrito.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO (OBJETO):

- Contratação da Empresa especializada para realização de Rodeio Profissional (Execução Global), com fornecimento de estrutura e serviços completos, para os dias 17, 18 e 19 de março de 2023, durante o evento “EXPORANCHO 2023” no Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR,
inscrito sob o **CNPJ nº 95.640.132/0001-94.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2023

VIGÊNCIA: 17, 18 e 19 de MARÇO de 2023

Tendo cumprido satisfatoriamente com todas as exigências de prazos e qualidades previstas em contrato. Atestamos ainda, que não existem em nossos registros, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Por ser a expressão da verdade, firmo o presente atesto.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 16 de maio de 2023.



SUELI BATISTA ALVES
Presidente da Comissão de Licitação
Portaria nº 010/08/2023



SERVIÇO
PÚBLICO
FEDERAL

CRMV | PR

CONSELHO
REGIONAL DE
MEDICINA
VETERINÁRIA

CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE ESTABELECIMENTO

Razão Social

J.C.VENEROSKI EVENTOS ME

CRMV-PR nº

PR-24320-PJ

Nome Fantasia

CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL

Endereço

AV. PLANALTO, 820

CEP

85430-000

Bairro

CENTRO

CNPJ/CPF nº

21.253.780/0001-51

Município/UF

BRAGANEY - PR

Nome do Responsável Técnico

ANA PAULA TEIXEIRA

CRMV-PR nº

PR-15364-VP

Descrição das atividades constantes do Objetivo Social

Rodeio.

Curitiba, **03** de **Julho** de **2018**

P. Para Cristiano Lima
CRMV-PR

Méd. Vet. Rodrigo Távora Mira
CRMV-PR nº 03103
Presidente

**É OBRIGATÓRIO FIXAÇÃO EM
LOCAL VISÍVEL E DE FÁCIL ACESSO.**

A validade deste certificado fica condicionada a validade da Anotação de Responsabilidade Técnica, a qual pode ser consultada em cfmv.gov.br/consulta, e à apresentação do comprovante de pagamento da anuidade..



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná
CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA JURÍDICA

Razão Social		
J.C.VENEROSKI EVENTOS ME		
CPF/CNPJ	CRMV	Data de registro
21253780000151	24320-PJ (PR)	15/06/2022

Ressalvado o direito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que a mesma se encontra registrada neste Conselho e que:

1. NÃO CONSTAM DÉBITOS até a emissão desta certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://siscad.cfmv.gov.br/certidao/validar>

Emitida em	Validade:	Código de validação
09/05/2023	08/06/2023	PEXB.N8Z.P8ZO29L.UN



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná
CERTIDÃO NEGATIVA DE PESSOA FÍSICA

Nome		
ANA PAULA TEIXEIRA		
CPF	CRMV	Data de inscrição
04013429993	15364-VP (PR)	19/01/2018

Ressalvado o direito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná de cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que a mesma se encontra registrada neste Conselho e que não se encontra sob efeito de condenação em processo ético-profissional e que:

1. NÃO CONSTAM DÉBITOS até a emissão desta certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa física no âmbito do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Paraná

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://app.cfmv.gov.br/certidao/validar>

Emitida em	Validade:	Código de validação
09/05/2023	08/06/2023	ZZJ6.VAP.XSOFDGJ.EB

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, através de seu representante legal **Sr. João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná.

ANA PAULA TEIXEIRA, brasileira, divorciada, médica veterinária, inscrita no CRMV-PR 15364, inscrita no CPF sob nº 040.134.299-93, residente e domiciliada na Avenida Getúlio Vargas, 989, Braganey-PR.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços Veterinários, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pelo **CONTRATADA**, de Médica veterinária em Eventos de Rodeio de , Leilões, Exposição de Animais, Feiras e demais eventos desta natureza que a **CONTRATANTE** produzir através de contratação por Processo Licitatório, no Estado do Paraná, não excedendo 06 (seis) horas diárias de trabalho.

Cláusula 2ª. Pela prestação dos serviços acertados, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a quantia de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), por evento.

Cláusula 3ª. O presente contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido em qualquer uma das cláusulas deste instrumento.

Cláusula 4ª. O presente contrato terá duração de 03 (três) anos, podendo ser prorrogado automaticamente, desde que não seja denunciado dentro do prazo de 60 (sessenta dias) antes do término do mesmo.

Cláusula 5ª. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes.

Cláusula 6ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Toledo/PR.

Ana Paula Teixeira



Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Braganey, 23 de junho de 2022.

BRAGANEY



J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME
João Carlos Veneroski
Contratante

BRAGANEY


Ana Paula Teixeira

MÉDICA VETERINÁRIA
ANA PAULA TEIXEIRA
Contratada

SERVIÇO DISTRITAL DE BRAGANEY - PR
AVENIDA BRASILIA, 978 - CENTRO - BRAGANEY - PR - CEP - 85430-000
FONE: (41) 3245-1053 - TABELIA - ROZELAINE CAPPELLETTO CHIMELLO
Selo nº F327XKYqtZXhMsIxE3tu4zret
Consulte em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança as assinaturas de JOÃO CARLOS VENEROSKI e ANA PAULA TEIXEIRA. Dou fé. Empl: R\$21,46(VRC 43,60), Funrejus: R\$5,36, Selo: R\$2,04, FUNDEP: R\$1,08, ISSQN: R\$1,08. Total: R\$31,02. Braganey-PR, 23 de junho de 2022.
Em Teste da Verdade
Emanada Silva Pereira Lima



Selo nº F327XKYqtZXhMsIxE3tu4zret
Consulte em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança as assinaturas de JOÃO CARLOS VENEROSKI e ANA PAULA TEIXEIRA. Dou fé. Empl: R\$21,46(VRC 43,60), Funrejus: R\$5,36, Selo: R\$2,04, FUNDEP: R\$1,08, ISSQN: R\$1,08. Total: R\$31,02. Braganey-PR, 23 de junho de 2022.
Em Teste da Verdade



Serviço Público Federal
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

IDENTIFICAÇÃO: 8.415.826-7 SSP-PR

CPF: 040.134.299-93

FILIAÇÃO: EDEGAR ALVES TEIXEIRA
MARIA ENIR TEIXEIRA

OBSERVAÇÃO: TOLEÇAR DOUTO

LOCAL E DATA: Curitiba, 21 de Fevereiro de 2019

ASSINATURA DO PORTADOR: Ana Paula Teixeira

VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE (Lei N° 5.517 DE 23/09/67)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ

CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO VETERINÁRIO

NOME: ANA PAULA TEIXEIRA	1
CRMV/PR Nº 15364 VP	7
DATA DE INSCRIÇÃO: 19/01/2018	8
NATURALIDADE: MACHADINHO-RS	1
DATA DE NASCIMENTO: 28/04/1983	1
GRUPO SANGÜÍNEO: O RH+	4
NACIONALIDADE: Brasileira	V

ASSINATURA DO PRESIDENTE: Rodrigo Távora Mira - CRMV-PR 3103

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E TEM FEEL (Lei N° 6.206/75)



SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO DE
BRAGANEY COMARCA DE CORBÉLIA
AV. BRASÍLIA, 978 - FONE: 3245.0053
CENTRO BRAGANEY PARANÁ

05 AGO. 2019

A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta data. Ou seja:

☐ Roselaine Capelatto Chianello
OFICIAL

☐ Eliane da Silva Pereira

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BLASTER PIROTÉCNICO

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, através de seu representante legal **Sr. João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná.

REINALDO LIMA PAGNOSSI JUNIOR, brasileiro, solteiro, técnico Blaster, portador da cédula de identidade 156.629-90 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 583.434.581-68, residente e domiciliado na Avenida Contorno, n/ 2565, Bairro Parque das Arvores, Município de Nova Ponte/MG.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Blaster Pirotécnico, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pelo **CONTRATADO**, de serviços de TÉCNICO BLASTER para a realização de shows pirotécnicos musical outdoor, conjugados e computadorizados e complementos em Eventos de Rodeio, Leilões, Exposição de Animais, feiras e demais eventos desta natureza que a **CONTRATANTE** produzir através de contratação por Processo Licitatório, no Estado do Paraná.

Cláusula 2ª. Pela prestação dos serviços acertados, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a quantia mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), por evento.

Cláusula 3ª. O presente contrato poderá ser rescindido caso uma das partes não cumpra o estabelecido em qualquer uma das cláusulas deste instrumento.

Cláusula 4ª. O presente contrato terá duração de 3(três) anos, podendo ser prorrogado automaticamente, desde que não seja denunciado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do mesmo.

Cláusula 5ª. O presente contrato passa a valer a partir da assinatura pelas partes.

Cláusula 6ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Toledo/PR.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Toledo, 16 de fevereiro de 2023.

BRAGANEY



J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME
João Carlos Veneroski
Contratante



REINALDO LIMA PAGNOSSI JUNIOR
Contratado



PODER JUDICIÁRIO - TJMS - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Tabelionato de Notas de Nova Ponte
Reconheço, por autenticidade, a(s) assinatura(s) de REINALDO LIMA PAGNOSSI JUNIOR em testemunho da verdade.
Nova Ponte/MG, 16/03/2023. 
SELO CONSULTA: GAH41700
CÓDIGO SEGURANÇA: 6479797049119309
Quantidade de atos praticados: 1
Atos praticados por: Ana Caroline Pires Borges - Escrevente
Emol.: R\$ 7,44 - T.F.J.: R\$ 2,31 - Valor final: R\$ 10,10 - ISS: R\$ 0,36
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>
Nº DA ETIQUETA: ACB610961



SERVIÇO DISTRITAL DE BRAGANEY - PR
AVENIDA BRASÍLIA, 978 - CENTRO - BRAGANEY - PR - CEP - 85430-000
FONE: (45) 3245-1003 - TABELIA - ROZELAINE CAPPELLETO CHIMELLO
Selo nº: SFTN1IGe2bHhzqUXr440F327c
Consulte em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>
Reconheço por VERDADEIRA a assinatura de JOÃO CARLOS VENEROSKI. Dou fé. Emol. R\$10,73(VRC 43,60), Funrejus: R\$2,68. Selo: R\$1,00, FUNDEP: R\$0,54, ISSQN: R\$0,54. Total: R\$15,49. Braganey-PR, 10 de maio de 2023.
Em Teste  da Verdade
Eliane da Silva Pereira Lima - Escrevente Substituta Legal





S.E.S.P. - POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE EXPLOSIVOS, ARMAS E MÚNICIOS - DEAM



VALIDADE: 23/02/2024

Sr. (a): **REINALDO LIMA PAGNOSSI JUNIOR**

RG Nº: **15662990/MG**

Tr. está devidamente registrado nesta delegacia como
BLASTER PIROTÉCNICO

UNRESPOL Nº **2956/2023**

EMPRESA



ROSIMEIRE DA SILVA BIGOTO EIRELI

Obs.: Só é válida com a chanceleia na foto, acompanhada de identidade civil.



S.E.S.P. - POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
DELEGACIA DE EXPLOSIVOS, ARMAS E MÚNICIOS - DEAM



Nome: **REINALDO LIMA PAGNOSSI JUNIOR**

Filiação: **REINALDO LIMA PAGNOSSI**
IRACI ALVES MACHADO PAGNOSSI

Nascido em: **01/12/1972**

Natural de: **ARAXÁ/MG**

Endereço: **AV DO CONTORNO - 2565 BAIRRO PARQ. DAS ARVORES**
NOVA PONTE/MG

Curitiba, 24 de fevereiro de 2023


DELEGADO CHEFE

Adriano Chohn
RG 10.009.927-6



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Brasil**
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

**CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA
JURIDICA**

Nº 0000000804095



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Validade: 15/02/2023 - 14/08/2023

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s)

INFORMAÇÕES DO REGISTRO

Razão Social: J. C. VENEROSKI EVENTOS ME

Data do Ato Constitutivo:

Data da Última Atualização do Ato Constitutivo:

Data de Registro: 17/06/2016

Registro CAU : PJ33403-0

CNPJ: 21.253.780/0001-51

Objeto Social: produção de espetáculos de rodeios,vaquejadas e similares,aluguel de palcos,coberturas e outras estruturas de uso temporario,exceto andaimes,serviços de organização de feiras, congressos,exposições e festas de sonorização e de iluminação ,agenciamentos de espaços de publicidade,exceto em veículos de comunicação

Atividades econômicas:

- PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES

Capital social: R\$ 5.000,00

Última atualização do capital: 10/10/2014

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Nome: GUSTAVO EDGARD SCHMOELLER BARBOSA

Título:

Arquiteto(a) e Urbanista

Início do Contrato: 10/12/2021

Número do RRT: 11504377

Tipo de Vínculo:

Designação:

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 804095/2023

Expedida em 15/02/2023, Braganey/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 13ZBZB

**Conselho de Arquitetura e Urbanismo
do Brasil****CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**

Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO**Nº 0000000805756****CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA**

Validade: 25/02/2023 - 24/08/2023

CERTIFICAMOS que o Profissional GUSTAVO EDGARD SCHMOELLER BARBOSA encontra-se registrado neste Conselho, nos Termos da Lei 12.378/10, de 31/12/2010, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que o Profissional não se encontra em débito com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR

INFORMAÇÕES DO REGISTRO**Nome:** GUSTAVO EDGARD SCHMOELLER BARBOSA **CPF:** 061.194.399-94**Título do Profissional:** Arquiteto(a) e Urbanista**Registro CAU :** A234301-0**Data de obtenção de Títulos:** 25/01/2017**Data de Registro nacional profissional:** 01/06/2018**Tipo de registro:** DEFINITIVO (PROFISSIONAL DIPLOMADO NO PAÍS)**Situação de registro:** ATIVO**Título(s):**

- Arquiteto(a) e Urbanista

País de Diplomação: Brasil**Cursos anotados no SICCAU:****ANOTAÇÃO DE CURSO**

- Nenhum curso anotado.

ATRIBUIÇÕES

As atividades, atribuições e campos de atuação profissional são especificados no art. 2o da Lei 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

OBSERVAÇÕES

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 805756/2023

Expedida em 25/02/2023, CASCATEL/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: Z3Z0C3

CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA

CONTRATANTE: J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, através de seu representante legal **Sr. João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente como CONTRATANTE

CONTRATADO: GUSTAVO EDGARD SCHOMOELLER BARBOSA, brasileiro, casado, arquiteto, portador da cédula de identidade nº 8.255.661-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 061.194.399-94, registro no CAU/PR nº 203631-2, residente e domiciliado na Rua Ana Pasqualli, nº 701, Jardim Gisela, CEP 85.905-580, Município de Toledo/PR, doravante denominado simplesmente como CONTRATADO

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Particular Prestação de Serviços de Arquitetura, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

Cláusula 1ª. - DO OBJETO - O presente contrato tem como OBJETO, a prestação, pelo **CONTRATADO**, de serviços de Arquitetura.

Cláusula 2ª. – DA REMUNERAÇÃO - Pelos serviços prestados, o **CONTRATADO** receberá do **CONTRATANTE** o valor equivalente a 10% (dez por cento) do salário mínimo por hora trabalhada, sem registro em carteira. As despesas extras de deslocamento que possam ocorrer será negociado conforme a necessidade entre as partes. Os valores serão pagos diretamente ao **CONTRATADO** todo 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Cláusula 3ª. – DA DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA - O presente instrumento terá duração de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, caso não seja denunciado até o seu término.

Cláusula 4ª. A jornada de trabalho será de 4 (quatro) horas semanais, equivalente á 16 (dezesesseis) horas/mensais.

Cláusula 5ª. Caso seja prorrogado o contrato, poderá ser rescindido por qualquer uma das partes sem qualquer custo para a parte que o rescindiu.



CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARQUITETURA

Cláusula 6ª. Em caso de rescisão, tal fato deverá ser comunicado com 30 (trinta) dias de antecedência.

Cláusula 7ª. – FORO – Fica eleito o Foro da Comarca de Toledo/PR.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

BRAGANEY

Toledo, 02 de dezembro de 2021.

J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME
João Carlos Veneroski
Contratante

2º Of. de Reg. Civil
5º Tab. de Notas

Gustavo Edgard Schomoeller Barbosa
Contratado

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG _____
CPF _____

2. _____
Nome: _____
RG _____
CPF _____





J.C. VENEROSKI – EVENTOS – ME

CNPJ/ M F Nº 21.253.780/ 0001-51

Avenida Planalto, 820 – CEP 85430-000 – Centro – Braganey – Paraná

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

NOME DA LICITANTE: J. C. VENEROSKI - EVENTOS

Nº DO CNPJ: 21.253.780/0001-51

Endereço: Avenida Planalto, 820 – CEP: 85.423-000 – Centro – Braganey - Paraná.

Nº do Telefone: (45) 9 9991-3299

Endereço de e-mail: toddyrodeio@hotmail.com

Eu, JOAO CARLOS VENEROSKI, portador do RG: 7282443-1 SESP-PR e CPF: 026.933.839-00, representante legal da empresa supracitada, DECLARO para os devidos fins de direito que deixamos de realizar visita técnica para tomar conhecimento das reais condições do local e das instalações onde os serviços serão prestados. Declaro que, em face da não realização da visita técnica, assumimos total e irrestrito compromisso sobre qualquer erro no dimensionamento de custos para elaboração da proposta, vez que por nossa conta e risco, optamos por não a realizar. Declaro ainda que, por optar pela não realização da visita técnica, em hipótese alguma poderá ser alegada necessidade de serviços extraordinários decorrentes do desconhecimento das reais condições do objeto licitado, bem como dificuldades para execução do contrato.

Braganey, 18 de maio de 2023.

JOAO CARLOS

VENEROSKI:026933

83900

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - 21.253.780/0001-51

JOAO CARLOS VENEROSKI - RG: 7282443-1 SESP-PR - CPF: 026.933.839-00

RESPONSÁVEL LEGAL

Assinado de forma digital por

JOAO CARLOS

VENEROSKI:02693383900

Dados: 2023.05.18 13:28:09

-03'00'

Recp

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ART. 443 DA
CLT**

Pelo presente instrumento particular de contrato de trabalho por tempo determinado entre **J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada por **João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, abaixo assinado; e **ALEXANDRE COIMBRA**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 065.643.609-32, portador da cédula de identidade nº 7.951.771-2 SSP/PR, residente e domiciliado em Rua Coronel Ângelo Melo, nº 302, Jardim Gisela, CEP 85.905-110, Município de Toledo/PR, adiante designado empregado, fica justo e contratado o seguinte:

1 — O empregado trabalhará para a empresa nas funções de técnico de montagem, obrigando-se assim a fazer o serviço de montagem de estrutura em evento/rodeio que acontecer no período da contratação, bem como o que vier a ser objeto de cartas, avisos ou ordens, dentro da natureza do seu cargo e também o que dispensa especificações por estar naturalmente compreendido, subentendido ou relacionado ao seu cargo, não constituindo a indicação supra ou a de adendos, qualquer limitação ou restrição, considerando-se falta grave a recusa por parte do empregado em executar qualquer um dos serviços referidos, mesmo que anteriormente não os tenha feito, mas que se entendam atinentes à função para a qual fica contratado;

2 - O empregado receberá pontualmente os seus salários, o mais tardar até o 5º dia útil subsequente ao período vencido, nos termos do § único do art. 459 da C. L. T. na base de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), por mês.

3 - A empresa descontará dos salários do empregado não só o que já é de lei ou contrato coletivo ou por eles for determinado, como ainda a importância correspondente aos danos causados pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência, imperícia ou negligência nos termos do § único do art. 462 da C. L. T.

4 - O seu horário será de 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min.

5 - A vigência deste contrato será pelo prazo de 01 (dois) anos, iniciando-se em 17/06/2022 e encerrando-se em 16/06/2024.

6 - Findo esse prazo a empresa poderá despedir o empregado sem estar obrigada ao pagamento de qualquer indenização, nem a conceder-lhe aviso prévio.

Alexandre Coimbra



CERTIDÃO
Certifico que o Selo de Autenticidade
De Atos foi afixado na última folha do
Documento entregue para a parte.
Dou fé.

Registro de Títulos e Documentos
Protocolado sob Nº 90809
Registrado sob Nº 90809
Toledo-PR 24/6/2022

Marlene Ribeiro de Lara
Agente Delegada Interna
Karla dos Santos Melo
Maria Fabiana de Melo Pereira
ESCRIVENTES AUTORIZADOS

7 - Se a empresa rescindir o contrato antes do prazo, sem motivo justo, pagará ao empregado nos termos do artigo 479 da C. L. T., e por metade, a remuneração a que teria direito o empregado até o fim do prazo; se a rescisão for da parte do empregado, nas mesmas condições fica obrigado a indenizar a empresa dos prejuízos que com esse ato lhe causar, nos termos do art. 480 da CLT.

E, por terem assim justo e contratado, assinam o presente em duas vias, diante das testemunhas abaixo assinadas.

BRAGANEY

Braganey, 17 de junho de 2022.



J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME

RECONHECIDA



ALEXANDRE COIMBRA

Testemunhas:

1. Bruna Ferreira Leite
Nome:
RG: 12.659.055-5

2. Sandra Aparecida Veneroski
Nome:
RG: 8256.609.0

SERVIÇO DISTRITAL DE BRAGANEY - PR
AVENIDA BRASÍLIA, 976 - CENTRO - BRAGANEY - PR - CEP - 85430-000
FONE: (45) 3245-1053 - TABELIA - ROZELAINÉ CAPPELLETTO CHIMELLO
Selo n° F327XKXqt2XhHs1nE1RE4zreU
Consulte em <http://horus.funarpem.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança a assinatura de JOÃO CARLOS VENEROSKI Dou fé Emol. R\$10.73(VRC 43.60), Funrejus: R\$2.68, Selo R\$1.02, FUNDEP: R\$0.54 ISSQN: R\$0.54 Total: R\$15.51 Braganey-PR, 20 de junho de 2022.
Em Teste  da Verdade



ASSIS CHATEAUBRIAND CARTÓRIO TABELIONATO DE NOTAS 2º OFÍCIO - TABELIONATO ELISA SO. ZIM SIMÕES
R. Pres. Costa e Silva, 708 - Centro - Assis Chateaubriand - PR - CEP 85935-000 - Tel. (44) 3578-5813 - tabela@assiscartorio.com.br
Selo n° FN80XPnqtCjHra2JoQuTejXt9
Consulte esse selo em <https://selo.funarpem.com.br/consulta>
Reconheço por Semelhança a assinatura de ALEXANDRE COIMBRA,
Dou fé, Assis Chateaubriand, 23 de junho de 2022.
Em Teste  da Verdade
☐ Elisa Bordim Simões
☒ Vanessa Aparecida Silva Keler






Registro de Títulos e Documentos

Protocolado sob Nº 90809

Registrado sob Nº 80809

Toledo-PR, 24/8/2022

Mariene Ribeiro de Lara
Mariene Ribeiro de Lara

Agente Delegada Interina

Márcia dos Santos Melo

Maria Fabiana de Melo Pereira
ESCRIVENTES AUTORIZADOS

FUNARPEN



SELO DIGITAL

1312M.7xqdZ.hv9p9

98dU3.J4Vhs

<https://selo.funarpen.com.br>

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ART. 443 DA
CLT**

Pelo presente instrumento particular de contrato de trabalho por tempo determinado entre **J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada por **João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, abaixo assinado; e **VAGNER JOSÉ DE FREITAS**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 9.901.109-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 066.689.959-26, residente e domiciliado na Avenida Maripá, nº 6891, apto 07, Jardim La Salle, CEP 85.902-060, Município de Toledo/PR, adiante designado empregado, fica justo e contratado o seguinte:

1 — O empregado trabalhará para a empresa nas funções de técnico de montagem, obrigando-se assim a fazer o serviço de montagem de estrutura em evento/rodeio que acontecer no período da contratação, bem como o que vier a ser objeto de cartas, avisos ou ordens, dentro da natureza do seu cargo e também o que dispensa especificações por estar naturalmente compreendido, subentendido ou relacionado ao seu cargo, não constituindo a indicação supra ou a de adendos, qualquer limitação ou restrição, considerando-se falta grave a recusa por parte do empregado em executar qualquer um dos serviços referidos, mesmo que anteriormente não os tenha feito, mas que se entendam atinentes à função para a qual fica contratado;

2 - O empregado receberá pontualmente os seus salários, o mais tardar até o 5º dia útil subsequente ao período vencido, nos termos do § único do art. 459 da C. L. T. na base de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), por mês.

3 - A empresa descontará dos salários do empregado não só o que já é de lei ou contrato coletivo ou por eles for determinado, como ainda a importância correspondente aos danos causados pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência, imperícia ou negligência nos termos do § único do art. 462 da C. L. T.

4 - O seu horário será de 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min.

5 - A vigência deste contrato será pelo prazo de 02 (dois) anos, iniciando-se em 17/06/2022 e encerrando-se em 16/06/2024.

6 - Findo esse prazo a empresa poderá despedir o empregado sem estar obrigada ao pagamento de qualquer indenização, nem a conceder-lhe aviso prévio.

Vagner José de Freitas



CERTIDÃO
Certifico que o Selo de Autenticidade
De Atos foi afixado na última folha do
Documento entregue para a parte.
Dou fé.

Registro de Títulos e Documentos
Protocolado sob Nº 90797
Registrado sob Nº 90797
Toledo-PR 23/6/2022

Marlene Ribeiro de Lara
Agente Delegada Interina
Katja dos Santos Melo
Maria Fabiana de Melo Pereira
ESCREVENTES AUTORIZADOS

7 - Se a empresa rescindir o contrato antes do prazo, sem motivo justo, pagará ao empregado nos termos do artigo 479 da C. L. T., e por metade, a remuneração a que teria direito o empregado até o fim do prazo; se a rescisão for da parte do empregado, nas mesmas condições fica obrigado a indenizar a empresa dos prejuízos que com esse ato lhe causar, nos termos do art. 480 da CLT.

E, por terem assim justo e contratado, assinam o presente em duas vias, diante das testemunhas abaixo assinadas.

BRAGANEY

Braganey, 17 de junho de 2022.

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - ME

Vagner José de Freitas
VAGNER JOSÉ DE FREITAS

Testemunhas:

1. Gracina Ferreira Schile

Nome:

RG: 12.659.055-5

2. Sandra Aparecida Veneroski

Nome:

RG: 8.256.609-0



Registro de Títulos e Documentos

Protocolado sob Nº 90797

Registrado sob Nº 90797

Toledo, R. 23/08/2022

Marlene Ribeiro de Lafa

Agente Delegada Interina

Katia dos Santos Melo

Maria Fabiana de Melo Pereira

ESCREVENTES AUTORIZADOS

FUNARPEN



SELO DIGITAL

1312M.7xqdZ.hvep9

98d6M.J4Vhj

<https://selo.funarpen.com.br>

**CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO ART. 443 DA
CLT**

Pelo presente instrumento particular de contrato de trabalho por tempo determinado entre **J. C. VENEROSKI – EVENTOS – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.253.780/0001-51, com domicílio na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, neste ato representada por **João Carlos Veneroski**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade nº 7282443-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 026.933.839-00, residente e domiciliado na Avenida Planalto, nº 820, Centro, CEP 85.430-000, Município de Braganey, Estado do Paraná, abaixo assinado; e **VALDEIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob nº 050.329.979-01, portador da cédula de identidade nº 9.428.895-9 SSP/PR, residente e domiciliado na Avenida Maripá, nº 6891, apto 07, Jardim La Salle, CEP 85.902-060, Município de Toledo/PR, adiante designado empregado, fica justo e contratado o seguinte:

1 — O empregado trabalhará para a empresa nas funções de técnico de montagem, obrigando-se assim a fazer o serviço de montagem de estrutura em evento/rodeio que acontecer no período da contratação, bem como o que vier a ser objeto de cartas, avisos ou ordens, dentro da natureza do seu cargo e também o que dispensa especificações por estar naturalmente compreendido, subentendido ou relacionado ao seu cargo, não constituindo a indicação supra ou a de adendos, qualquer limitação ou restrição, considerando-se falta grave a recusa por parte do empregado em executar qualquer um dos serviços referidos, mesmo que anteriormente não os tenha feito, mas que se entendam atinentes à função para a qual fica contratado;

2 - O empregado receberá pontualmente os seus salários, o mais tardar até o 5º dia útil subsequente ao período vencido, nos termos do § único do art. 459 da C. L. T. na base de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), por mês.

3 - A empresa descontará dos salários do empregado não só o que já é de lei ou contrato coletivo ou por eles for determinado, como ainda a importância correspondente aos danos causados pelo empregado, por dolo ou mesmo imprudência, imperícia ou negligência nos termos do § único do art. 462 da C. L. T.

4 - O seu horário será de 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h30min.

5 - A vigência deste contrato será pelo prazo de 02 (dois) anos, iniciando-se em 17/06/2022 e encerrando-se em 16/06/2024.

6 - Findo esse prazo a empresa poderá despedir o empregado sem estar obrigada ao pagamento de qualquer indenização, nem a conceder-lhe aviso prévio.

*Valdeir Gonçalves da
Conceição*



CERTIDÃO
Certifico que o Selo de Autenticidade
De Atos foi afixado na última folha do
Documento entregue para a parte.
Dou fé.

Registro de Títulos e Documentos

Protocolado sob Nº 90796

Registrado sob Nº 90796

Toledo-PR 23/6/2022


Marlene Ribeiro de Lara

Agente Delegada Marlene

Katia dos Santos Melo

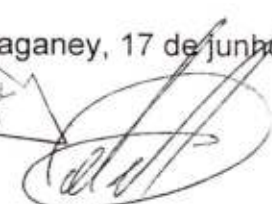
Maria Fabiana de Melo Pereira

ESCREVENTES AUTORIZADOS

7 - Se a empresa rescindir o contrato antes do prazo, sem motivo justo, pagará ao empregado nos termos do artigo 479 da C. L. T., e por metade, a remuneração a que teria direito o empregado até o fim do prazo; se a rescisão for da parte do empregado, nas mesmas condições fica obrigado a indenizar a empresa dos prejuízos que com esse ato lhe causar, nos termos do art. 480 da CLT.

E, por terem assim justo e contratado, assinam o presente em duas vias, diante das testemunhas abaixo assinadas.

Braganey, 17 de junho de 2022.



J. C. VENEROSKI - EVENTOS - ME

Valdeir Gonçalves da Conceição
VALDEIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

Testemunhas:

1. Osma Ferreira Schile
Nome:
RG: 12.659.055-5

2. Sandra Aparecida Veneroski
Nome:
RG: 8.256.609-0



Consulte em <http://horus.funarpen.com.br/consulta>

Reconheço por Semelhança as assinaturas de JOÃO CARLOS VENEROSKI e VALDEIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO. Dou fe. Emol.: R\$21,46 (VRC 43,60). Funrejus: R\$5,36. Selo: R\$2,04. FUNDEP: R\$1,08. ISSQN: R\$1,08. Total: R\$31,02. Braganey-PR, 20 de junho de 2022.

Em Teste

da Verdade



Registro de Títulos e Documentos

Protocolado sob Nº 90796

Registrado sob Nº 90796

Toledo-PR, 23/6/2022

Mariene Ribeiro da Lara

Agente Delegada Titular

Kátia dos Santos Melo

Maria Fabiana de Melo Pereira

ESCREVENTES AUTORIZADOS

FUNARPEN



SELO DIGITAL

1312M.7xqdZ.hvIp9

989kN.J4Vhr

<https://selo.funarpen.com.br>



CERTIFICADO


Certificamos que o Sr. VALDEIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, portador do CPF 050.329.979-01, participou do *Curso de Segurança em Trabalho em Altura*, Em conformidade com as NRs 01 e 35, na data de 18/02/2023,

Promovido e executado nas dependências da empresa

J.C VENEROSKI-EVENTOS-ME.

Com carga horária de 08 horas.

Cascavel, 18 de fevereiro de 2023.


Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Prof. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMTE 7347-0/PR

HILLYARD ADRIAN GALDINO PIVATO
Supervisor de Trabalhos em Altura
Bombeiro Profissional Civil
RG.MTE 007347-0 / PR


VALDEIR GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Concluinte

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

Introdução;
Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
Responsabilidades;

MÓDULO II

Objetivo
Definição;
Análise de risco;
Riscos potenciais;
Medidas preventivas;
Inspeção e check-list;
Permissão de trabalho - PT;

MÓDULO III

Equipamento de proteção individual – EPI;
Inspeção;
Pontos de ancoragem;

MÓDULO IV

Acidentes típicos;
Condutas em situações de emergência;
Noções básicas de resgate em alturas;
Classificação da segurança;



CERTIFICADO

Certificamos que o Sr. **ALEXANDRE COIMBRA**, portador do CPF 065.643.609-32, participou do *Curso de Segurança em Trabalho em Altura*, Em conformidade com as NRs 01 e 35, na data de 18/02/2023,

Promovido e executado nas dependências da empresa

J.C VENEROSKI-EVENTOS-ME.

Com carga horária de 08 horas.

Cascavel, 18 de fevereiro de 2023.


Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Prof.: Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMTE 7347-0PR

HILLYARD ADRIAN GALDINO PIVATO
Supervisor de Trabalhos em Altura
Bombeiro Profissional Civil
RG.MTE 007347-0 / PR


ALEXANDRE COIMBRA
Concluinte

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

Introdução;
Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
Responsabilidades;

MÓDULO II

Objetivo
Definição;
Análise de risco;
Riscos potenciais;
Medidas preventivas;
Inspeção e check-list;
Permissão de trabalho - PT;

MÓDULO III

Equipamento de proteção individual – EPI;
Inspeção;
Pontos de ancoragem;

MÓDULO IV

Acidentes típicos;
Condutas em situações de emergência;
Noções básicas de resgate em alturas;
Classificação da segurança;



CERTIFICADO


Certificamos que o Sr. **VAGNER JOSÉ DE FREITAS**, portador do CPF 066.689.959-26, participou do *Curso de Segurança em Trabalho em Altura*, Em conformidade com as NRs 01 e 35, na data de 18/02/2023,

Promovido e executado nas dependências da empresa

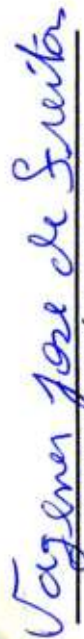
J.C VENEROSKI-EVENTOS-ME.

Com carga horária de 08 horas.

Cascavel, 18 de fevereiro de 2023.


Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro-Prof. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RG.MTE 7347-0/PR

HILLYARD ADRIAN GALDINO PIVATO
Supervisor de Trabalhos em Altura
Bombeiro Profissional Civil
RG.MTE 007347-0 / PR



VAGNER JOSÉ DE FREITAS
Concluinte

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

Introdução;
Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
Responsabilidades;

MÓDULO II

Objetivo
Definição;
Análise de risco;
Riscos potenciais;
Medidas preventivas;
Inspeção e check-list;
Permissão de trabalho - PT;

MÓDULO III

Equipamento de proteção individual – EPI;
Inspeção;
Pontos de ancoragem;

MÓDULO IV

Acidentes típicos;
Condutas em situações de emergência;
Noções básicas de resgate em alturas;
Classificação da segurança;

J.C.VENEROSKI-EVENTOS

PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS



FEVEREIRO / 2023

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
CADASTRO DA EMPRESA

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.253.780/0001-51 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 07/10/2014	
NOME EMPRESARIAL J.C.VENEROSKI-EVENTOS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CIA DE RODEIOS E EVENTOS NORTE SUL			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 90.01-9-05 - Produção de espetáculos de rodeios, vaquejadas e similares			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação 73.12-2-00 - Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)			
LOGRADOURO AV PLANALTO		NÚMERO 820	COMPLEMENTO
CEP 85.430-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO BRAGANEY	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (45) 9991-3299 / (45) 9991-3299	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/10/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

RECOMENDAÇÕES

Os propósitos de uma avaliação de exposição a agentes de risco ambientais devem cumprir no mínimo os seguintes objetivos:

- Determinar os agentes de risco potenciais à saúde a que estão sujeitos os empregados, avaliando e diferenciando entre exposições aceitáveis e inaceitáveis e implementando medidas de controle quando exposições inaceitáveis são identificadas.
- Estabelecer e documentar os níveis de exposição de todos os empregados, ficando assim definido um ponto de partida que servirá como guia para cada nova avaliação de exposição, permitindo verificar sua tendência ao longo do tempo. Estes registros são também de vital importância para estudos futuros de epidemiologia.
- Assegurar e demonstrar conformidade das exposições com padrões governamentais ou outros mais restritivos.

No sentido de alcançar estes objetivos, a empresa deve prosseguir com seus programas de controle das exposições, introduzindo melhorias através das seguintes diretrizes:

Medidas de Controle de Engenharia (Coletivos)

Efetuar estudos de engenharia para tratamento acústico em equipamentos ruidosos das áreas Produtivas e de Utilidades.
Realizar estudo de engenharia quanto proteção contra quedas nos pontos dos Telhados.

Procedimentos de Trabalho e Controles Administrativos

Estas recomendações referem-se ao controle de exposição baseado em ações específicas do empregador e empregado, relativo à execução dos trabalhos, não incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Assegurar e incentivar os funcionários a adotarem as seguintes posturas de trabalho, para reduzir as exposições:

- Observar, informar e corrigir imediatamente vazamentos visíveis de agentes químicos.
- Evitar a permanência de recipientes abertos (baldes de drenagem de pontos de amostragem, etc), com produtos nas áreas industriais.
- Quando trabalhando próximo a fontes conhecidas de emissão posicionar-se, sempre que possível, a montante da fonte, de costas para a origem do vento.
- Minimizar o tempo de execução ou permanência junto de atividades com alto potencial de risco de exposição (agentes químicos e físicos).
- Maximizar a distância, quando estiver observando atividades com alto potencial de risco de exposição (agentes químicos e físicos).
- Movimentar-se por ruas ou passagens onde as exposições a agentes químicos ou físicos sejam de menor concentração ou intensidade.
- Reavaliar anualmente o PGR, conforme exigência legal prevista na NR-1.5, para avaliação do seu desenvolvimento, ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME

PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- Solicitar dos fornecedores as Fichas de Informação de Segurança das Matérias Primas e outros produtos manipulados dentro das instalações, contendo a composição, propriedades físico-químicas, efeitos à saúde, limites de tolerância, primeiros socorros, etc. e divulgar estas informações aos empregados.

Treinamentos

Prover treinamento sobre os seguintes aspectos:

- **Saúde/Higiene Ocupacional:** PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos; Resultados das Avaliações Quantitativas de Exposição aos Agentes de Risco, aspectos toxicológicos dos agentes, efeitos à saúde, primeiros socorros;
- **Segurança Industrial:** utilização de EPIs, Ficha de Segurança dos Produtos, melhores práticas de trabalho.

Monitoramento

Para uma efetiva demonstração e confirmação quanto aos Graus de Risco de Exposição dos GSEs aos agentes de risco, a empresa deverá continuar com sua estratégia de avaliação quantitativa para os agentes de risco priorizados, conforme Programa de Monitoramento e Controle Ambiental de Agentes Químicos e Ruído.

Equipamentos de Proteção Individual

Onde os Procedimentos de Trabalho não forem suficientes para reduzir completamente a exposição a níveis aceitáveis, a empresa deve adotar como último recurso a utilização de Equipamentos de Proteção Individual.

Diante dos novos resultados das avaliações quantitativas de exposição aos agentes químicos reavaliar o Programa de Proteção Respiratória.
Diante dos novos resultados das avaliações quantitativas de exposição ao ruído reavaliar Programa de Conservação Auditiva.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

O PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos está regulamentado pela NR-01 (Portaria 3.214/78) e estabelece as diretrizes e os requisitos para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST.

Este Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) foi desenvolvido por profissionais habilitados conforme recomenda o Ministério do Trabalho e a legislação vigente.

Para os levantamentos de Riscos na empresa usou-se o conceito de EXPOSTO DE MAIOR RISCO (maximum risk employee - MRE), sendo avaliadas as piores condições de trabalho, que deixam o trabalhador mais exposto aos agentes nocivos. Este documento é de uso exclusivo da empresa para consultas, orientações e acompanhamento dos programas preventivos.

Este Programa se constitui em documento legal e específico, conforme a legislação em vigor, sendo um produto original e único, e que nenhuma parte ou todo, poderá ser reproduzido, transmitido, copiado sem a licença ou permissão por escrito do autor.

O PGR é um programa adotado pelas organizações com o intuito de evitar a ocorrência de riscos ocupacionais que possam ser originados nos locais de trabalho, bem como: gerenciar os riscos existentes através da identificação dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde; avaliação dos riscos ocupacionais, classificando o seu nível para determinar a necessidade e prioridade de adoção de medidas de prevenção; implementação de medidas de prevenção de acordo com a classificação de risco e ordem de prioridade estabelecida; e acompanhamento do controle dos riscos ocupacionais.

Este relatório contém o inventário dos riscos ocupacionais, contemplando os dados da identificação dos perigos e das avaliações dos riscos, relacionando a caracterização das atividades e dos processos e ambientes de trabalho da organização, atendendo desta forma às exigências da NR-01 - Norma Regulamentadora 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, publicado pela Portaria SEPRT nº 6.730, de 09 de março de 2020.

O reconhecimento dos perigos e sua análise referem-se à situação encontrada por ocasião das inspeções realizadas "in loco", nos locais de trabalho e consulta aos trabalhadores, estando, pois, relacionadas às condições encontradas no momento do levantamento.

Os dados constantes neste relatório serviram de base para a elaboração de um plano de ação, contendo a indicação das medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, estabelecidas no cronograma integrante deste relatório técnico.

Este documento, contemplando o inventário de riscos ocupacionais e o plano de ação, constituirão o PGR, o qual deverá ser implementado pela organização e complementado com registros de evidências.

OBJETIVOS

A melhoria das condições ambientais e de saúde dos trabalhadores, pode proporcionar à organização não apenas o atendimento dos requisitos legais, mas também à melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores, através da caracterização e monitoramento dos perigos relacionados às atividades laborais.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Desta forma este documento tem como objetivos:

- identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- classificar os riscos potenciais à segurança e saúde de todos os trabalhadores para determinar a necessidade e prioridade de adoção de medidas de prevenção e controle;
- definir as ações, de acordo com as prioridades, a fim de controlar exposições que representem riscos não aceitáveis;
- proporcionar à organização manter o registro histórico das exposições para todos os trabalhadores para que possam ser analisados e gerenciados com base em informações reais de exposição.
- Controlar os riscos ambientais no local de trabalho com a adoção de medidas de controle;
- Monitorar a exposição dos colaboradores aos riscos ambientais existentes no local de trabalho;
- Fornecer informações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores na empresa;
- Apresentar informações sobre a saúde, o bem estar e a integridade física e mental dos trabalhadores da empresa;

Visa também, propor medidas de prevenção e controle dos riscos encontrados, através de sua neutralização, minimização ou eliminação dos mesmos. Este trabalho informa os empregadores e trabalhadores sobre os riscos, meios para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos de modo a alcançar altos índices de satisfação em relação à preservação do bem estar e da integridade física e mental dos trabalhadores.

A preservação da saúde e a integridade física dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

- » Controlar os riscos ambientais no local de trabalho com a adoção de medidas de controle;
- » Monitorar a exposição dos colaboradores aos riscos ambientais existentes no local de trabalho;
- » Fornecer informações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores na empresa;
- » Apresentar informações sobre a saúde, o bem estar e a integridade física e mental dos trabalhadores da empresa;

METODOLOGIA

A metodologia desenvolvida para a classificação dos riscos levou em consideração o processo de identificação e reconhecimento dos perigos e avaliação de riscos ocupacionais, considerando as situações que podem causar danos em uma determinada atividade, ambiente, instalação ou sistema, conforme disposto nas Normas Regulamentadoras e demais exigências legais de segurança e saúde no trabalho.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Levantamento preliminar de perigos

O levantamento preliminar de perigos trata-se do processo de identificação de perigos, causas e consequências, de modo a identificar os perigos ou para determinar aqueles que necessitam de análises adicionais.

O levantamento preliminar de perigos foi contemplado na etapa de identificação de perigos, conforme disposto a seguir.

O responsável da organização deverá assegurar que toda modificação e/ou novo projeto a ser implantado seja avaliado preliminarmente com relação a identificação de perigos e avaliação dos riscos potencialmente presentes.

Identificação de perigos

A identificação dos perigos foi realizada por meio da caracterização dos processos desenvolvidos pelos trabalhadores com informações sobre sua ocupação na organização, atividades que realizam, setores onde estão lotados, com o objetivo de estudar como eles se relacionam com os agentes (perigos) presentes nestes processos e no ambiente.

Os processos realizados na organização foram mapeados por unidade operacional, setor e/ou atividade, com o objetivo de identificar os grupos de trabalhadores expostos a fatores de risco similares. Os perigos foram inventariados e avaliados por Grupo de Exposição Similar (GES).

Grupo de Exposição Similar (GES), também conhecido por Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), corresponde ao grupo de trabalhadores expostos de forma semelhante, de tal forma que a avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativa da exposição de todos que pertencerem ao mesmo grupo.

Após a identificação dos perigos realiza-se a avaliação quantitativa, semiquantitativa ou quantitativa dos riscos, conforme necessidade, para definição do nível de riscos e priorização de ações, podendo serem previstas novas avaliações quantitativas necessárias à avaliação ou seu controle.

Os perigos reconhecidos nesta etapa foram incluídos no inventário de riscos ocupacionais, o qual encontra-se disponível no item "Inventário de Riscos Ocupacionais".

Avaliação de riscos ocupacionais

A avaliação de riscos ocupacionais se define como um processo global de estimar o nível de risco ocupacional e decidir se ele é aceitável ou necessita de controles adicionais, priorizando as ações de acordo com a classificação de riscos.

Entende-se por:

- Perigo ou fator de risco ocupacional - fonte ou situação com o potencial de causar lesões ou agravos à saúde. Elemento que isoladamente ou em combinação com outros tem o potencial intrínseco de dar origem a lesões ou agravos à saúde.
- Risco ocupacional - resultado da combinação da probabilidade de ocorrer lesão

PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

ou agravos à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravos à saúde.

Probabilidade (P)

A gradação da probabilidade (P) da ocorrência de lesões ou agravos à saúde levou em conta:

- os requisitos estabelecidos nas normas regulamentadoras;
- as medidas de prevenção implementadas;
- as exigências da atividade de trabalho; e
- a comparação do perfil de exposição ocupacional com valores de referência estabelecidos na legislação vigente.

Para sua gradação foi levado em conta o tipo do fator de risco reconhecido, o qual teve condições específicas a serem consideradas.

A probabilidade (P) foi calculada para cada fator de risco reconhecido, de acordo com a metodologia que se empregou, seguindo-se os critérios relacionados nos quadros 3 e 4, com base na exposição e nos controles adotados pela organização.

Considera-se neste documento o termo "Controle" como sendo as medidas de prevenção implementadas levando-se em consideração os requisitos estabelecidos nas NR e o histórico de ocorrências relacionadas ao perigo em análise.

Exposição

Para os fatores de risco ambientais (físicos, químicos ou biológicos) a atribuição do índice de exposição foi feita analisando-se as seguintes condições:

- perfil de exposição qualitativo identificando as variáveis de tempo e frequência de exposição;
- perfil de exposição quantitativo (quando há avaliações quantitativas), levando em consideração intensidade/concentração, tempo de exposição e frequência da exposição, comparando-o com valores de referência estabelecidos na NR-09. Caso existirem medidas de proteção coletivas instaladas, a quantificação da exposição deverá considerá-las.

Durante o processo de análise da exposição para os fatores de risco ambientais foram desconsideradas as medidas de controle individuais existentes, uma vez que estas foram analisadas no item "Controle", sendo que o índice resultante foi o de maior valor encontrado entre os perfis de exposição qualitativo e quantitativo.

O índice de exposição aos fatores de risco ergonômicos ou mecânicos (acidentes), para o cálculo da probabilidade (P), foi resultado de uma análise preliminar que considera o percentual entre o tempo de contato com o fator de risco e o tempo amostrado, podendo ser a jornada diária ou o ciclo completo da atividade.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Controle

O componente "Controle" foi identificado por meio da verificação da existência de medidas de prevenção implementadas, levando em conta, além de sua necessidade e existência, a adequação às exigências previstas em Normas Regulamentadoras, nas determinações dos dispositivos legais e sua eficácia no controle e mitigação do risco ocupacional.

A verificação da eficácia na mitigação da exposição ao risco pode ser feita com base em evidências de associação, por meio de controle médico da saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificados. A existência de ocorrências de incidentes e/ou acidentes também é levada em consideração na avaliação do controle.

Para os riscos ambientais (físicos, químicos ou biológicos) a atribuição do índice de controle foi feita analisando-se as seguintes condições:

- perfil de exposição qualitativo identificando as variáveis: medidas de prevenção (medidas administrativas), reclamações por parte dos trabalhadores e histórico de incidentes/acidentes;
-
- perfil de exposição quantitativo (quando há avaliações quantitativas), comparando-se o nível de exposição com valores de referência estabelecidos na legislação vigente, considerando-se a adoção de medidas de prevenção eficazes. Neste caso foi considerado para efeito de análise do controle, somente as medidas de prevenção individuais, uma vez que as medidas de prevenção coletivas já foram consideradas anteriormente.

O índice resultante de controle para os fatores de risco ambientais, para o cálculo da probabilidade (P), foi o de maior valor encontrado entre os perfis de exposição qualitativo e quantitativo.

O índice de controle dos fatores de risco ergonômicos ou mecânicos (acidentes), para o cálculo da probabilidade (P), foi resultado de uma análise preliminar com base nas seguintes variáveis: queixas por parte dos trabalhadores, histórico de incidentes/acidentes e medidas de prevenção existentes.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Critérios utilizados para definição do nível do risco

Probabilidade		
Significado	Peso	Descrição
1 - Não há exposição	0	Nenhum contato com o agente ou contato improvável
2 - Exposição a níveis baixos	1	Contatos não frequentes com o agente
3 - Exposição moderada	2	Contato frequente com o agente a baixas concentrações ou não frequentes a altas concentrações
4 - Exposição elevada	3	Contato frequente com o agente a altas concentrações
5 - Exposição elevadíssima	4	Contato frequente com o agente a concentrações elevadíssimas

Efeito		
Significado	Peso	Descrição
1 - Pouca importância	0	Efeitos reversíveis de pouca importância ou não são conhecidos ou apenas suspeitos
2 - Preocupantes	1	Efeitos reversíveis preocupantes
3 - Severos	2	Efeitos reversíveis severos e preocupantes
4 - Irreversíveis	3	Efeitos irreversíveis preocupantes
5 - Ameaça	4	Ameaça a vida ou doença/lesão incapacitante

HARD-SEGTR – ME – HARDSEG.TR@GMAIL.COM
 CASCAVEL – PR – (45) 99930-7327

Hillyard A. G. Pivato
 Bombeiro Prof. Civil
 Técnico Seg. Trabalho
 RGMT 7347-04PR

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Níveis de risco possíveis

Nível de Risco	
Nível	Significado
0 - Trivial	Não há necessidade de estabelecer nova ação de controle. Os controles existentes deverão ser mantidos.
1 - Baixo	Poderá ser mantido o controle existente e avaliar a necessidade de medidas corretivas ou adicionais. A necessidade de estabelecer monitoramento deve ser avaliada, quando necessário.
2 - Moderado	Um planejamento a médio e longo prazo deve ser elaborado. As rotinas e controles existentes devem ser monitorados e a necessidade de implantação de novos controles e ações deve ser avaliada.
3 - Alto	Um planejamento a curto prazo deve ser elaborado. As rotinas e controles quando existentes devem ser reavaliadas e novos controles e ações devem ser implantados sempre que necessário.
4 - Muito Alto	Ações corretivas devem ser adotadas imediatamente. O nível de risco deverá ser reavaliado após as medidas terem sido adotadas ou implantadas.

HARD-SEGTR – ME – HARDSEG.TR@GMAIL.COM
CASCABEL – PR – (45) 99930-7327

Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Prof. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMT- 7317-04PR

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Matriz para determinação dos níveis de riscos

		Probabilidade				
		1 - Não há exposição (Peso 0)	2 - Exposição a níveis baixos (Peso 1)	3 - Exposição moderada (Peso 2)	4 - Exposição elevada (Peso 3)	5 - Exposição elevadíssima (Peso 4)
Efeito	1 - Pouca importância (Peso 0)	Trivial	Trivial	Trivial	Trivial	Baixo
	2 - Preocupantes (Peso 1)	Trivial	Baixo	Baixo	Baixo	Moderado
	3 - Severos (Peso 2)	Trivial	Baixo	Moderado	Moderado	Moderado
	4 - Irreversíveis (Peso 3)	Trivial	Moderado	Moderado	Alto	Alto
	5 - Ameaça (Peso 4)	Baixo	Moderado	Moderado	Alto	Muito Alto

Classificações de prioridade de risco

Classificação de Risco	
Classificação	Significado
1 - Irrelevante	Não prioritário. Ações dentro do princípio de melhoria contínua. Pode ser necessária avaliação quantitativa do Setor/GES para confirmação da categoria, a critério do profissional de Higiene Ocupacional
2 - De Atenção	Prioridade básica. Iniciar processo de avaliação quantitativa do Setor/GHE para confirmação da categoria e monitoramento periódico.
3 - Crítica	Prioridade preferencial. Adotar medidas de controle para redução da exposição e iniciar processo de avaliação quantitativa do Setor/GES.
4 - Não tolerável	Prioridade máxima. Adotar medidas imediatas de controle. Quando não, a continuidade da operação só poderá ocorrer com ciência e aprovação do gerente geral da unidade ou instalação. Iniciar processo de avaliação quantitativa do Setor/GES para verificação do rebaixamento da categoria de risco.

HARD-SEGTR – ME – HARDSEG.TR@GMAIL.COM
CASCAVEL – PR – (45) 99930-7327

Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Prof. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMT 7347-0/PR 12

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Cálculo da Probabilidade (P)

A combinação entre o índice (1 a 4) de cada componente avaliado (exposição e controle) resulta na gradação "P" ('Improvável', 'Pouco Provável', 'Provável' ou 'Altamente Provável') da probabilidade, a qual corresponde a uma linha na matriz de classificação dos perigos, conforme ilustrado no quadro 5.

Severidade (S)

A gradação da severidade (S) das possíveis lesões ou agravos à saúde considerou os critérios especiais relacionados com o potencial do perigo em causar lesões ou agravos à saúde, como por exemplo:

- toxicidade, o potencial carcinogênico, mutagênico e teratogênico de agentes químicos e físicos tendo por base a classificação da ACGIH e da LINACH;
- potencial de agentes químicos causarem lesões quando em contato com olhos, mucosa e pele;
- classificação para agentes biológicos de acordo com dados da secretaria de saúde, dados da CCIH - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, consulta com profissionais médicos, ou outros documentos técnicos disponíveis.

Da mesma forma que na probabilidade, para sua gradação também foi levado em conta o tipo do fator de risco que estava sendo avaliado, o qual tem condições específicas a serem consideradas. Em virtude desta especificidade de análise e reconhecimento dos fatores de risco, eles foram classificados em dois tipos: os ambientais, que compreendem os fatores de risco físicos, químicos e biológicos, e os ergonômicos e mecânicos (acidentes).

A severidade (S) foi calculada para cada fator de risco reconhecido, levando-se em consideração a gravidade de uma possível lesão e o percentual de pessoas expostas, de acordo com os quadros 3 e 4.

Considera-se neste documento o termo "Pessoas Expostas" como sendo o número de trabalhadores possivelmente afetados pelo perigo avaliado.

Gravidade

Com relação aos fatores de risco ambientais (físicos, químicos e biológicos), o índice para a "Gravidade" é atribuído após análise de uma das seguintes condições:

- critério qualitativo do dano para perigos físicos e biológicos e/ou se carcinogênicos LINACH ou ACGIH;
- toxicidade do contaminante químico baseada nos limites de tolerância (LT) aplicáveis, para "Gás ou Vapor" ou "Particulados".

Para aqueles fatores de risco ambientais considerados carcinogênicos, este índice é atribuído diretamente pelo "Critério qualitativo do dano e/ou se carcinogênicos LINACH ou ACGIH", independentemente do tipo ser "Gás ou Vapor" ou "Particulados".

A atribuição do índice para a "Gravidade" dos fatores de risco ergonômicos e mecânicos (acidentes) ocorre a partir da análise das seguintes condições:

- humanas (baseada na gravidade de uma possível lesão e seus efeitos);
- organização (baseada no grau de interferência no processo produtivo).

Sempre será atribuído para este índice o maior valor encontrado entre a condição "Humanas" e "Organização", referente ao fator de risco analisado.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Pessoas Expostas

O índice relativo às "Pessoas Expostas" é definido pela porcentagem da razão entre o total de trabalhadores do grupo de exposição ao perigo avaliado e o total de trabalhadores do estabelecimento.

Magnitude

Relação entre a gravidade da consequência das lesões ou agravos à saúde e o número de pessoas expostas.

Observações:

- a organização manterá as rotinas de avaliações ambientais, quando aplicável, e monitoramento das medidas de controle existentes, para todos os perigos reconhecidos, independente da classificação do risco;
- para os perigos, cujos riscos foram classificados como PR1, PR2 ou PR3, a organização implantará controles operacionais de acordo com plano de ação previamente definido;
- para os riscos classificados como PR1, a organização aumentará o rigor no monitoramento de seus controles;
- para os perigos, cujos riscos foram classificados como PR3 que apresentem severidade 'Crítica' e probabilidade 'Improvável', a organização também aumentará o rigor no monitoramento de seus controles.

Inventário de riscos ocupacionais

Para identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais foi realizada a caracterização dos quatro elementos primordiais do reconhecimento: o ambiente, a atividade, o trabalhador e o agente.

Para cada grupo de exposição, foi elaborado o inventário de riscos ocupacionais contemplando os dados da identificação dos perigos e da classificação dos níveis de risco, que segue em anexo.

Avaliação complementar dos perigos e da exposição

As avaliações complementares dos riscos ocupacionais são realizadas nos casos em que houver necessidade, conforme abaixo.

Para os riscos ambientais (físicos, químicos e biológicos), as avaliações quantitativas das exposições ocupacionais poderão ser realizadas para:

- comprovar o controle da exposição ocupacional aos perigos identificados;
- dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores;
- subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Os resultados destas avaliações serão comparados com valores de referência estabelecidos na legislação vigente.

Para os riscos ergonômicos, a análise ergonômica do trabalho poderá ser realizada nos casos específicos, conforme a NR-17.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Para os riscos de acidentes, outras ferramentas de análise de riscos poderão ser realizadas para avaliação de determinado risco.

Estão identificadas no plano de ação as avaliações complementares que se fazem necessárias para o estudo ou monitoramento da exposição dos trabalhadores.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

A organização manterá uma sistemática para compra, distribuição, registro, controle e manutenção dos EPI adequados, além disto, orientará a força de trabalho quanto à utilização correta, guarda e conservação. Todo controle será registrado em documento específico.

A organização implementará procedimentos para conscientizar os trabalhadores no uso dos EPI, além de repassar informações sobre as suas responsabilidades, sendo uma delas a de utilizar os EPI da forma correta.

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) serão especificados de acordo com os fatores de riscos em que os trabalhadores estiverem expostos.

PLANO DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

A organização estabelecerá, implementará e manterá procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com a normativa vigente.

PLANEJAMENTO E PRIORIZAÇÃO DE AÇÕES

Ao final deste documento é apresentado um plano contendo uma lista de ações a serem implantadas, aprimoradas ou mantidas pela organização, de modo que esta consiga, por meio do gerenciamento, eliminar, minimizar ou neutralizar os seus riscos, sejam eles ambientais, ergonômicos ou mecânicos (acidentes). Este plano foi elaborado com base na priorização de ações (PR1, PR2, PR3 ou PR4), definidas quando da classificação dos riscos. As ações previstas, considerando a viabilidade técnica, seguirão sequencialmente a hierarquia de medidas de controle previstas na legislação vigente.

RESPONSABILIDADES DO PROGRAMA

a) Elaborador -

- Elaborar o inventário de riscos ocupacionais e o plano de ação deste programa, fornecendo informações técnicas sobre ele.

b) Empregador/Contratante dos serviços (Organização)

- Evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento do programa como atividade permanente da organização;
- nomear pessoa responsável para condução do programa (coordenador);
- providenciar atualização do programa sempre que ocorrer qualquer alteração relativa ao ambiente e/ou processo;
- realizar avaliações quantitativas dos riscos ambientais físicos e químicos dos grupos de trabalhadores sujeitos a estes riscos, conforme a classificação de priorização;

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME

PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- implementar, acompanhar e aferir os resultados das medidas de prevenção propostas no plano de ação do programa;
- realizar acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores através do PCMSO e demais ações de saúde necessárias;
- realizar análise e investigação de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;
- estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com a normativa vigente;
- promover capacitação e treinamento dos trabalhadores, em conformidade com a NR-01, comunicando-os sobre os riscos consolidados no inventário de riscos, as medidas de prevenção do plano de ação deste programa e procedimentos de segurança elaborados pela organização;
- estabelecer, implementar e manter procedimentos de segurança conforme normativa aplicável, anexando eventuais ações preventivas e/ou corretivas ao plano de ação deste programa.

c) Trabalhador

- Colaborar e participar na implementação e execução do programa;
- seguir as orientações recebidas nos treinamentos, normas e informativos;
- informar aos superiores ocorrências que, a seu julgamento, possam implicar riscos à saúde dos trabalhadores.

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Sempre que várias organizações realizem, simultaneamente, atividades no mesmo local de trabalho serão executadas ações integradas para aplicar as medidas de prevenção, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais;
- o programa da organização contratante poderá incluir as medidas de prevenção para as organizações contratadas para prestação de serviços que atuem em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato ou referenciar os programas das contratadas;
- a organização contratante fornecerá às contratadas informações sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades delas;
- as organizações contratadas devem fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da contratante ou local previamente convencionado em contrato;
- os documentos integrantes deste programa estarão sempre disponíveis aos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

CRITÉRIOS PARA MONITORAMENTO DA EXPOSIÇÃO

Para monitoramento da exposição a organização levará em consideração os seguintes aspectos:

- se houver sazonalidade de produção, trabalho noturno e/ou alteração das condições climáticas;
- se houver mudança no processo produtivo ou aumento de produção que implique na alteração da exposição;
- se houver implantação ou alteração das medidas de controle coletivas para avaliação da eficácia;
- para Benzeno (se houver), seguir a periodicidade determinada no Acordo Nacional do Benzeno;
- para riscos críticos e altos, verificar a necessidade de monitorar com maior frequência visando acompanhar a eficácia das medidas de controle;
- para fator de risco em nível de ação, verificar a necessidade de monitorar para não atingir ou ultrapassar o limite de tolerância ou limite de exposição ocupacional;
- se houver indícios de acometimento de trabalhador ou grupo de trabalhadores expostos;
- a periodicidade do monitoramento poderá ser alterada se as condições de trabalho forem estáveis, exceto se houver exigência legal em contrário.

REVISÃO E FORMA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

A avaliação de riscos constitui um processo contínuo e será revisado quando da ocorrência de uma das seguintes situações:

1. após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
2. após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
3. quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
4. na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
5. quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis;
6. após transcorrido o período mínimo previsto na legislação vigente.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

- O histórico das atualizações do inventário de riscos ocupacionais será mantido pela organização, por um período mínimo de 20 (vinte) anos, ou pelo período estabelecido em normatização específica;
- o presente documento, suas alterações e complementações serão apresentados e discutidos com a CIPA ou a pessoa designada para o cumprimento das atribuições da norma vigente, conforme o caso;
- serão criados mecanismos de divulgação dos riscos levantados neste documento para todos os trabalhadores da empresa;
- o documento base e todos os documentos que comprovem sua implantação estarão disponíveis na organização para as autoridades competentes;
- o registro de dados estará sempre disponível aos trabalhadores interessados ou seus representantes.

GRUPOS DE EXPOSIÇÃO

Abaixo estão relacionados todos os grupos de exposição estabelecidos com base na identificação dos fatores de riscos.

GRUPO DE EXPOSIÇÃO	CARGO
GES 01 – MONTAGEM	MONTADOR DE ESTRUTURAS

LEVANTAMENTO DE RISCOS



J.C VENEROSKI – EVENTOS ME

PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

GES 01 - MONTAGEM														
Total de trabalhadores expostos:		03		Fase:		(X) Reconhecimento								
Setor / Ambiente		Descrição do Setor												
OBRAS		Ambiente aberto com a realização de serviços de Construção.												
Cargos		Descrição das Atividades do Cargo												
MONTADOR DE ESTRUTURAS														
Efetua montagem de estruturas metálicas. Efetua a limpeza do local de trabalho. Transporta e organiza materiais a serem utilizados. Efetua trabalhos com furadeiras e apertadeiras manuais. Pode efetuar atividades de trabalho em altura acima de 2m.														
Agente	Fator de Risco	Possível Dano	Padrões Legais / Limite de Exposição	Fonte(s) Geradora(s)	Trajetória / Meios de Propagação / Vias de Absorção	Controles Existentes			Perfil de Exposição Existente			Avaliação do Risco		
						EPC/NA	Nome	Atenuação / Fator de Proteção	Intens./ Conc.	Técnica Utilizada	Tipo de Exposição	P	S	PR
Físicos	Radiação ultravioleta, exceto radiação na faixa 400 a 320 nm (Luz Negra)	Câncer de pele; Danos aos olhos (catarata, ceratite); Dermatoses	NR 15, Anexo 7 / NA	Exposição Solar	Propagação por meio de ondas	OSS - Ordem de Serviço de Segurança	Óculos de segurança	NA	NA	Avaliação Qualitativa	IN	Pouco provável	Considerável	Risco Moderado
Físicos	Ruído contínuo ou intermitente (trabalhista)	Perda auditiva induzida por níveis de pressão sonora elevados	NR 15, Anexo 1 / 85,0 dB(A)	Máquinas e Equipamentos	Propagação por meio de ondas	OSS - Ordem de Serviço de Segurança	Protetor auditivo	17,00dB(A)	77,9 dB(A)	Avaliação Quantitativa	EV	Pouco provável	Considerável	Risco Moderado (PR 3)
Acidentes	Projeção de partículas ou objetos	Ferimentos, contusões, fraturas, traumas	NA / NA	Ambiente e equipamentos do processo	Não Aplicável	OSS - Ordem de Serviço de Segurança	Óculos de segurança	NA	NA	Avaliação Qualitativa	IN	Pouco provável	Mediana	Risco Tolerável
Acidentes	Queda de objetos e/ou materiais	Traumatismos lacerantes, contusões	NR 18,	Ferramentas	Não Aplicável	OSS - Ordem de Serviço de Segurança	Calçado tipo bota	NA	NA	Avaliação Qualitativa	IN	Pouco provável	Mediana	Risco Tolerável
Acidentes	Queda de nível menor que 2m / mesmo nível	Traumas, contusões, fraturas,	NR 18/ NA	Trabalho em altura	Não Aplicável	OSS - Ordem de Serviço de Segurança		NA	NA	Avaliação Qualitativa	EV	Pouco provável	Considerável	Risco Moderado
Acidentes	Queda de nível maior que 2m	Traumas, contusões, fraturas,	NR 35/ NA	Trabalho em altura	Não Aplicável	OSS - Ordem de Serviço de Segurança	Capacete de Segurança tipo Classe B -	NA	NA	Avaliação Qualitativa	EV	Pouco provável	Considerável	Risco Moderado

HARD-SEGTR – ME – HARDSEG.TR@GMAIL.COM
CASCABEL – PR – (45) 99930-7327

Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Prof. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMTE 7347-0/PR

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Ergonômicos	Postura em pé por longos períodos	Fadiga física; alterações do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo; estase venosa de membros inferiores.	NR 17 / NA	Operação de Máquinas / Execução de atividades laborais	Não Aplicável	OSS - Ordem de Segurança	NA	NA	NA	Avaliação Qualitativa	IN	Pouco provável	Mediana	Risco Tolerável (PR4)
LEGENDA: CA(Certificado de Aprovação), Conc.(Concentração), EPC/MA (Equipamento de Proteção Coletiva/Medida Administrativa), EPI(Equipamento de Proteção Individual), EV(Eventual), IN(Intermitente), PMT(Permanente), Intens.(Intensidade), NA(Não se aplica), P(Probabilidade), PR(Prioridade), S(Severidade)														



J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento constitui o inventário de riscos e o plano de ação integrantes do programa.

O acompanhamento e monitoramento das ações, elaboração e manutenção dos demais documentos mencionados na legislação vigente e todas as medidas necessárias para a implantação e manutenção deste programa são de exclusiva responsabilidade da organização (empregador/contratante dos serviços).

CASCAVEL, 03 de FEVEREIRO de 2023

Técnico de Segurança do Trabalho Nome: Hillyard Adrian Galdino Pivato RG.MTE: 007347/0 PR NIT: 128.08815.52-4	Assinatura  Hillyard A. G. Pivato Bombeiro Prof. Civil Técnico Seg. Trabalho RG.MTE 7347-0/PR
Responsável pela Empresa	Assinatura

**J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PPGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

PLANO DE AÇÃO

Prioridade	GRO	Fator de Risco	N/A (Não se aplica)	Grupos de Exposição	N/A (Não se aplica)
Objetivo	IMPLEMENTAR MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E GERENCIAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO		Objetivos alcançados?		
Meta: Atender 100% das atividades propostas até 06/2024	Indicador: Razão das atividades realizada pelas atividades propostas	Avaliação e análise crítica no plano	Situação	Jan 23	Dez 23
Ação	Responsável	Considerações/Observações	Previsto Realizado	Out 23	Nov 23
e-SOCIAL - Implementar todas as documentações obrigatórias para o E-SOCIAL de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária buscando a interação entre eles e a implementação de ações de acordo com as diretrizes definidas para a gestão em SST.	J.C.VENEROSKI-EVENTOS				
Lei Estadual nº 12.493/99 Realizar e implementar o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS, adotando procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.	J.C.VENEROSKI-EVENTOS				

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Prioridade	Plano de Ação	Fator de Risco	N/A (Não se aplica)	Grupos de Exposição												N/A (Não se aplica)	
Objetivo	IMPLEMENTAR MEDIDAS ADMINISTRATIVAS E GERENCIAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO			Objetivo alcançado?												Não	
Meta: Atender 100% das atividades propostas até 06/2024	Indicador: Razão das atividades realizada pelas atividades propostas	Avaliação e análise crítica do plano	Cronograma														
Ação	Responsável	Considerações/Observações	Situação	Fev 23	Mar 23	Abr 23	Mai 23	Jun 23	Jul 23	Ago 23	Set 23	Out 23	Nov 23	Dez 23	Jan 24		
NR 6 - EPI - Realizar treinamento sobre EPI's, orientando sobre o uso obrigatório, guarda e conservação, a todos os funcionários da empresa expostos a riscos que justifiquem sua utilização	J.C.VENEROSKI-EVENTOS		Previsto														
			Realizado														
			Realizado														

Prioridade	P3 - Queda por diferença de nível	Fator de Risco	Queda por diferença de nível (Superior a 2m de altura)	Grupos de Exposição												GES 01 - OBRA -																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Objetivo	ADEQUAR PROCESSOS E PROTEÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO			Objetivo alcançado?	Cronograma												Não																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Meta: Atender 100% das atividades propostas até 06/2024	Indicador: Razão das atividades realizadas pelas atividades propostas	Avaliação e análise crítica do plano																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

Hillyard A. G. Pivato
Bombeiro Pílot. Civil
Técnico Seg. Trabalho
RGMT 7347.044R

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

GLOSSÁRIO

AET - Análise Ergonômica do Trabalho. Instituída pela NR-17, deverá ser elaborada nas situações em que na etapa do levantamento preliminar de fatores de risco ergonômicos for considerado necessário um maior aprofundamento.

Avaliação Preliminar - compreende o levantamento preliminar de perigo a etapa inicial do gerenciamento de riscos, e tem como objetivo identificar os perigos da organização e situações em que o risco já pode ser eliminado, sem a necessidade de aguardar que uma avaliação de riscos seja realizada e um plano de ação seja implementado.

Avaliação Qualitativa - compreende a análise do perigo, coleta de informações sobre tempo e permanência de exposição, avaliação da gravidade do perigo considerando as pessoas expostas, identificação qualitativa da probabilidade da ocorrência do dano, cálculo inicial do nível de risco utilizando a ferramenta matriz de riscos.

Avaliação Quantitativa - compreende a análise do perigo através da utilização de dados mensuráveis dos riscos envolvidos nos processos, realizados para: a) comprovar o controle da exposição ocupacional aos agentes identificados; b) dimensionar a exposição ocupacional dos grupos de trabalhadores; c) subsidiar o equacionamento das medidas de prevenção.

Avaliação Semi-quantitativa - compreende a análise do perigo através da utilização de métodos rápidos de quantificação para uma avaliação qualitativa mais precisa.

Controle - índice relativo à existência e eficácia de medidas preventivas adotadas pela organização e a ocorrência de incidentes/acidentes relacionadas ao perigo identificado. Também pode ser identificado pelo índice relativo à exposição a níveis quantificáveis comparados com limites de exposição definidos pela NR-09, considerando-se a atenuação efetivada pelas medidas preventivas implementadas.

Exposição - índice relativo ao percentual do tempo de exposição com relação a jornada diária de trabalho ou ao ciclo amostrado, podendo este ser diário, semanal, mensal ou anual, dependendo do período em que a atividade de risco for realizada no estabelecimento amostrado. Também pode ser identificado pelo índice relativo à exposição a níveis quantificáveis comparados com limites de exposição definidos pela NR-09, desconsiderando-se as medidas preventivas implementadas.

GES - Grupo de Exposição Similar. Também conhecido por Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), corresponde ao grupo de trabalhadores expostos de forma semelhante, de tal forma que a avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativa da exposição de todos que pertencerem ao mesmo grupo.

GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Constitui-se na gestão ampla de todos os riscos do ambiente laboral da organização com objetivo de eliminar, minimizar ou neutralizar os riscos aos trabalhadores. Foi instituído pela NR-01 e entrou em vigor em janeiro/2022.

Gravidade - agravos à saúde dos trabalhadores com relação à gravidade de lesões possivelmente ocasionadas, caso o risco vier a ocorrer.

Índice - numeração que varia de 1 a 4, representando o grau de importância de determinada coluna que está sendo avaliada nas tabelas de Severidade e Probabilidade.

Magnitude - relação entre a gravidade da consequência das lesões ou agravos à saúde e o número de pessoas expostas.

J.C VENEROSKI – EVENTOS ME
PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Nível de Risco - análise realizada do perigo com base na "Severidade" das possíveis lesões e a "Probabilidade" de ocorrência do risco. Portanto, nível de risco pode ser definido numericamente como sendo o produto entre o resultado da severidade com o resultado da probabilidade.

Organização - empresa contratante dos serviços e responsável pela implementação do PGR.

PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Instituído pela NR-07, estabelece os controles médicos necessários para o monitoramento biológico dos trabalhadores com relação a sua exposição aos riscos ocupacionais. Deve estar alinhado com o PGR, estabelecendo ações conjuntas no sentido de eliminar, minimizar ou neutralizar os efeitos da exposição aos riscos.

Pessoas Expostas - conjunto de trabalhadores pertencentes ao mesmo GES, possivelmente afetados pela exposição a um determinado risco se ele vier a ocorrer.

PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos. Programa pertencente ao GRO que visa o reconhecimento dos perigos (inventário de riscos ocupacionais) e a adoção de medidas de controle para eliminá-los, minimizá-los ou neutralizá-los (plano de ação). Foi instituído pela NR-01 em 2020 e entrou em vigor para sua cobrança legal nas organizações em jan/2022. Além do inventário de riscos ocupacionais e plano de ação, o PGR engloba todas as ações e demais programas de segurança e saúde exigidos legalmente para a organização, a qual deverá manter os registros disponíveis junto a este.

Probabilidade - chance de ocorrência do risco. A probabilidade é calculada com base em dois componentes principais: a "Exposição" do trabalhador ao risco e o "Controle" existente na organização para evitar ou mitigar agravos à saúde do trabalhador relacionados com a exposição ao risco. O resultado deste cálculo corresponde a uma das situações a seguir: 'Improvável', 'Pouco provável', 'Provável', e 'Altamente provável'.

Severidade - consequência do risco caso ele vier a ocorrer. A severidade é calculada levando-se em consideração o índice de "Gravidade" e o índice relativo ao número de "Pessoas Expostas". O resultado deste cálculo corresponde a uma das situações a seguir: 'Mínima', 'Mediana', 'Considerável' e 'Crítica'.

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CORBÉLIA
Cartório do Contador, Partidor, Distribuidor
Depositário e Avaliador Judicial
Marta da Luz Lira
Oficial

PEDIDO DE CERTIDÃO

Nome: J. C. VENEROSKI-EVENTOS

CNPJ: 21.253.780/0001-51

Domicílio: Braganey - PR

CERTIDÃO NEGATIVA

Marta da Luz Lira, Oficial do Cartório do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Corbélia, Estado do Paraná, na forma da lei etc...

CERTIFICA, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que revendo os fichários de Distribuições e Registros a partir de 24/ fevereiro/ 1.978, até a presente data, que não consta distribuições de Recuperação Judicial e Extrajudicial contra o requerente.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná, aos **24 dias do mês de março (03) do ano de 2023**. Buscas procedidas nos últimos 40 anos.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Assinado de
forma digital por
MARTA DA LUZ
LIRA:02273979916
Dados: 2023.03.24
17:00:05 -03'00'

MARTA DA LUZ LIRA - OFICIAL





J.C. VENEROSKI – EVENTOS – ME
CNPJ/ M F Nº 21.253.780/ 0001-51
Avenida Planalto, 820 – CEP 85430-000 – Centro – Braganey – Paraná
DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

NOME DA LICITANTE: J. C. VENEROSKI - EVENTOS
Nº DO CNPJ: 21.253.780/0001-51
Endereço: Avenida Planalto, 820 – CEP: 85.423-000 – Centro – Braganey - Paraná.
Nº do Telefone: (45) 9 9991-3299
Endereço de e-mail: toddyrodeo@hotmail.com

O signatário da presente declara, em nome da empresa supracitada e para todos os fins de direito:

- A. Ter pleno conhecimento bem como atender a todas as exigências relativas à habilitação no presente certame;
- B. Inexistir fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos da lei e que não está suspensa de licitar e contratar com o Município de Ubatã, tampouco inidônea em qualquer esfera da Administração Pública;
- C. Que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18 (dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos - Lei 10.097/00 e art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- D. Que não possui em seu quadro societário servidores públicos do Município de Ubatã ou qualquer pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o Prefeito, Vice-Prefeito ou com servidores públicos que desempenhem função na licitação ou atuem na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Braganey, 18 de maio de 2023.

JOAO CARLOS
VENEROSKI:02693383
900

Assinado de forma digital por
JOAO CARLOS
VENEROSKI:02693383900
Dados: 2023.05.18 13:27:15 -03'00'

J. C. VENEROSKI - EVENTOS - 21.253.780/0001-51
JOAO CARLOS VENEROSKI - RG: 7282443-1 SESP-PR - CPF: 026.933.839-00
RESPONSÁVEL LEGAL



Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Nº 0000000496459

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Órgão Público

Data de Início: 08/06/2018

Data de término da atividade: 2018-06-10

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

5.7 - LAUDO TÉCNICO , 5192.91 m² - metro quadrado;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

RODOVIA BR 474

Nº KM 01

Complemento: Entrada da Cidade

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Coordenadas Geográficas: -24.646565210533037 -53.14186436952522

DESCRIÇÃO

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Em conformidade com o que determina o Art. 45 da Lei 12.378, toda realização de trabalho de competência privativa ou de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas será objeto de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT.
- Declaro expressamente que são verdadeiras todas as informações constantes neste documento e que as atividades descritas no(s) RRT(s) que constitui(m) este documento foi(ram) efetivamente realizada(s) e concluída(s).
- Válida em todo o território nacional.

Certidão nº 496459/2019

Expedida em 01/04/2019 12:04:00, CASCAVEL/PR, CAU/PR

Chave de Impressão: 6Z7C0BZ9W363Y1DZ3746



Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Nº 0000000496459

Número do RRT: 7055555

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 07/06/2018

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: RRT referente ao projeto de 927,80m² de área em Arquibancadas, compostas por seções de 53x9m, 33x9m e 12,31x9m com 9 degraus mais área livre de circulação. A estrutura da arquibancada é composta por tubos e chapas de aço galvanizado. Os pisos do degrau são de placas de madeira compensadas anti-chamas fechadas em requadros de perfis de aço galvanizado. Camarotes para o Rodeio, configurados em Módulos de 3 andares com 24 lugares de dimensão 2x3m com dimensão de base de 20x10m mais área útil de circulação. Camarotes para Palco de Shows com 35 lugares de 2,20x2,20m mais área útil de circulação, onde juntos, Rodeio e Palco de Shows totalizam 324,72m². Palco para Shows com COBERTURA CLASSE II-A de 12x8m totalizando 96m². Estrutura completa de Show e Rodeio composta por 10 torres de iluminação, Som Profissional e 2 Telas de LED com 4x3m cada. Tendas com módulos de 10x10m, 5x5m e 3x3m totalizando área útil de 750m². Arena de Rodeio completa, composta por 6 Bretes, Painéis Frontais e Fundo de Curral, com 25x40m de área e fechamento com Placas Galvanizadas. O projeto contemplará um Moto Gerador de 260kVA de potência atuando em corrente alternada de até 1000V. A obra será executada no seguinte endereço: ASEMA, PR 474 KM 01, Entrada da Cidade. O evento ocorrerá nos dias 08 de abril a 10 de abril de 2018.

DADOS DO CONTRATO

Contratante: PREFEITURA DE ANAHY
 CPF/CNPJ: 95594800000194

RUA RUA VEREADOR LEONARDO APARECIDO DOBICZ

Nº 591

Complemento:

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Contrato: 00100

Celebrado em: 01/06/2018

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Órgão Público

Data de Início: 08/06/2018

Data de término da atividade: 2018-06-10

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

2.1.3 - Execução de edifício efêmero ou instalações efêmeras , 3580,09 m² - metro quadrado; 2.2.4 - Execução de estrutura metálica , 2082,52 m² - metro quadrado; 2.5.7 - Execução de instalações elétricas prediais de baixa tensão , 260,00 kVA - quilovolt-ampère ;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

RODOVIA BR 474

Nº KM 01

Complemento:

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Coordenadas Geográficas: -24.646537327599667 -53.141935675471586

Número do RRT: 7059850

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 08/06/2018

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: RRT de Laudo Técnico para as seguintes estruturas: Arquibancadas, Camarotes e Palco com Piso de chapas MDF (Compensado) de 20mm em chapas de 2,20x0,55m com características anti-inflamatórias, reforçados com estrutura metálica de acabamento anti-chamas. Piso dentro da classificação CLASSE IV-A. Tendas, Barracas e Coberturas de lona classificadas como CLASSE II-A e fechamentos laterais no mesmo material, conforme projeto e memorial descritivo. Num total de 3.580,09m² de área provisória. Estruturas já existentes em alvenaria padrão sobre estrutura pré-moldada, com tesouras metálicas e cobertura mista de telhas de zinco e fibrocimento totalizando uma área de 1.612,82m². A obra será executada no seguinte endereço: ASEMA, PR 474 KM 01, Entrada da Cidade. O evento ocorrerá nos dias 08 de abril a 10 de junho de 2018.

DADOS DO CONTRATO

Contratante: PREFEITURA DE ANAHY
 CPF/CNPJ: 95594800000194

RUA RUA VEREADOR LEONARDO APARECIDO DOBICZ

Nº 591

Complemento:

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Contrato: 00100

Celebrado em: 01/06/2018



Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
 Lei Nº 12378 de 31 de Dezembro de 2010

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO
Nº 0000000496459



Validade: Indeterminada

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica - RRTs abaixo discriminado(s):

DADOS DO PROFISSIONAL

Profissional: GUSTAVO EDGARD SCHMOELLER BARBOSA

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

Data de obtenção do título: 16/02/2017

Registro Nacional: 0002036312

Data de Registro: 01/06/2018

Validade: Indefinida

DADOS DOS REGISTROS DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-RRT

Número do RRT: 7055494

Tipo do RRT: SIMPLES

Registrado em: 07/06/2018

Forma de Registro: INICIAL

Participação Técnica: INDIVIDUAL

Descrição: RRT referente ao projeto de 927,80m² de área em Arquibancadas, compostas por seções de 53x9m, 33x9m e 12,31x9m com 9 degraus mais área livre de circulação. A estrutura da arquibancada é composta por tubos e chapas de aço galvanizado. Os pisos do degrau são de placas de madeira compensadas anti-chamas fechadas em requadros de perfis de aço galvanizado. Camarotes para o Rodeio, configurados em Módulos de 3 andares com 24 lugares de dimensão 2x3m com dimensão de base de 20x10m mais área útil de circulação. Camarotes para Palco de Shows com 35 lugares de 2.20x2.20m mais área útil de circulação, onde juntos, Rodeio e Palco de Shows totalizam 324,72m². Palco para Shows com COBERTURA CLASSE II-A de 12x8m totalizando 96m². Estrutura completa de Show e Rodeio composta por 10 torres de iluminação, Som Profissional e 2 Telas de LED com 4x3m cada, Tendões com módulos de 10x10m, 5x5m e 3x3m totalizando área útil de 750m². Arena de Rodeio completa, composta por 6 Bretes, Painéis Frontais e Fundo de Curral, com 25x40m de área e fechamento com Placas Galvanizadas. O projeto contemplará um Moto Gerador de 260kVA de potência atuando em corrente alternada de até 1000V. A obra será executada no seguinte endereço: ASEMA, PR 474 KM 01, Entrada da Cidade. O evento ocorrerá nos dias 08 de abril a 10 de abril de 2018.

DADOS DO CONTRATO

Contratante: PREFEITURA DE ANAHY
 CPF/CNPJ: 95594800000194

RUA RUA VEREADOR LEONARDO APARECIDO DOBICZ

Nº 591

Complemento:

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Contrato: 00100

Celebrado em: 01/06/2018

Valor do Contrato: R\$ 0,00

Tipo do Contratante: Órgão Público

Data de Início: 08/06/2018

Data de término da atividade: 2018-06-10

ATIVIDADE TÉCNICA REALIZADA

1.1.4 - Projeto de edifício efêmero ou instalações efêmeras , 3580.09 m² - metro quadrado; 1.2.4 - Projeto de estrutura metálica , 2082.52 m² - metro quadrado; 1.5.7 - Projeto de instalações elétricas prediais de baixa tensão , 260.00 kVA - quilovolt-ampère ;

ENDEREÇO DA OBRA/SERVIÇO

RODOVIA BR 474

Nº km 01

Complemento: Entrada da Cidade

Cidade: ANAHY

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 85425000

Coordenadas Geográficas: -24.646527 -53.1419085

Proc. Administrativo 10- 099/2023

De: Renan L. - SEMAD-LICIT-SP

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação

Data: 19/05/2023 às 16:21:42

Setores envolvidos:

GP, GP-ACS, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEL, SEMEL-DIESP, SEMAD-LICIT-SP, SEMAD-SP, SEMFIP
-CONT, CGM-AL

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

Na condição do pregoeiro do Município de Ubiratã encaminho a ata da sessão e o termo de adjudicação do pregão eletrônico 63/2023, propondo sua homologação. Declaro que o julgamento da licitação, ato este sob minha responsabilidade, atendeu todos os requisitos estabelecidos pela legislação.

—
Atenciosamente,

Renan Felipe.

Anexos:

A_ATA_DA_SESSAO_4_.pdf

B_TERMO_DE_ADJUDICACAO_4_.pdf

Pregão/Concorrência Eletrônica

987933.632023 .3161 .5004 .2108134750


Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00063/2023

Às 14:00 horas do dia 19 de maio de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal 06/2023 de 02/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 6084, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00063/2023. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação de empresa para realização de rodeio country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (Expobira). O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Promoção de evento

Descrição Complementar: Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.

Tratamento Diferenciado: -**Quantidade:** 1**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 210.000,0000**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 50,00**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Aceito para:** J.C.VENEROSKI-EVENTOS, pelo melhor lance de R\$ 189.000,0000 .**Histórico****Item: 1 - Promoção de evento**

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
 (As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
21.253.780/0001-51	J.C.VENEROSKI-EVENTOS	Sim	Sim	1	R\$ 210.000,0000	R\$ 210.000,0000	18/05/2023 14:22:44
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n. 063/2023. Porte da empresa: ME/EPP							
34.602.689/0001-46	KOWALSKI PROMOCAO DE EVENTOS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 210.000,0000	R\$ 210.000,0000	19/05/2023 11:48:28
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo. Porte da empresa: ME/EPP							
07.203.347/0001-80	MUNDIAL FOGOS LTDA	Sim	Sim	1	R\$ 210.000,0000	R\$ 210.000,0000	19/05/2023 13:01:40
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo. CONFORME O TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL PE63/2023. Porte da empresa: ME/EPP							

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 210.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:00:01:920
R\$ 210.000,0000	34.602.689/0001-46	19/05/2023 14:00:01:920



R\$ 210.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:00:01:920
R\$ 209.950,0000	34.602.689/0001-46	19/05/2023 14:07:33:050
R\$ 209.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:08:01:237
R\$ 209.900,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:08:01:497
R\$ 205.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:08:21:763
R\$ 203.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:09:38:937
R\$ 200.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:09:55:853
R\$ 199.950,0000	34.602.689/0001-46	19/05/2023 14:10:13:507
R\$ 198.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:11:14:327
R\$ 197.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:13:06:103
R\$ 194.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:14:08:580
R\$ 192.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:15:18:060
R\$ 190.000,0000	07.203.347/0001-80	19/05/2023 14:15:39:447
R\$ 189.950,0000	34.602.689/0001-46	19/05/2023 14:16:27:663
R\$ 189.000,0000	21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:17:01:470

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**Eventos do Item**

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	19/05/2023 14:00:48	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	19/05/2023 14:05:02	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	19/05/2023 14:19:02	Item com etapa aberta encerrada.
Encerramento	19/05/2023 14:19:02	Item encerrado para lances.
Abertura do prazo - Convocação anexo	19/05/2023 14:25:26	Convocado para envio de anexo o fornecedor J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	19/05/2023 14:41:44	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51.
Aceite de proposta	19/05/2023 15:05:10	Aceite individual da proposta. Fornecedor: J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51, pelo melhor lance de R\$ 189.000,0000.
Habilitação de fornecedor	19/05/2023 15:42:36	Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: J.C.VENEROSKI-EVENTOS - CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51

Não existem intenções de recurso para o item**Troca de Mensagens**

	Data	Mensagem
Sistema	19/05/2023 14:00:02	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 1 item poderá estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 11:30 e entre 13:30 e 16:30. Mantenham-se conectados.
Sistema	19/05/2023 14:05:02	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	19/05/2023 14:05:02	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	19/05/2023 14:05:02	Algumas propostas do item 1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	19/05/2023 14:19:02	O item 1 está encerrado.
Sistema	19/05/2023 14:19:08	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	19/05/2023 14:20:02	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - Boa tarde, senhor fornecedor, aceita negociar o valor sua proposta?
21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:23:16	Boa tarde, permanecerei com o último lance ofertado.
Pregoeiro	19/05/2023 14:25:09	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - Me encaminhe proposta final, por gentileza.
Sistema	19/05/2023 14:25:26	Senhor fornecedor J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51, solicito envio do anexo referente ao item 1.
Sistema	19/05/2023 14:41:44	Senhor Pregoeiro, o fornecedor J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51, enviou o anexo para o item 1.

Assinado por 1 pessoa: REGIAN FÉLIX DA SILVA LIMA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://brasil.1doc.com.br/verificacao/6E7F-8102-7663-2987>



Pregoeiro	19/05/2023 14:56:57	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - Permaneça conectado, por gentileza.
Pregoeiro	19/05/2023 14:58:29	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - Passarei à verificação dos documentos de habilitação.
21.253.780/0001-51	19/05/2023 14:59:38	Permanecerei conectado.
Pregoeiro	19/05/2023 15:42:20	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - A empresa cumpriu com os requisitos estabelecidos pelo edital para fins de aceitação da proposta, assim como cumpriu com os requisitos de habilitação.
Sistema	19/05/2023 15:42:37	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	19/05/2023 15:42:46	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 19/05/2023 às 16:15:00.
Pregoeiro	19/05/2023 15:42:58	Para J.C.VENEROSKI-EVENTOS - De igual forma, não foram encontrados impedimentos vigentes para a empresa em contratar com o Município de Ubitatã.
Pregoeiro	19/05/2023 15:43:37	Aos demais proponentes, informo que todas as consultas efetuadas estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Município. Ademais, conforme informado, a empresa cumpriu com o estabelecido pelo edital, portanto, a proposta foi aceita e a empresa habilitada.
Pregoeiro	19/05/2023 15:43:46	Agradeço a participação de todos.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	18/05/2023 11:13:14	
Alteração equipe	18/05/2023 11:13:18	
Abertura da sessão pública	19/05/2023 14:00:02	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	19/05/2023 14:05:02	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	19/05/2023 14:19:08	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	19/05/2023 15:42:37	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	19/05/2023 15:42:46	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 19/05/2023 às 16:15:00.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:15 horas do dia 19 de maio de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

RENAN FELIPE DA SILVA LIMA
Pregoeiro Oficial

ALTAIR DA SILVA PEREIRA
Equipe de Apoio



[Voltar](#)



Pregão/Concorrência Eletrônica



Termo de Adjudicação do Pregão

Pregão Nº 00063/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 16:16 horas do dia 19 de maio de 2023, após analisado o resultado do Pregão nº 00063/2023, referente ao Processo nº 6084, o Pregoeiro, Sr(a) RENAN FELIPE DA SILVA LIMA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade Competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

Item: 1

Descrição: Promoção de evento

Descrição Complementar: Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 3.2 abaixo.

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 1

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Máximo Aceitável: R\$ 210.000,0000

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 50,00

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: J.C.VENEROSKI-EVENTOS , pelo melhor lance de R\$ 189.000,0000 .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	19/05/2023 16:16:06	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: J.C.VENEROSKI-EVENTOS, CNPJ/CPF: 21.253.780/0001-51, Melhor lance: R\$ 189.000,0000

Fim do documento

Assinado por 1 pessoa: RENAN FELIPE DA SILVA LIMA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6E7F-8102-7663-2987> e informe o código 6E7F-8102-7663-2987





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6E7F-8102-7663-2987

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RENAN FELIPE DA SILVA LIMA (CPF 065.XXX.XXX-51) em 19/05/2023 16:22:27 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/6E7F-8102-7663-2987>

Proc. Administrativo 11- 099/2023

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: PGM-ASSEJUR - Assessoria Jurídica

Data: 22/05/2023 às 11:28:51

Solicito Parecer jurídico Conclusivo.

—

Diego da Silva Bezerra

Estagiário/Licitação

Proc. Administrativo 12- 099/2023

De: Bruna M. - PGM-ASSEJUR

Para: SEMAD-LICIT - Divisão de Licitação - A/C Diego B.

Data: 22/05/2023 às 11:34:02

Setores envolvidos:

GP, GP-ACS, PGM-ASSEJUR, SEMAD-LICIT, SEMFIP, SEMEL, SEMEL-DIESP, SEMAD-LICIT-SP, SEMAD-SP, SEMFIP
-CONT, CGM-AL

Contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município (EXPOBIRA).

Segue parecer.

—
Bruna Correa Malheiro
Advogada Pública

Anexos:

PJ_conclusivo_rodeio.pdf

PARECER JURIDICO CONCLUSIVO

Submete-se a análise, o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é a **contratação de empresa para realização de Rodeio Country, com montaria em touros, shows piromusicais e complementos, a realizar-se durante a festa de exposição do município de Ubatuba (EXPOBIRA)**

Concluída a Sessão do Pregão Eletrônico, o procedimento licitatório foi encaminhado a este assessor jurídico para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou a minuta de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio transcrito anteriormente.

Após a manifestação supratranscrita, deu-se início à fase externa do certame (Art. 20 da Lei nº 10.024/19) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 25 da Lei nº 10.024/19).

O edital do pregão eletrônico vem detalhando o objeto, o prazo de entrega, a fase de proposta, habilitação, julgamento e análise dos documentos, julgamento do recurso, documento aplicável, obrigações da contratada, e disposições gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.024/19, bem como, amparada pela Lei 8.666/93, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ubatuba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia e horas designados para a seleção de proposta mais vantajosa as empresas encaminharão exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Cumprindo todos os atos legais neste momento a advogada pública emite o seu parecer favorável em todo o processo de licitação em que os procedimentos de regularidade e a legalidade foram cumpridos, deva se dar prosseguimento homologando-o e efetivando a contratação dos licitantes vencedores.

Esse é o nosso parecer.

Ubatuba, 22 de maio de 2023

Bruna Correa Malheiro
Advogada Pública
OAB-PR 88.976



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9F85-4211-29ED-CC24

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA CORREA MALHEIRO (CPF 063.XXX.XXX-23) em 22/05/2023 11:34:22 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/9F85-4211-29ED-CC24>

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: -

Data: 22/05/2023 às 14:14:54

Segue termo de homologação assinado.

—

Diego da Silva Bezerra

Estagiário/Licitação

Anexos:

TERMO_6084_ASSINADO.pdf

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve **HOMOLOGAR** a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6084/2023.
2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 63/2023.
3. OBJETO DA LICITAÇÃO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)**, conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.
- 4.1 FORNECEDOR (A) **J. C. VENEROSKI - EVENTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.253.780/0001-51, situada na Av. Planalto, nº 820, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, CEP nº 85423-000.
- 4.2 VALOR: **R\$- 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil)**.
5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 19/05/2023.
6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 22 de maio de 2023.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6007
6020959

Assinado de forma
digital por FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:60076020959
Dados: 2023.05.22
14:05:34 -03'00'

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO
Prefeito de Ubatuba

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: -

Data: 23/05/2023 às 10:46:35

Prezados, segue publicação do termo de homologação.

—

Diego da Silva Bezerra

Estagiário/Licitação

Anexos:

JORNAL_TERMO_6084.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2023

EDIÇÃO ESPECIAL 1.770- ANO: XVIII

Página 4 de 6

www.ubirata.pr.gov.br**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito de Ubatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, resolve HOMOLOGAR a presente Licitação nos termos abaixo, conforme comprovações constantes nos autos do processo licitatório respectivo:

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6084/2023.

2. PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 63/2023.

3. OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA), conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

4.1 FORNECEDOR (A) J. C. VENEROSKI - EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 21.253.780/0001-51, situada na Av. Planalto, nº 820, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, CEP nº 85423-000.

4.2 VALOR: R\$- 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil).

5. DATA DA ADJUDICAÇÃO: 19/05/2023.

6. DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 22 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubatuba

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): ENGENHARIA E TOPOGRAFIA IGUAÇU LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.801.355/0001-45.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6055/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.

VALOR: R\$-12.000,00 (doze mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 80/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): D PAULA PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.623.943/0001-06.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6055/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO.

VALOR: R\$-8.950,00 (oito mil novecentos e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2023.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A) JOSE PEDRO MOREIRA DOS SANTOS, inscrita no CNPJ nº 18.929.163/0001-19.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6107/2023.

OBJETO: Contratação de serviços de propaganda volante para divulgação de campanha de combate ao mosquito Aedes Aegypti.

VALOR: R\$ 8.300,00 (Oito mil e trezentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 22/05/2023.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): D. MATIUSI & CIA.LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.312.018/0001-93.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6061/2023.

OBJETO: Aquisição de materiais para manutenções e reparos em calçadas, meio fio, boca de lobo e galerias pluviais em ruas e avenidas do município.

VALOR: R\$-120.981,00 (cento e vinte mil e novecentos e oitenta e um reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/05/2023.

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): 44.187.129 JOSIANE DOS SANTOS TIGI, inscrita no CNPJ nº 44.187.129/0001-26.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6068/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE BARRACAS TIPO PIRAMIDE E GRADE DE ISOLAMENTO E CONTENÇÃO PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE UBIRATÃ.

VALOR: R\$-310.335,00 (trezentos e dez mil e trezentos e trinta e cinco reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS, inscrita no CNPJ nº 04.071.245/0001-60.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6066/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR: R\$-4.332,00 (quatro mil trezentos e trinta e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2023

CONTRATANTE: Município de Ubatuba, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubatuba. A Prefeitura Municipal Ubatuba - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: -

Data: 29/05/2023 às 08:29:29

Prezados, segue o contrato assinado.

—

Diego da Silva Bezerra

Estagiário/Licitação

Anexos:

CONTRATO_N_85.docx

CONTRATO_N_85_ASSINADO.pdf



CONTRATO Nº 85/2023
PROCESSO Nº 6084/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2023

O **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 76.950.096/0001-10, com sede administrativa a Avenida Nilza de Oliveira Pipino, nº 1852, centro, na cidade de Ubatuba, Estado do Paraná, CEP nº 85.440-000, representado pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, doravante denominado como **CONTRATANTE**, e a empresa **J. C. VENEROSKI - EVENTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.253.780/0001-51, situada na Av. Planalto, nº 820, na cidade de Braganey, Estado do Paraná, CEP nº 85423-000, Telefone nº (45) 99991-3299, e-mail (toddyrodeio@hotmail.com), doravante designada como **CONTRATADA**, firmam o presente contrato que se regerá pelas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº 6084/2023, Pregão nº 63/2023, e de acordo com as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA)**, conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. A execução do objeto do contrato se dará na seguinte especificação, quantidade, valores unitários e totais:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD	UN	V. UNIT	V. TOTAL
1	Contratação de serviços de realização de 4 (quatro) shows de rodeio country (duração mínima de duas horas cada apresentação) com montaria em touros, shows piromusicais e complementos (abarcando transporte adequado, planejamento e responsabilidade técnica) nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, na quadra de areia localizada no Ginásio de Esportes Tomaz Izidro de Lima. Incluindo o fornecimento de todos os itens e condições gerais descritas no subitem 2.2 abaixo.	1	UN.	189.000,00	189.000,00

2.2. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar:



a)	03 (três) Boiadas com 10 (dez) Touros cada, com animais altamente selecionados para montarias, devidamente vacinados e liberados pelos órgãos competentes;
b)	04 (quatro) cavalos para abertura do Rodeio para entrada dos pavilhões para os 04 (quatro) dias de rodeio;
c)	EQUIPE DE RODEIO COMPOSTA POR: - 30 (trinta) competidores profissionais (peões de rodeio); - 04 (quatro) locutores profissionais de rodeio de renome nacional, sendo: 1 locutor comercial voz padrão, 2 locutores de pista e 1 locutor comentarista; - 02 (dois) salva-vidas profissionais para dar suporte durante as apresentações do rodeio; - 02 (dois) porteiros e embretadores para a soltura dos animais; - 01 (um) sonoplasta DJ de rodeio; - 01 (um) auxiliar de pista; - 02 (dois) juizes profissionais de arena, credenciados por Federação/Liga; - 01 (um) juiz de brete credenciado por Federação/Liga; - 01 (um) diretor de rodeio;
d)	01 (um) Médico Veterinário de plantão todos os dias do evento, sendo esse devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV, nos termos do Art. 3º, inciso II, da Lei Federal n. 10.519/02; responsável por todos os animais. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais, incluindo liberação do evento junto a ADAPAR;
e)	01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto - Responsável pelas estruturas;
f)	01 (um) Engenheiro Elétrico - Responsável pelo evento;
g)	04 (quatro) shows piromusicais na abertura de todos os dias de rodeio, contendo no mínimo: desenhos de fogo na pista, abertura global ao redor de toda arena com chuvas de prata, abertura global ao redor de toda arena com cruzamento de ckackling, banner com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, banner com a imagem de Jesus Cristo, uma bombinha da paz para acender a cascata, cascata com 30 metros de comprimento, bateria 64 cores Zeus de cor. (supervisionados por profissional credenciado para o exercício de Blaster, conforme Decreto Federal 3.665 de 20 de novembro de 2000);
h)	ARENA PROFISSIONAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: 125 metros painéis de frente, contendo 6 bretes com de 2,30m e mais 5 bretes de espera; 10 mangueiras para querência, tamanho padrão com no mínimo 70 painéis para querência com 15 porteiras para repartição; 1 embarcador para animais compatível com transporte, toda a estrutura em chapa tubular 2 polegadas 3 milímetros; Tudo de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.
i)	ARQUIBANCADAS Locação de 80 (oitenta) metros de Arquibancadas, com as seguintes características mínimas: tubular pré-moldada metálica lineares com 9 degraus, montados de acordo com o layout da pista, com parapeito de 1,2 m de altura na frente e 1,50 m atrás; deverá conter escadas na parte da frente atendendo as exigências do Corpo de Bombeiros;
j)	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PARA A ARENA CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Iluminação para a arena com as seguintes características mínimas: 10 maxbrute de 2000, 10 postes em aço de no mínimo 06 m para fixação da iluminação com 60.000 (sessenta mil) watts de potência ou superiores, mesa de controle compatível, racks de iluminação e cabeamento com isolador, 1 caminhão estúdio climatizado para gravação de DVD da festa, 500 metros de fio 2x2. 5,3 cabos de 55 metros 3x10, 2 multicabos de 65 metros cada 6 vias;
k)	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PROFISSIONAL PARA O RODEIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: Sonorização profissional com as seguintes características mínimas: som profissional para rodeio 16 caixas kf, 16 graves duplo sistema fly, 12 potências Wiank, 1 mesa Yamaha, um processador DDX 260, 1 equalizador, 1 compressão, 1 crossover, 2 caixas retorno, 1 potência Atak 1280, 3



	microfones sem fio, 6 microfones com fio, com estúdio próprio climatizado, dentre outros equipamentos para o bom funcionamento;
l)	2 (dois) Painéis de LED, modelo P10 ou superior, com, no mínimo, 4m X 3m, para a transmissão dos melhores momentos do rodeio e evidenciar a Organização e Patrocinadores do evento;
m)	<p>SEGURO DE VIDA PARA TODOS OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO RODEIO, COM AS SEGUINTE COBERTURAS MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Morte acidental: R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) - Invalidez permanente, total, parcial por acidente: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). - Despesas médicas, hospitalares e odontológicas (reembolso) até R\$ 2.000,00 (dois mil reais). <p>TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.220, DE 11 DE ABRIL DE 2001.</p>
n)	Premiação mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) divididos entre os classificados do rodeio em touro, da primeira à quinta colocação, conforme responsabilidade da Empresa contratada para o Show (será permitida exposição da marca de possíveis patrocinadores da empresa proponente);
o)	(04) quatro câmeras instaladas para filmagem do Rodeio;
p)	<p>PROVA DOS 3 TAMBORES PARA 2 DIAS DO EVENTO COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mínimo de 30 competidores, 01 juiz, 01 locutor, rastelo, fotocélula e demais equipamentos para a realização da prova;
q)	<p>PROVA LAÇO EM DUPLA PARA 2 DIAS DO EVENTO, COM NO MÍNIMO 60 ANIMAIS ATÉ 200KG, COM EQUIPE DEVIDAMENTE COMPOSTA POR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 01 (um) locutor Profissional - 01 (um) Juiz Profissional <p>CONDIÇÕES NECESSÁRIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bretes de laço para animais até 200kg - Curral para os animais do laço dentro da arena - Prova Comentada <p>OS DIAS, HORÁRIOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA LAÇO EM DUPLA SERÃO DEFINIDOS POSTERIORMENTE COM COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO. A CONTRATADA TERÁ O DIREITO DE EXPLORAR A PROVA LAÇO EM DUPLA SE RESPONSABILIZANDO POR SUA CONTA E RISCO. OS VALORES ARRECADADOS (RECEITA) DA CONTRATADA PELA EXPLORAÇÃO NÃO ATINGE O VALOR EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS, A CONTRATANTE NÃO TERÁ OBRIGAÇÃO DE SUPLEMENTAR À RECEITA DA CONTRATADA FICANDO À POR SUA CONTA E RISCO E PARTICIPAÇÃO NESTA EXPLORAÇÃO;</p>
r)	Contratação do local e alimentação supervisionada pelo veterinário, para os animais do rodeio para os 04 (quatro) dias, em que ocorrer às festividades;
s)	Contratação de Local de alojamento e alimentação para os profissionais e equipes da organização do evento;
t)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) camisas personalizadas com logo oficial, de Mangas Longas para as equipes da organização do Rodeio;
u)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 10 (dez) Fivelas Personalizadas coma logomarca do Evento.
v)	Aquisição e Confeção de material de distribuição, sendo 30 (trinta) Camisas Personalizadas com logo oficial da EXPOBIRA 2023 e patrocinadores, de Mangas Longas para a equipe da organização da EXPOBIRA 2023;
w)	Locação de 60 (sessenta) camarotes, com todos os acessórios, com as seguintes características: 2,30 X 3,30 m, com três pisos e com cobertura modelo pirâmide (10X10), com no mínimo 8 m de altura, duas escadas (para entrada e saída), devidamente iluminado, com o fundo fechado em tecido antichamas; 40 camarotes de 2,30 x 3,30 m e 20 camarotes de 2,20 por 2,20 m; (INCLUSO DECORAÇÃO)
x)	<p>GERADOR DE ENERGIA</p> <p>01 - Gerador de energia 260 KWA com abastecimento</p>
y)	01 Ambulância do Tipo B com 02 (dois) profissionais, sendo um o motorista e um técnico ou auxiliar de



	enfermagem. Durante os 4 dias de rodeio com turno de 03 (três) horas noturnas - das 19h00min às 22h00min.
z)	Autorização e Liberação do Evento pela ADAPAR, com o recolhimento de todas as taxas;

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATADO

3.1. O valor global da contratação está fixado em R\$- 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil).

3.2. No valor previsto estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A vigência da contratação será de 60 dias, iniciada a partir da assinatura do instrumento de contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Os serviços deverão ser executados na quadra de areia localizada no Ginásio Tomaz Izidro de Lima, com medidas de 24x46, nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023, durante a Festa de Exposição do Município (EXPOBIRA), em atendimento a Secretaria de Esportes e Lazer.

5.2. O Prazo de execução será de 04 (quatro) dias, sendo nos dias 01, 02, 03 e 04 de junho de 2023.

5.3. A CONTRATADA deverá estar com a estrutura montada e concluída do rodeio no máximo em 78 horas antes do evento, que iniciará no dia 1º de junho de 2023.

5.4. Os objetos não poderão ser entregues e instalados em outros locais.

5.5. Os objetos entregues e instalados devem estar em perfeita condição de uso, sem necessidade de materiais ou serviços adicionais;

5.6. Não serão recebidos metade ou parte dos objetos solicitados na Nota de Empenho, apenas todos os produtos solicitados na nota de empenho acompanhados da nota fiscal;

5.7. A descarga e instalação dos objetos no local designado em Nota de Empenho deverá ser feita por funcionários da CONTRATADA, devendo estes estarem devidamente uniformizados e providos de equipamentos de segurança necessários;

5.8. Os objetos serão conferidos no ato da entrega pelo Fiscal do Contrato e Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023;

5.9. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser substituído antes do referido evento, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.10. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte quatro) horas antes do início do evento, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade do material e consequentemente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.12. O recebimento provisório ou definitivo dos objetos não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Só haverá recebimento definitivo dos objetos, após a análise das especificações, da quantidade e qualidade dos OBJETOS, resguardando-se a Secretaria de Esporte e Lazer, o fiscal de Contrato e a Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa e danificados. Concluindo que o objeto fornecido é de baixa qualidade, após relatório comprobatório da Comissão Organizadora da EXPOBIRA 2023, e do Fiscal de Contrato, a CONTRATADA se sujeitará às penalidades previstas no presente contrato.

5.13. A CONTRATADA deverá se responsabilizar por todas as despesas envolvidas na execução do serviço, como mão de obra, alimentação, hospedagem, transporte, encargos sociais, equipamentos, materiais, entre outros.

5.14. Os objetos devem estar em conformidade com a legislação vigente e com registros necessários.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

6.1. Após a execução do serviço constante na Ordem de Serviços, o mesmo será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação; e definitivamente, após verificação da qualidade e consequente aceitação.

6.2. O Município se reserva ao direito de não aceitar serviços que não tenham sido executados em conformidade com as exigências apresentadas no presente contrato.

6.2.1. O motivo da recusa será fundamentado pelo Fiscal do Contrato através de notificação, encaminhada por escrito à CONTRATADA, através do e-mail pelo qual foi encaminhada a Ordem de Serviços.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a corrigir/refazer/substituir, por conta própria, no todo ou em parte, objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ainda que tenha sido recebido definitivamente.

6.3.1. No caso de não aceitação do objeto, seja no recebimento provisório ou definitivo, os ônus com a correção/refazimento/substituição correrão exclusivamente por conta da empresa.

6.4. O serviço que por ventura venha a ser recusado deverá ser corrigido/refeito/substituído no prazo estipulado, sob pena de aplicação das penalidades previstas no presente contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São direitos da CONTRATANTE:

7.1.1. Receber a prestação do objeto deste contrato nas condições previstas;

7.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do objeto que estiver em desacordo com as condições descritas no presente contrato;

7.1.3. Modificar, unilateralmente, o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

7.1.4. Fiscalizar a execução do presente contrato;





7.1.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins da aceitação e recebimento definitivo.

7.1.6. Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

7.2.1. Adquirir o objeto do presente contrato em sua totalidade, salvo nas hipóteses previstas em lei;

7.2.2. Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele;

7.2.3. Cumprir os prazos previstos no presente contrato;

7.2.4. Efetuar o pagamento ajustado, após o recebimento definitivo do objeto solicitado;

7.2.5. Auxiliar no esclarecimento de dúvidas que surjam ao longo da execução do objeto contratual;

7.2.6. Decidir sobre eventuais dificuldades na realização do objeto da contratação;

7.2.7. Manter, sempre por escrito ou por e-mail, com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

7.2.8. Indicar os locais e horários em que deverão ser montados os equipamentos.

7.3. São obrigações da CONTRATADA:

7.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes no presente contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.3.2. Responsabilizar-se por danos ocasionados a CONTRATANTE ou a terceiros, causados durante a execução do contrato;

7.3.3. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto;

7.3.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

7.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no presente contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

7.3.6. Fornecer materiais originais, não podendo ser reciclados ou recondicionados, deverá ainda ser de primeira linha, atendendo as normas ABNT e Código de Defesa do Consumidor;

7.3.7. Fornecer a seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's), exigidos para a realização dos serviços;

7.3.8. Planejar, conduzir e executar os serviços dentro das Normas de Segurança do Trabalho, Saúde e Meio Ambiente vigentes e exigíveis por Lei;

7.3.9. Exigir dos profissionais e pessoas envolvidas na equipe do rodeio, a carteira de identidade e carteirinha do SUS - sistema único de saúde, com finalidade de facilitar eventuais atendimentos ou necessidades na área de saúde ou outras situações similares.

7.3.10. Manter contatos com a CONTRATANTE, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência do objeto;

7.3.11. Comunicar a CONTRATANTE, com antecedência, os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos para execução do objeto, com a devida comprovação;

7.3.12. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pela CONTRATANTE;

7.3.13. Apresentar cópia autêntica do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, sempre que houver alteração;

7.3.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.3.15. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado (s) o (s) número (s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

7.3.16. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e rescisão do contrato;

7.3.17. Providenciar a assinatura dos Termos Aditivos e remetê-los à CONTRATANTE no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento, sob pena de aplicação das sanções previstas.

7.3.18. A contratada será integral responsável pelas garantias legais que envolvem o Evento, não permitindo maus tratos aos animais, devendo zelar pelas Regras e Normativas estipuladas pela Federação de Rodeio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento do serviço, no prazo de até trinta dias contados do recebimento da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.1. O fiscal do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a (s) Nota (s) Fiscal (s) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuais;

8.2. A fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato. O faturamento deverá ser realizado em nome do MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, CNPJ Nº 76.950.096/0001-10.

8.3. As despesas para atender a contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Órgão	Despesa	Categoria	Descrição	Fonte	Valor
0702	5862	339039999900	DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA	0	210.000,00



9. CLÁUSULA NONA – DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Os preços contratados poderão ser alterados visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2.1. Em eventual solicitação de reequilíbrio, a CONTRATADA deverá encaminhar pedido de reequilíbrio econômico financeiro ao Gestor do Contrato, demonstrando quais itens da planilha de custos estão economicamente defasados e que estão ocasionando desequilíbrio do contrato.

10.2.2. Recebida a solicitação, a CONTRATANTE verificará os custos dos itens constantes da proposta da CONTRATADA, em confronto com a planilha de custos que deve acompanhar a solicitação de reequilíbrio e a ocorrência de fato que justifique modificações do contrato para mais ou para menos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão ser reajustados após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta.

11.2. O reajuste do preço contratado estará limitado à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, considerando o índice do mês anterior ao da apresentação da proposta e o índice do mês anterior ao do aniversário da proposta.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá a gestão da contratação ao servidor Rafael de Mello Bartz, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer.





12.2. Caberá a fiscalização da contratação ao servidor Edcarlos Favaro Pereira, lotado na Secretaria de Esporte e Lazer, e na sua ausência ficará a cargo da servidora Maria Eduarda Soares Pio da Costa, lotada no gabinete do Prefeito.

12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

12.4. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização da CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades.

12.5. As comunicações entre CONTRATANTE e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.6. Caberá ao gestor e ao fiscal as atribuições constantes na Portaria nº 223/2023.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa;

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ubatuba;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. As multas poderão ser:

13.2.1. De caráter moratório, pelo atraso injustificado na entrega ou execução do objeto do contrato, nos seguintes percentuais:

13.2.1.1. 2% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, até o limite máximo de 30 (trinta) dias.

A. Extrapolado o limite máximo de 30 (trinta) dias, o percentual da multa será calculado em dobro.

13.2.1.2. 5% (cinco por cento) pelo descumprimento de qualquer outra cláusula contratual durante sua execução, incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato.

13.2.2. De caráter compensatório, sem prejuízo das multas moratórias, nos seguintes percentuais:

13.2.2.1. 10% (dez por cento), incidente sobre o valor correspondente à parcela, etapa ou pedido único em que ocorreu o fato, pela inexecução parcial do objeto;

13.2.2.2. 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, pela sua inexecução total.

13.3. A CONTRATADA poderá ser suspensa temporariamente de participar em licitação e impedida de contratar com o Município de Ubatuba pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.3.1. Abandonar a execução do contrato;

13.3.2. Incurrir em inexecução contratual; e

13.3.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.4. A CONTRATADA poderá ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas, quando:

13.4.1. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, a execução contratual;

13.4.2. Agir, comprovadamente, de má-fé na relação contratual;

13.4.3. Demais hipóteses previstas em lei.

13.5. Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com o Município de Ubatuba ou da declaração de inidoneidade:

13.5.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

13.5.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no subitem anterior.

13.6. As sanções previstas poderão ser aplicadas concomitantemente com a sanção de advertência.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados no termo de aplicação de penalidade, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a mesma tenha direito.

13.7.1. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

13.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.9. Concomitante às penalidades previstas, a CONTRATADA se sujeita ao descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para efeito do previsto no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

13.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11. A aplicação das penalidades previstas fica condicionada a ampla defesa e contraditório no devido processo legal, sem prejuízo da defesa prévia.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO



14.1. Constituem motivos para rescisão contratual:

14.1.1. A inexecução parcial ou total das obrigações assumidas;

14.1.2. As hipóteses especificadas nos art. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. A rescisão do contrato poderá ser:

14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

14.2.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. À CONTRATADA é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO

16.1. Ficam vinculados ao contrato, dele fazendo parte integrante, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de licitação respectivo e seus anexos e a proposta final da CONTRATADA.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados. Adicionalmente, cada uma das partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obrigam a cumprir fielmente. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e conduta, ambas as Partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

17.1.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

17.1.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

17.2. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.





18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

18.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei nº 8.078/90 e por outras normas de direito público ou privado que melhor tutelem o interesse público.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubatuba, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Ubatuba - Paraná, 22 de maio de 2023.

FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:6059
076020959

Assinado de forma
digital por FABIO DE
OLIVEIRA
DALECIO:600760209
59
Dados: 2023.05.22
14:06:25 -03'00'

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ
Contratante

J. C. VENEROSKI - EVENTOS
Contratada

De: Diego B. - SEMAD-LICIT

Para: -

Data: 30/05/2023 às 08:20:55

Prezados, segue publicação do contrato nº 85/2023.

—

Diego da Silva Bezerra

Estagiário/Licitação

Anexos:

JORNAL_CONTRATO_N_85.pdf



JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ - PR

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2023

EDIÇÃO ESPECIAL 1.774- ANO: XVIII

Página 3 de 5

www.ubirata.pr.gov.br

O recebimento das propostas, dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.ubirata.pr.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Ubiratã, Paraná, 26 de maio de 2023.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2023

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6115/2023.

2. OBJETO: Taxa de inscrição para participação no curso: "A gestão, a fiscalização dos contratos e a aplicação das sanções administrativas.

3. FUNDAMENTO LEGAL: A presente Inexigibilidade de Licitação encontra-se fundamentada no artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4. CONTRATADO: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, com sede na Rua Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - Nossa Senhora Aparecida, CEP 85601060 Francisco Beltrão - PR.

5. VALOR: R\$ 890,00 (Oitocentos e Noventa Reais)

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 29/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 29 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2023

1. PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6116/2023.

2. OBJETO: Revisão de 500 horas da pá carregadeira XCMG LW 350 – frota 295 – compreendendo a aquisição de peças e mão de obra mecânica.

3. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inciso XVII da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4. FORNECEDOR: YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA, inscrito no CNPJ nº 22.087.311/0001-72, com sede na Rua Alcides Valentino Zanella, nº 540, Bairro Rondoninha, na cidade de Campo Largo, estado do Paraná.

5. VALOR: R\$ 6.845,00 (Seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais).

6. DATA DA RATIFICAÇÃO: 29/05/2023.

Paço Municipal Prefeito Alberoni Bittencourt, 29 de maio de 2023.

FÁBIO DE OLIVEIRA DALÉCIO

Prefeito de Ubiratã

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2023

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

CONTRATADO (A): J. C. VENEROSKI - EVENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 21.253.780/0001-51.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6084/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, COM MONTARIA EM TOUROS, SHOWS PIROMUSICAIS E COMPLEMENTOS, A REALIZAR-SE DURANTE A FESTA DE EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO (EXPOBIRA), conforme solicitação da Secretaria de Esportes e Lazer.

VALOR: R\$- 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil).

DATA DA ASSINATURA: 22/05/2023.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2023

CONTRATANTE: Município de Ubiratã, CNPJ nº 76.950.096/0001-10.

FORNECEDOR (A): CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 94.516.671/0002-34.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 6066/2023.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR: R\$ 3.582,00 (três mil quinhentos e oitenta e dois reais).

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2023.

1º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5977/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 34/2023 PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

1. OBJETO DO CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, PLANILHAS, MEMORIAIS E DEMAIS DOCUMENTOS VISANDO À CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL.

2. CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 76.950.096/0001-10, com sede administrativa na Avenida Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubiratã - Paraná, CEP 85.440-000, representada pelo Prefeito Fábio de Oliveira Dalécio, residente e domiciliado nesta Cidade, inscrito no CPF 600.760.209-59.

3. CONTRATADA

NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 14.300.868/0001-11, com sede na Rua Itabira, nº 1775, Edifício Ana Terra, sala térrea, centro, Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

4. OBJETO

Incluir a dotação orçamentária que na qual inicialmente no termo de referência foi apontada a despesa 8697 do órgão 0601 respectivamente. Porém por solicitação da secretaria, passará a ser incluída a despesa 8270 do órgão 0606 da fonte de recurso 303. Tal alteração embasa-se no Art. 65 § 8º.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor, todas as cláusulas e condições do contrato não modificadas pelo presente Termo e que com este não conflitem, as quais são ratificadas neste ato.

Ubiratã, 29 de maio de 2023.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente por Município de Ubiratã. A Prefeitura Municipal Ubiratã - PR concede garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de www.ubirata.pr.gov.br, no link Jornal Oficial Online.